

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA CENTRO DE  
CIÊNCIAS NATURAIS E EXATAS  
PROGRAMA DE PÓS- GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**Ivanio Folmer**

**A EDUCAÇÃO DO CAMPO NOS TERRITÓRIOS ASSENTADOS: O  
CASO DO ASSENTAMENTO FAZENDA ANNONI E O  
ASSENTAMENTO BELA VISTA**

**Santa Maria, RS  
2018**



Ivanio Folmer

**A EDUCAÇÃO DO CAMPO NOS TERRITÓRIOS ASSENTADOS: O  
CASO DO ASSENTAMENTO FAZENDA ANNONI E O  
ASSENTAMENTO BELA VISTA**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Geografia**.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ane Carine Meurer

Santa Maria, RS,  
2018

Folmer, Ivanio  
A EDUCAÇÃO DO CAMPO NOS TERRITÓRIOS ASSENTADOS: O CASO  
DO ASSENTAMENTO FAZENDA ANNONI E O ASSENTAMENTO BELA  
VISTA / Ivanio Folmer.- 2018.  
155 p.; 30 cm

Orientadora: Ane Carine Meurer  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa  
Maria, Centro de Ciências Naturais e Exatas, Programa de  
Pós-Graduação em Geografia e Geociências, RS, 2018

1. Geografia Rural 2. Território 3. Educação do Campo  
4. Territorialização 5. Movimentos Socioterritoriais I.  
Meurer, Ane Carine II. Título.

Ivanio Folmer

**A EDUCAÇÃO DO CAMPO NOS TERRITÓRIOS ASSENTADOS:  
O CASO DO ASSENTAMENTO FAZENDA ANNONI E O  
ASSENTAMENTO BELA VISTA**

Dissertação apresentada ao  
Curso de Pós-Graduação em  
Geografia, da Universidade  
Federal de Santa Maria (UFSM,  
RS), como requisito parcial para  
obtenção do título de **Mestre em  
Geografia**.

Aprovado em 19 de fevereiro de 2018:



**Ane Carine Meurer, Dr.<sup>a</sup>** (Presidente/Orientadora)



**Cesar de David, Dr.** (UFSM)



**Bernardo Mançano Fernandes, Dr.** (UNESP) - videoconferência

Santa Maria, RS,  
2018



## AGRADECIMENTOS

Não há dúvidas de que dissertar seja um ato solitário, embora isso não signifique dizer que esse trajeto deva ser percorrido sozinho. É uma ação particular, mesmo assim, há amparo e conforto de pessoas queridas, que demonstram compreensão, ajuda, e o mais importante: Confiança no trabalho que está sendo construído. Desta forma, esse trabalho encontra-se em construção por muitas mãos. Agradeço a imensa rede de apoio que tive até esse momento; a começar pela minha família, que mesmo imersos no contexto rural, e embora não tenhamos sabido aproveitar àquela terra para cultivar de forma mais produtiva, o que mais sinto falta hoje, foi de não termos semeado mais abraços e afetos. De todo modo, minhas vivências de infância motivaram a paixão por este tema. Meu pai Diamantino, mãe Gelci, e irmãs Itagiane e Daiane, mesmo que, não me façam presente todos os dias, vocês me fazem caminhar pra frente, **ESTÃO SEMPRE NOS MEUS PENSAMENTOS!**

Meu namorado, que está comigo desde antes de ingressar nessa fase, e vem acompanhando de perto todos os passos desse trabalho. Ícaro, tu despertas em mim criatividade e amor. Obrigado por se fazer presente sempre, mesmo que de longe.

Os professores da UFSM são os maiores responsáveis pelo meu crescimento. Boa parte dos professores da pós-graduação também o foram na graduação, e ajudaram a construir meu caminho. Em especial, minha querida orientadora, a Professora Dr<sup>a</sup> Ane Carine Meurer que esteve presente desde a graduação, me orientando e me ajudando a ser uma pessoa melhor. O professor Dr. Cesar de David, que também se fez presente, orientando projetos e o trabalho final de graduação. Professores, vocês são meus ídolos dentro desta universidade!

À Equipe Laerte Jobim, escola onde sou professor de geografia, que me abraçou e me fez fazer parte dessa família, em especial às professoras Ana Margarida, Carmen Janete, Leí, Lígia e Ana Cristina. Às gurias da secretaria e da cozinha, obrigado pelo mate, carinho e sorrisos.

Falar de Laerte faz-me falar dos meus alunos: Alunos especiais, cheios de vida, de amor, de dificuldades e de esperanças. Eu me vejo em vocês, críticos, brincalhões e bagunceiros. Vocês deram outro sentido a minha vida, sou muito mais

feliz hoje. Fizem-me sentir que estou no caminho correto.

Aos colegas do GPET, cada um de uma forma, também protagonistas! Agradeço em especial à Angelita, Mirele, Anna, Daniele, Claudionei e Altair, vocês são especialíssimos! Obrigado por tudo! Aos pibidianos do campo: Flávio, Daniela, Marcia, Juliana, Caren, Sandi. Às professoras Vera e Adriana, o meu agradecimento!

Aos meus amigos que fazem parte desta trajetória, consideraria até dizer história, Samella, Valquiria, Ana e Gabriella. Vocês fazem parte de mim! Tenho certeza que, sempre quando for contar alguma história feliz, triste, emocionante, assustadora, ou que cause revolta, eu irei citar o nome de vocês, individual, ou todas na mesma. Sinto-me brilhar ao pensar nessas histórias, pois vocês além de me ajudarem nessa trajetória acadêmica, fazem parte da minha vida.

À Deise Rabelo que me apresentou o assentamento Bela Vista possibilitando deste modo minha interação com este assentamento. Por ter sido/ser uma amiga, parceira, batalhadora e uma educadora que inspira.

Ao final, como não poderia deixar de ser, meu muito obrigado aos assentados da Fazenda Annoni e Bela Vista. Sem vocês esse trabalho não existiria. Obrigado por me emocionarem com suas histórias, e confiar em mim à responsabilidade de poder passar adiante valiosas informações. Vocês me inspiraram desde quando pensei neste trabalho. Tenho certeza que ultrapassamos a barreira: pesquisado e pesquisador. Considero-os amigos, companheiros.

À Rose, morta por um caminhão (des) governado. Mesmo sem ter podido te conhecer, este trabalho é pra ti, e para outros muitos que tiveram suas vidas arrancadas, pelo simples ato de lutar. Tua luta não foi em vão! Teu assentamento está lindo!



“Então o camponês descobre que, tendo sido capaz de transformar a terra, ele é capaz também de transformar a cultura, renasce não mais como objeto dela, mas também como sujeito da história”.

Paulo Freire



## RESUMO

### **A EDUCAÇÃO DO CAMPO NOS TERRITÓRIOS ASSENTADOS: O CASO DO ASSENTAMENTO FAZENDA ANNONI E O ASSENTAMENTO BELA VISTA**

**Autor: Ivanio Folmer**  
**Orientadora: Ane Carine Meurer**

Essa pesquisa apresenta o fenômeno de territorialização de dois assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem terra; o Assentamento Fazenda Annoni e o Assentamento Belo Vista. O objetivo principal deste trabalho foi analisar o processo de territorialização destes assentamentos. Para auxiliar na busca por respostas, utilizou-se o método dialético, por atender a demanda da pesquisa. Para o levantamento dos dados, utilizou-se a metodologia qualitativa. O trabalho de campo ocorreu seguido de uma vasta revisão bibliográfica, onde foram investigados livros, teses, dissertações e artigos que abordassem o tema. A hipótese central deste trabalho se dá sobre a importância da presença da educação do campo e cooperativas nos assentamentos, uma vez que, na presença destes instrumentos, há de fato a territorialização por parte do MST, enquanto o assentamento que não contempla a cooperativa apresenta-se desarticulado, ou de fato há desterritorialização do espaço vivido pelos sujeitos do MST.

Palavras-chave: territorialização Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem terra; o Assentamento Fazenda Annoni; Assentamento Belo Vista.



## **ABSTRACT**

### **TÍTULO**

**Autor: Ivanio Folmer**  
**Orientadora: Ane Carine Meurer**

This research presents the phenomenon of territorialization of two settlements of the Landless Workers Movement; the Annoni Farm Settlement and the Belo Vista Settlement. The main objective of this work was to analyze the process of territorialization of these settlements. To subsidiary in the search for answers, the dialectic method was used, because it presented itself in a contemplative way. For the survey of the data, the qualitative methodology was used. The field work followed after a vast bibliographical research, in books, theses, dissertations and articles that address the theme were investigated. The central hypothesis of this work is the importance of the presence of rural education and cooperatives in the settlements, since in the presence of these instruments there is in fact the territorialization by the MST, while the settlement that does not contemplate the cooperative, if disarticulated, or in fact there is deterritorialization of the space lived by the subjects of the MST.

**Keywords:** Territorialization Rural Workers Movement Landless; Annoni Farm Settlement; Settlement Belo Vista.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Mapa temático de Uso do Solo de Pontão .....	70
Figura 2 - Mapa de Localização da Fazenda Annoni, no município de Pontão- RS.....	79
Figura 3 - Imagem aérea da cede do assentamento .....	80
Figura 4- Vila onde moram do Assentamento Fazenda Annoni .....	83
Figura 5 - A Cooperativa de Produção Agropecuária Cascata (cooptar.....	88
Figura 6 - Foto da COOPERLAT, em Pontão.....	94
Figura 7 - A Escola e sua conexão com o lugar onde esta inserida.....	98
Figura 8 - Imagens do posto de saúde do Assentamento Fazenda Annoni. ....	105
Figura 9 - Mapa Localização do Assentamento Bela Vista, Jari.....	110
Figura 10- Imagem aérea do Assentamento Bela Vista .....	111
Figura 11-Espaço Reterritorializado no Assentamento Bela Vista .....	117
Figura 12- Residência no Assentamento Bela Vista .....	121
Figura13- Escola Desterritorializada .....	124





## LISTAS DE QUADROS

Quadro 1: Representação e Identificação Do Cooperativados..... 88

Quadro 2: Representação dos Assentados em Bela Vista..... 102



## LISTAS DE SIGLAS

ABCAR:	Associação Brasileira de Crédito de Assistência Rural
EA:	Educação Ambiental
EDURURAL:	Expansão e Melhoria da Educação no Meio Rural
ENERA	Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
COOPTAR:	Cooperativa de Produção Agropecuária Cascata
COPERLAT:	Cooperativa Agropecuária e Laticínios Pontão LTDA
CFA:	Clima temperado úmido
CWA:	Clima subtropical úmido
CUT:	Central única dos Trabalhadores
CPAs:	Cooperativas de Produção Agropecuária
CPC:	Centros Populares de Cultura
CPT:	Comissão Pastoral da Terra
INCRA:	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LDB:	Lei de Diretrizes e Bases
MAB:	Movimento de Atingidos por Barragens
MASTER:	Movimento dos Agricultores Sem Terra
MEM:	Movimento Educacional de Base
MST:	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
MOBRAL:	Movimento Brasileiro de Alfabetização
MMTR:	Movimento de Mulheres trabalhadoras Rurais
MPA:	Movimento dos Pequenos Agricultores
MTST:	Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
MPL:	Movimento Passe Livre
PCB:	Partido Comunista Brasileiro
PNA:	Plano Nacional de Reforma Agrária
PRONASEC:	Programa Nacional de Ações Sócio-Educativas e Culturais
PPP:	Projeto Político Pedagógico
PT:	Partido dos Trabalhadores
RS:	Rio Grande do Sul
SECAD:	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade.
SUDENE:	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
SUDESUL:	Superintendência do Desenvolvimento do Sul
UDR:	União Democrática Ruralista
ULTABs:	União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil



2	INTRODUÇÃO .....	14
2.1	<b>Processo Dissertativo</b> .....	19
3	TERRITÓRIO, DINÂMICA E AGENTES .....	27
3.1	Territorialidade, Territorialização, Desterritorialização e Reterritorialização. Uma aproximação ao conceito.....	33
3.2	<b>Território Camponês</b> .....	37
4	MOVIMENTOS SOCIAIS: Algumas definições.....	41
4.1	MOVIMENTO SOCIOTERRITORIAL: Um movimento de luta pela terra.....	44
4.1.1	MST: MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA.....	49
5	EDUCAÇÃO DO CAMPO.....	55
5.1	A Educação do Campo a partir do MST .....	55
5.1.1	Escola Do Campo No Movimento Dos Trabalhadores Sem Terra: Escolas Itinerantes E Sua Importância Para O Desenvolvimento Político Dos Acampamentos ..	65
5.2	O Território Rural pelo Viés da Educação do Campo .....	66
5.3	O ESPAÇO RURAL E ALGUMAS ALTERAÇÕES OCORRIDAS NA ATUALIDADE ..	71
5.	DINÂMICA DA PRODUÇÃO DO TERRITÓRIO GAUCHO .....	76
5.	ANÁLISE DO PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO DO ASSENTAMENTO FAZENDA ANNONI E BELA VISTA.....	80
5.1	ASSENTAMENTO FAZENDA ANNONI.....	80
5.1.1	Localização e Caracterização do Assentamento Fazenda Annoni .....	80
5.1.2	<b>Instrumento Político de Mobilização e Emancipação dos Assentados no Assentamento Fazenda Annoni</b> .....	94
5.1.3	Cooperativa de Produção Agropecuária Cascata (COOPTAR) .....	94
5.1.4	<b>A Articulação Da Educação Do Campo Dentro Do Assentamento Fazenda Annoni</b> .....	100
5.1.5	O Instituto Educar No Assentamento Fazenda Annoni.....	105
5.1.6.	<b>Outros Serviços</b> .....	111
5.2	A PERSPECTIVA DO TERRITÓRIO A PARTIR DOS ASSENTADOS NÃO COOPERATIVADOS.....	113
6.	ASSENTAMENTO BELA VISTA .....	122
6.1	<b>Localização e caracterização do Assentamento Bela Vista</b> .....	122
6.2.1	<b>Instrumento Político de Mobilização e Emancipação dos Assentados no Assentamento Bela Vista</b> .....	124
6.2.3	<b>Educação no Assentamento Bela Vista</b> .....	135
7.	<b>CONSIDERAÇÕES</b> .....	140
	REFERÊNCIAS.....	146



## 1 Introdução

A ciência geográfica possui necessidade de conhecer o espaço. Sua importância é tanta, que esta ciência adota o espaço geográfico como instrumento de estudo. Esse espaço pode ser entendido como produzido pelo homem e que está em constante transformação ao longo do tempo, onde o mesmo se articula às vivências. Para Lefebvre (1992) “o espaço (social) é um produto (social)” (p.26), este espaço abarca as relações sociais e não pode ser resumido apenas em espaço físico; ele é claramente, o espaço da vida social. Entretanto, sem dúvidas, a base é a natureza ou espaço físico, qual, o homem transforma com seu trabalho. Lefebvre afirma ainda que, a natureza não produz, ela cria; somente o homem é capaz de produzir através do trabalho. A natureza por sua vez “provê recursos para uma atividade criativa e produtiva” (p.70) desempenhada pelo homem. O espaço social para Lefebvre contém dois tipos de relações a partir das quais o homem interage/modifica a natureza:

- “1) as relações sociais de reprodução, isto é, as relações bio-psicológicas entre os sexos e entre os grupos etários, junto com a organização específica da família e,
- 2) as relações de produção, ou seja, a divisão do trabalho e sua organização na forma de funções sociais hierárquicas.” (Lefebvre 1992. P,32).

A proposição de Lefebvre sugere que, a produção do espaço ocorre partir de três elementos: 1) prática social (espaço percebido pelos indivíduos), 2) representações do espaço (espaço concebido por cientistas, engenheiros, planejadores etc.) e 3) espaço representacional (espaço diretamente vivido pelos indivíduos).

Diante das concepções de Raffestin (1993), compreendemos território como frações do espaço apropriado por relações de poder, de modo que nessa apropriação “o ator ‘territorializa’ o espaço” (RAFFESTIN 1993, p.128), em outras palavras, organiza o território a partir de seus interesses, necessidades, de maneira que suas ações revelam as escalas de poder existente.

Por este viés, os interesses da luta pela terra na busca e conquista de um território significa o reconhecimento do espaço de vida, um espaço apropriado que se compõe por inúmeras significações. Entretanto, mesmo no século XXI é visto ainda a grande desigualdade de concentração de terras no Brasil. Acredita-se que

esse fato seja resultado do processo histórico da ocupação do território, que foi pautada na ocupação e colonização, assim como os métodos ilegais de aquisição de propriedades como a grilagem e a apropriação indevida.

Percebe-se com isso, a origem de um quadro de desigualdade agrária surgindo e se instalando no cenário nacional. Não obstante, o Rio Grande do Sul possui uma estrutura fundiária baseada na grande propriedade rural, ressaltando-se a pecuária extensiva, monocultura de arroz e soja e novas áreas de plantios de eucalipto, resultando, desse modo, gigantescos vazios demográficos e concentração de terra e renda. Evidentemente, esse processo acaba por reduzir as pequenas propriedades, conseqüentemente, com as diferenciações dos tamanhos das propriedades, haverá a distinção das classes sociais.

Assim, conforme aponta Linhares (2000, p. 47),

Devemos ter em mente que a estrutura fundiária de um país espelha claramente a estrutura social deste país; a divisão de terra é a expressão física das divisões sociais existentes numa sociedade. Se a riqueza é concentrada e as diferenças sociais são abismais, a estrutura fundiária será necessariamente concentrada, refletindo a exclusão da maioria do usufruto das riquezas produzidas.

Para a agricultura, a terra é a matéria prima principal em que se identifica a produção agrícola na base da alimentação humana. Dessa forma, pensa-se que o homem tendo em mãos os instrumentos tecnológicos que favorecem a multiplicação de máquinas e produtos, não conseguiu ainda fazer com que a terra se multiplicasse, criando novos espaços de produção. Neste sentido, o homem busca implantar pacotes agrícolas nas propriedades rurais que favoreçam o aumento da produtividade. Isso não quer dizer que todos consigam ou queiram acessar essas ferramentas no espaço rural. O vigente modelo econômico de desenvolvimento agropecuário, inserido durante governos militares, caracterizado pela modernização conservadora, objetivava a modernização da agricultura. Através de créditos e subsídios, apoiava o desenvolvimento da grande propriedade. Essa política trouxe conseqüências negativas para a pequena propriedade, como o aumento do trabalho assalariado, as dificuldades em desenvolvimento da agricultura familiar, a concentração de terras e, conseqüentemente, a diminuição da população do campo para mais de 30 milhões de pessoas que migraram para as cidades ou outras regiões do país (FERNANDES, 2000).



A expropriação, a expulsão das famílias camponesas e a usurpação do território indígena geraram uma das condições que levaram à luta os camponeses que iriam realizar a ocupação de terra, que também inaugurou o processo de formação do MST, na região noroeste rio-grandense (FERNANDES, 2000, p 50).

Em meio a este cenário, surge o Movimento dos Sem Terra (MST), como símbolo de resistência e política no campo. Entendemos o campo brasileiro como um lugar<sup>1</sup> de resistência, por ainda resguardar a cultura de alguns povos, e expansão de saberes tradicionais acumulados historicamente. Desse modo, o MST surgiu visando oferecer maior integração e fortalecimento da luta pela terra e também pela Reforma Agrária, no entanto, afirma que houve momentos em que esta proposta apareceu com destaque como programa de governo (MST, 2005, p. 78).

Nesse sentido, tornou-se necessário a união de pessoas que lutassem pela mesma bandeira, neste contexto, cria-se um movimento a fim de debater as questões sociais, daí então, Gohn (2011, p.335), diz que esses movimentos são:

Ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas. Na ação concreta, essas formas adotam diferentes estratégias que variam da simples denúncia, passando pela pressão direta (mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, distúrbios à ordem constituída, atos de desobediência civil, negociações, etc.) até às pressões indiretas.

Entre acordo com esta afirmativa, elenca-se o MST como um movimento social no campo que cria e possibilita estratégias de desenvolvimento da distribuição de terra aos acampados e assentados do movimento. No que tange a compreensão do contexto de um assentamento, torna-se imprescindível que se entenda os inúmeros aspectos que influenciam de modo direto ou indireto a sua consolidação.

No Brasil, a questão agrária é bastante complexa e desencadeia diversos elementos de uso e ocupação do solo, dentre os quais se destacam os aspectos legais, econômicos, culturais e históricos. Sendo assim, a Reforma Agrária torna-se a peça chave para que haja uma proposta de acesso a terra por aqueles trabalhadores que desejam cultivá-la, mas que não a possuem.

Sabemos que, existe no contexto nacional a implantação da Reforma Agrária, ainda que consideremos que, esta, ainda não atenda conforme esperado. Em

---

<sup>1</sup> Para Tuan (1983) “quando o espaço nos é inteiramente familiar, torna-se lugar”. Espaço e lugar se relacionam, existem três tipos principais de espaços “o mítico, o pragmático e o abstrato”, espaço se torna lugar na medida em que é experienciado e valorizado, que tem significação para pessoa, lugar é mais concreto que espaço. (TUAN, 1983, p.19)

contrapartida, percebemos que, no governo Lula, houve uma melhor distribuição de terras, do que em outras gestões, assim, desde a posse do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva em janeiro de 2003, criou-se expectativa que houvesse avanços em prol das populações rurais, que são/foram historicamente excluídas do processo produtivo no campo, onde as esperanças renovaram-se no II Plano Nacional de Reforma Agrária, logo após sua posse. Este plano possuía a intenção de democratizar o acesso a terra e fortalecer expressivamente a agricultura familiar e camponesa, nas bases do desenvolvimento sustentável territorial, em um modelo agrícola que contemplasse as especificidades e demandas de cada região.

Na ilustração de Fernandes (2008, p.8), pode-se perceber que,

A primeira gestão do governo Lula começou com uma grande esperança pela realização da reforma agrária. Os movimentos camponeses realizaram o maior número de ocupações de terras e de família da história da luta pela terra no Brasil. Ao contrário da segunda gestão do governo FHC, que criminalizou as ocupações, o governo Lula sempre dialogou com os movimentos camponeses.

Durante os dois mandatos consecutivos de Lula, novos programas foram criados para que as políticas públicas voltadas à estrutura agrária do Brasil pudessem obter êxito quanto à questão econômica, política, social e ambiental. Vale considerar que, em consonância à política de Reforma Agrária, também houve intensos investimentos ambicionando o desenvolvimento do agronegócio, que se torna cada vez mais atividade de grandes corporações e empresas nacionais e estrangeiras, de diversos setores, que são atraídas por condições favoráveis propiciadas pelo governo através de elevados subsídios agrícolas, com isso os territórios camponeses se mostraram ameaçados diante da voracidade do capital no campo, que se utiliza de inúmeros dispositivos para aumentar a produção.

Fernandes afirma que:

A questão agrária tem como elementos principais a desigualdade, a contradição e o conflito. O desenvolvimento desigual e contraditório do capitalismo gerado, principalmente, pela renda capitalizada da terra, provoca a diferenciação do campesinato e conseqüentemente a sua destruição e recriação. Nesse processo, acontece a concentração da terra e a luta pela terra, produzindo implacavelmente o conflito. Esse processo é inerente ao capitalismo, faz parte de sua lógica e de sua vida, é, portanto, insuperável. Ou convive-se com ele, administrando-o politicamente, procurando minimizar os seus efeitos devastadores, produtores de pobreza e miséria, ou supera-se o capitalismo. Essa compreensão do processo é denominada de Paradigma da Questão Agrária (Fernandes, 2003, p. 3)

Neste paradigma, a análise da luta camponesa abrange o espaço, sujeito e tempo de forma dialética percebendo que, ao aumentar a concentração de terras, em mesmo nível aumenta número de camponeses que estão em luta pela terra no Brasil. Assim há um processo inerente da luta pela terra no território brasileiro movido por um conflito regido pela territorialidade capitalista e a territorialidade camponesa, conforme professora Marta Inez Medeiros Marques (2004) considera:

A luta pela terra hoje existente no país representa, na maioria dos casos, mais um capítulo da história do campesinato brasileiro, movido pelo conflito entre a territorialidade capitalista e a territorialidade camponesa. Mas as novidades desse momento histórico são muitas. Dentre elas, destacam-se: a grande abrangência da base social da categoria sem-terra, que envolve uma multiplicidade de sujeitos sociais, inclusive trabalhadores residentes nas cidades, e o significado aí contido de negação do processo de proletarianização em curso, demonstrando que a possibilidade de recriação camponesa não se esgota com o processo de expropriação nem com a passagem desses sujeitos pela cidade. (MARQUES, 2004, p. 151).

Por questionar isso, esta pesquisa se estrutura na análise de dois assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais: O Assentamento Bela Vista- Jari/ RS e o Assentamento Fazenda Annoni – Pontão/ RS com o objetivo de entender o processo de territorialização desses Assentamentos, da mesma forma se investigar e analisar a territorialização. Assim também se foi necessário analisar a organização e divisão trabalho e da produção, o uso da terra, as práticas econômicas, divisão social e técnica das atividades, formalização na organização social dos assentamentos, discutir os conceitos de território, territorialização, territorialidades, conflitualidades dos movimentos socioterritoriais e Educação do Campo. Tentou-se fazer a análise dos encontros e desencontros nesses assentamentos, bem como se expressam as propostas para o campo, traçar o perfil dos assentados, nos dois assentamentos.

A escolha dos assentamentos para esta pesquisa não se deu de modo aleatório. No primeiro semestre do ano de 2016, ano de ingresso no mestrado em geografia PPGGEO/UFSM, a prof<sup>a</sup> Ane Carine Meurer, deu-me a honra de conhecer uma pedagoga que estava finalizando sua graduação na UFSM, filha de camponeses, criada pela avó assentada, trazia como tema de seu trabalho final de graduação suas inquietações sobre a escola que fazia parte do assentamento que sua avó vivia: o assentamento Bela Vista, Jari - RS. Foram muitos momentos de

conversa na elaboração do trabalho desta graduanda, e aos poucos, as inquietações que eram dela, também fizeram parte de meus questionamentos, este fator ficou ainda mais forte quando percebemos que, o Assentamento Bela Vista surge através de um grupo que saiu do Assentamento Fazenda Annoni de Pontão - RS. Através do discurso desta aluna, afirmando que o assentamento estava *desativado*<sup>2</sup>, na perspectiva de política do movimento, começamos a investigar a estrutura do assentamento e percebemos que havia um intensa dinâmica em ambos os assentamentos e que mereceria ser considerado como uma pesquisa de investigação do território.

### 1.1 Processo Dissertativo

No que se refere à busca dos objetivos estabelecidos, adotou-se uma metodologia para desenvolver esta pesquisa, da mesma forma que auxiliasse na busca de levantamento dos dados, até mesmo para criar novas indagações. Sendo assim, as análises apresentadas na revisão bibliográfica foram extraídas de documentos como livros, teses, dissertações e outras publicações que abordam assuntos relacionados ao tema aqui tratado. A metodologia de pesquisa é um processo que se utiliza para planejar, organizar, implementar e relatar a atividade de pesquisa, ou seja, que auxilia a comunicar os resultados da investigação.

Nesta pesquisa, é proposto o trabalho com ações que utilizam abordagem qualitativa, que segundo Oliveira (2012, p.59) “são uma tentativa de se explicar em profundidade o significado e as características do resultado das informações obtidas através de entrevistas ou questões abertas”. O método dialético foi utilizado por possibilitar um dinamismo capaz de mostrar a constante transformação dos fatos. Na dialética nada é definido e tudo está inter-relacionado, os fenômenos não podem ser analisados de forma isolada, pois eles interagem entre si. Sua utilização se justifica nessa pesquisa porque “a dialética é um método de pesquisa que busca a verdade por meio de formulação adequada de perguntas e respostas, até atingir o ponto crítico do que é falso ou verdadeiro” (OLIVEIRA, 2002.p.67). Lefèbvre (1983, p. 171) aponta que nessa linha metodológica “[...] os pesquisadores confrontam as opiniões, os pontos de vista, os diferentes aspectos do problema, as oposições e contradições, e tentam [...] elevar-se a um ponto de vista mais amplo, mais

---

<sup>2</sup> Nas próximas páginas fica claro o que ela estava querendo dizer com o termo “desativado”.

compreensivo”.

Na ciência geografia, o materialismo histórico e dialético abrange o espaço como produto e processo conectados ao modo de produção de um determinado momento histórico. Afirma-se aqui, que, para estudar o espaço geográfico, é preciso considerar que o mesmo, “coincide com a própria construção da vida humana na história, de vez que é construindo a sociedade que o homem constrói seu espaço e, assim, dialeticamente” Moreira (2008, p. 41). Afirma-se que o método dialético está pautado da análise quantitativa para a análise qualitativa, fazendo com que haja um confronto das ideias através de argumentações e discussões, buscando entender a forma dinâmica e sistêmica dos fatos. Afirmando que esses dados sejam analisados de modo conjunto, jamais um isolamento dos fenômenos.

Por este viés, Sposito (2004, p. 45) aponta:

A dialética, como ciência das leis gerais do movimento e do desenvolvimento da natureza, da sociedade e do pensamento humano, possui três leis, amplamente conhecidas por aqueles que têm um mínimo de familiaridade com o marxismo, que assim podem ser resumidas: (1) a transformação da quantidade em qualidade e vice-versa; (2) a unidade e interpretação dos contrários, e (3) a negação da negação.

Assim, a *transformação da quantidade em qualidade*, refere ao fato de que ao mudarem, as coisas não possuem o mesmo ritmo, há sempre disparidade. O processo de transformação por meio do qual elas existem passa por períodos lentos (nos quais se sucedem pequenas alterações quantitativas) e por períodos de aceleração; A *unidade e interpretação dos contrários*, de acordo com a dialética, considera a contradição como inerente à realidade das coisas. A contradição é a representação da força motriz que provoca o movimento e automaticamente a transformação. A contradição por sua vez é o atrito, a luta que surge entre os contrários, entretanto, os dois polos são, inegavelmente, inseparáveis e a este efeito nomeamos de unidade dos contrários, pois, mesmo em oposição, estão em relação de reciprocidade. Por vez, a *negação da negação*, a terceira lei, representa a interação das forças contraditórias, em que uma nega a outra, deriva um terceiro momento: a negação da negação, ou seja, a síntese, que é o surgimento do novo. Esta lei explica que cada qualidade nega a anterior.

Nessa mesma perspectiva, Gil (1999) afirma que o método dialético pode ser entendido em três grandes princípios:

A) Unidade de opostos. Todos os objetos e fenômenos apresentam aspectos contraditórios, que são organicamente unidos e constituem a indissolúvel unidade dos opostos. Os opostos não se apresentam simplesmente lado a lado, mas num estado constante de luta entre si. A luta dos opostos constitui a fonte do desenvolvimento da realidade.

B) Quantidade e qualidade. Quantidade e qualidade são características imanentes a todos os objetos e fenômenos e estão inter-relacionados. No processo de desenvolvimento, as mudanças quantitativas graduais geram mudanças qualitativas e essa transformação opera-se por saltos.

C) Negação da negação. A mudança nega o que é mudado e o resultado, por sua vez, é negado, mas esta segunda negação conduz ao desenvolvimento e não a um retorno ao que era antes. Gil (1999, p. 31-32)

Pensando sobre a formação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), Fernandes aproxima simultaneamente características das análises da geografia da organização dos movimentos sociais com as da geografia das lutas sociais, quando o mesmo observa e reflete sobre a luta pela terra e demonstra as diversas práticas espaciais desse movimento social por meio de seus processos de espacialização, territorialização e reterritorialização. Assim, Fernandes, pensa os movimentos sociais como uma categoria da Geografia. Ao propor que, movimentos socioterritoriais seja uma categoria de análise, Fernandes (2000) discute que, estes sejam categorias para além da própria geografia, onde nós, geógrafos, temos em nossas mãos um desafio.

Os movimentos sociais podem ser categorias de diferentes áreas do conhecimento, desde que os cientistas construam os respectivos referenciais teóricos. Esse é o nosso desafio na Geografia. Os movimentos sociais constroem estruturas, desenvolvem processos, organizam e dominam territórios das mais diversas formas. Os movimentos são formas de organização social e, principalmente, os sociólogos, historiadores e cientistas políticos se dedicam a estudá-los há muito mais tempo que os geógrafos. (Fernandes, 2000, p.67)

Logo, podemos afirmar, baseando-nos em Santos (2006), que “Fernandes parte de uma geografia das lutas pela terra para interpretar os ‘movimentos sociais como categoria geográfica’, o que os consubstancia como ‘movimentos socioterritoriais’” Santos (2006, p. 57). Demonstra-se a importância das tendências analíticas anteriores para a preparação das condições teórico-metodológicas que contribuem para superar os conteúdos sociológicos presentes nos estudos de geografia sobre movimentos sociais e para a proposição do movimento social como categoria de análise geográfica. A citar os movimentos Socioterritoriais, Fernandes destaca o maior movimento social do campo, dizendo que,

O MST como movimento socioterritorial, mais do que socioespacial. Desenvolvendo essa discussão, nos parece que alguns pontos do debate devem ser reconsiderados aqui, no sentido de esclarecer, através do caso do MST, não somente as distinções entre espaço e território, mas também, entre os processos de espacialização e de territorialização, assim como entre os movimentos socioespaciais e os movimentos socioterritoriais. (Fernandes, 200, p.5)

O MST hoje é um agente que transforma o espaço, de forma que territorializando-se, configurando-se como assentamentos rurais e acampamentos de sem-terra, inegavelmente é um movimento social que possui uma forma de organização contemporânea da classe trabalhadora do espaço rural (MONTENEGRO, 2007 p, 27), mas também é um movimento educativo no seu processo de luta e organização (GOHN, 2005). A partir do entendimento da complexidade de análise, pensamos que, seria melhor desenvolver metodologias que se adequassem aos objetivos estabelecidos anteriormente. A fundamentação da metodologia envolverá: Bibliografia adequada ao tema, entrevistas, narrativas, observações e percepções da construção do espaço.

A construção do trabalho foi seguida pelas seguintes etapas:

- 1- Levantamento bibliográfico que visa contemplar a temática proposta;
- 2- Elaboração das entrevistas semiestruturadas, com intuito de responder aos objetivos da pesquisa;
- 3- Realização do trabalho de campo com aplicação das entrevistas semiestruturadas aos assentados;
- 4- Organização e sistematização das informações obtidas através da aplicação das entrevistas e observação participante;
- 5- Realização de qualificação;
- 6- Realização da redação final.

Na perspectiva de justificar a importância deste estudo, toma-se como base a contribuição acadêmica e social, sinalizando a importância da existência e permanência do mesmo. A priori, este trabalho oferece um aporte contributivo que se dá de modo concreto e ativo no sentido amplo que envolve um conjunto de sistemas existentes na sociedade. Ainda, é um trabalho atual que renasce a partir da ideia de mobilização dos movimentos sociais. Ressalta-se, desse modo, as ocupações ocorridas no ano de 2016, dentre outras instituições públicas, a Universidade Federal de Santa Maria, fez parte de um movimento de ocupação universitária, considerada o maior da história brasileira, que lutava contra a PEC

241, que estava em tramite no Senado, onde na revolta, estudantes ocuparam 168 universidades, em todas as regiões do país, em uma ação que foi considerada a maior organização estudantil da história brasileira. A pauta principal do movimento era o conteúdo nocivo da proposta encaminhada pelo governo Temer, este que ocupou o lugar da anterior presidenta: Dilma Rousseff, que foi deposta de seu cargo, a proposta do novo presidente possuía o objetivo de congelar o investimento em educação nos próximos 20 anos. Foi um movimento que apresenta uma significativa representação de mobilização e fica datada este fato na história da referida instituição.

Ao pensar nos movimentos sociais e identificar o MST como um movimento ativo no espaço rural, nota-se que se podiam existir outras leituras das realidades que circundam esse movimento e toda sua especificidade. Assim, essa pesquisa mostra-se atenta a contribuição social do trabalho, do que propriamente em trazer contribuição apenas para o mundo acadêmico, uma vez que este trabalho está dando voz a duas comunidades assentadas, mostrando a face real dos acontecimentos em seus territórios, discutindo com os sujeitos possibilidades e alternativa a outros assentamentos que se criam, dessa forma, cabe dizer que a cientificidade também auxilia no processo da significação do social desta dissertação, pois através de participação em eventos, apresentação de trabalhos em jornadas acadêmicas e eixos específicos que trabalhem com Territórios e Educação do Campo, este trabalho será apresentado, demonstrando assim uma atualização do tema, o que gerará discussões entre pesquisadores em escala maior. Pensamos que este trabalho será bem recebido por quem se identifica com o assunto aqui abordado, sendo assim, servirá de embasamento teórico aos próximos trabalhos que envolverão a temática. Consideramos este trabalho pertencente ao campo da geografia, pois traz contribuições importantes em torno de movimentos sociais e território, ponderando a relação da organização espacial através da política encontrada dentro do MST.

#### **Relato sobre as leituras:**

Foi sem dúvida um dos passos essenciais e delimitadores da pesquisa de mestrado. Em minha pesquisa, os momentos de leituras, não mudaram somente a condição de pesquisa, mas, sobretudo foi importante na escolha e delimitação dos temas abordados aqui neste trabalho. Ingressei no mestrado com o intuito de



pesquisar sobre egressos de escolas do campo, na tentativa de perceber a relação da educação do campo e manutenção do espaço rural, em contrapartida, quando as disciplinas do mestrado se intensificaram, em especial a disciplina do professor Cesar de David (Territórios Rurais), onde nos aproximamos de obras que visam o entendimento dos territórios de modo complexo, fazendo com que vários autores ficassem a nossa disposição, assim, direcionei a leitura em torno do conceito de território e com isso consegui me organizar diante da demanda de pesquisa.

### **Relato das saídas de Campo:**

A saída de campo é um processo educativo bastante forte que fortalece as informações obtidas a partir da investigação referencial. No entendimento de Freire (1996), o trabalho de campo, não pode ser compreendido apenas como coleta de dados e informações. É preciso ser compreendido como um processo de articulação do sujeito com a realidade, possibilitando a inserção do sujeito na sociedade, que possui a importância de reconstruir o mesmo e a sua prática social. O trabalho de campo pressupõe a interação e a vivência com a realidade pesquisada. Corrêa (1996) discorre que os trabalhos de campo são importantes para a formação, pois permitirem o treinamento dos olhos para ver e da mente para generalização. Como geógrafo, entendo que devo aprender:

[...] a reconhecer formas que expressam funções e processos, ver problemas implícitos na localização e extensão em área, pensar a respeito de ocorrências simultâneas ou não [...] ter a preocupação sobre a origem das formas, reconhecer tipos e variações, posição e extensão, presença ou ausência, função e derivação (SAUER APUD CORRÊA, 1996).

Desse modo, é importante dizer que os trabalhos de campo desenvolvidos neste processo dissertativo contribuíram não somente para a elaboração do trabalho físico, mas também fortaleceu minha proposta de projeto social, que acredito, todos devemos ter. Ter podido perceber de forma real todos os processos que ocorrem nos assentamentos neste trabalho estudados, me fazem perceber que, estou no caminho certo de pesquisa, pois ser ferramenta de debate, em um momento, onde nossos direitos como trabalhadores<sup>3</sup>, e sujeitos de modo geral estão nos sendo retirados demonstra um retrocesso visível na classe dos trabalhadores, os do campo em especial, nunca foram valorizados por sua dinâmica, sempre foram relegados a

---

<sup>3</sup> Reforma Trabalhista. Proposto neste ano (2017), e apoiado por governo Temer.

planos de outras escalas, que nunca foram as primeiras, oposto disso, sempre houve a valorização da classe favorecida pelo capital, o agronegócio.

A totalidade das saídas de campo foram três. A primeira possuía cunho investigativo, onde denomino de saída de análise inicial. O primeiro assentamento a ser visitado foi a Fazenda Annoni, em Pontão/RS, ocorrida em janeiro do ano de 2017. Neste momento foram verificadas as estruturas do assentamento, com olhar direcionado à Escola do Campo e a Cooperativa, foram aplicados os questionários e entrevistas aos assentados que se relacionam com a cooperativa e com a Educação do Campo. Em janeiro também aconteceu à saída de levantamento de dados no assentamento Bela Vista, onde foi possível andar por todo o assentamento e perceber em sua totalidade, suas fragilidades e potencialidades, também foi empregado a coleta de dados com os assentados. Após a qualificação do projeto de mestrado, onde este trabalho já apresentava organizado com dados da saída de campo, como sugestão ficou uma nova inserção no assentamento Fazenda Annoni com o objetivo de perceber este assentamento na perspectiva dos assentados que não fazem parte da COPTAR, por sua vez essa visitação ocorreu em setembro de 2017, e com o grupo de mestrandos e doutorandos com a supervisão da orientadora Ane Carine Meurer, podemos nos inserir novamente e efetuar o levantamento de dados deste outra grupo do assentamento.

### **Relato das Entrevistas**

Para o levantamento de dados utilizou-se a técnica de entrevistas semiestruturadas para que fossem obtidas informações em torno do proposto tema. Para isso, teve um preparo anterior, nutrido por uma comunicação e exposição e interesse de conhecer mais sobre o tema. Nesse momento, com uma prancheta e uma lista que questões, aos poucos a entrevista acontecia, validando todas as informações trazidas pelos pesquisados que foram: Assentados escolhidos de modo aleatório, coordenador/diretor da cooperativa (no assentamento onde havia este serviço), educadores da escola do campo (no assentamento onde havia este serviço) e servidores da EMATER. Considero a coleta de dados, um dos mais importantes momentos da realização desta pesquisa, pois além das informações trazidas pelos sujeitos que contribuíram com este estudo, percebia-se toda a trajetória de vida e os projetos sociais e individuais destes, e do assentamento.

Após a coleta de dados passei por momentos de altíssima reflexão em torno

do que havia sido levantado, esse também foi um momento que novamente tornou-se importante debater os temas com minha orientadora e com colegas, e fazer uso das bibliografias disponíveis, que pudessem me ajudar no processo de escrita. Após todo esse processo de reflexão, foi chegada a hora da defesa de qualificação, que sem dúvidas foi um momento de aprendizado, onde a banca foi escolhida por haver afinidade da discussão dos temas e que por sua vez trouxeram experiências e demasiadamente puderam contribuir para que se concretizasse esta dissertação que está organizada do seguinte modo:

- Na Introdução, é exposta a temática abordada no referido trabalho, bem como são encontrados, nessa parte do trabalho, os objetivos, a justificativa, e a metodologia.
- O primeiro capítulo é composto, sobretudo, pela construção do debate teórico, onde este mostra vasta importância para que seja reproduzido o objetivo do mesmo, que é fornecer um esquema capaz de auxiliar no desenvolvimento da pesquisa.

Neste capítulo iniciamos a discussão trazendo o debate em torno do conceito de território, tentando trazer um embasamento inicial que dê conta de explicar o surgimento do conceito. Para isso, trazem-se ideias de Ratzel no que se refere às contribuições sobre o surgimento do conceito. Sabendo da importância do tema para a geografia, traz-se Marcelo José Lopes de Souza, no qual fica claro o conceito dentro da ciência geográfica.

De modo que esta dissertação se volta para as questões do espaço rural, referimos-nos a partir de leituras em torno de autores que trabalham com a questão de território voltada para essa especificidade. Dessa maneira, ressaltam-se Raffestin e Fernandes.

Adentrando melhor sobre as significações do conceito, foi preciso desdobrar os significados de Territorialidade, Territorialização, Desterritorialização e Reterritorialização, para que se pudessem compreender melhor os territórios onde os camponeses estão inseridos.

Ainda comprometidos em explicar nossa temática, trazemos a questão dos movimentos sociais, justificando em função do movimento dos trabalhadores rurais sem terra representarem um movimento social ativo no espaço rural. Desse modo, após a discussão sobre movimentos sociais, anexamos o referencial em torno do

próprio MST.

Faz-se preciso debater sobre a Educação do Campo, justamente por ela ser uma conquista dos movimentos sociais.

- No segundo capítulo, com o intuito de demonstrar a dinâmica de concentração de terras no Rio Grande do Sul, o que proporciona o surgimento de um movimento de luta pela terra, fazemos a discussão em torno do território gaúcho.
- No terceiro capítulo, dá-se ênfase à discussão dos resultados. Neste momento, com a ajuda do referencial teórico e as saídas de campo, são discutidas as particularidades de cada assentamento, desde o processo de formação até os dias atuais.
- O último capítulo é destinado às considerações finais, as quais, embora se apresente no final deste trabalho, está distante de se encerrar a discussão sobre este tema, trazendo, assim, a necessidade da continuação deste estudo.

## **2 TERRITÓRIO, DINÂMICA E AGENTES**

Esta pesquisa por tentar compreender os assentamentos do MST, investigando a dinâmica existente nestes, precisou usar como ferramenta de discussão alguns conceitos utilizados na ciência geográfica, isso nos possibilitou uma análise coerentes do Assentamento Fazenda Annoni e Assentamento Bela Vista, para tanto se deu de modo essencial que utilizássemos o conceito de Território, Educação do Campo e Movimentos Sócio-territoriais.

O território como conceito é utilizado na geografia desde o século XIX, quando esta ciência foi institucionalizada. Um dos primeiros autores a utilizar em seus trabalhos esse conceito foi o alemão Friedrich Ratzel, que se inspirou na ecologia, no romantismo alemão e no imperialismo do final do século XIX. Diante disso, este conceito vem sendo utilizado, sobretudo para a investigação da dimensão política, afim da compreensão da lógica espacial.

Pode-se, portanto aceitar como regra que uma grande parte dos progressos da civilização são obtidos mediante um desfrute mais perspicaz das condições naturais, e que neste sentido esses progressos estabelecem uma relação mais estreita entre povo e território. Pode-se dizer ainda, em um sentido mais geral, que a civilização traz consigo o fortalecimento de uma

ligação mais íntima entre a comunidade e o solo que a recebe  
(RATZEL(1990) *apud* MORAES 1990a, p.72).

Logo, nos estudos de Moraes (1990), Ratzel (1990) afirmam que “o território existe sem a presença do homem, desocupado (apolítico) ou com a presença deste e com o domínio do Estado (político)”. Pode-se compreender através disso que o território se mostra indissociável da vida humana. Igualmente, o território apresenta continuidade e fluidez marcadas por fixos e fluxos conectados por nós e pontos envolvidos por relações de poder, formando redes sociais (SAQUET, 2006). Os sujeitos tentam sempre deter o território, por seu significado ser traduzido pelo poder, assim, vimos nos territórios onde há assentamentos do MST, o agronegócio sabotando os direitos dos assentados, pois vê nesse movimento perda de seu poder, expresso na perda do território, quando o MST consolida um assentamento, ainda não podemos afirmar que este território seja um território territorializado pelo movimento, pois ainda haverá embates envolvendo assentados, política governamental e política econômica, e infelizmente o grupo assentado pelo que foi observado nos assentamentos estudados nunca foram contemplados com ações que possibilitassem autonomia para produzirem e viverem com dignidade nestes territórios, o que possuem são resultados de lutas, muitas vezes dolorosas.

De acordo com Ratzel (1990, *apud* MORAES, 1990), os “organismos que fazem parte da tribo, da comuna, da família, só podem ser concebidos junto a seu território”, e ainda, “do mesmo modo, com o crescimento em amplitude do Estado, não aumentou apenas a cifra dos metros quadrados, mas, além disso, a sua força, a sua riqueza, a sua potência” (RATZEL, 1990 *apud* MORAES, 1990). Os trabalhos deste geógrafo são tidos como os primeiros a conterem uma abordagem geográfica do território, mesmo que neste instante, para o criador deste conceito, o território inicialmente foi sinônimo de solo (Souza, 2009). Contudo, o trabalho de Ratzel exerceu grande influência nos estudos elaborados na década de 1950, que tinham a geopolítica como principal foco, contribuindo para melhor interpretação da realidade.

Ao pensarmos no surgimento etimológico em torno da origem e da evolução da palavra território, Haesbaert (2004) destaca dois sentidos amplamente difundidos que são oriundos do latim. Deste modo, o primeiro, que é predominante, refere-se a terra, que toma o território como materialidade, e o segundo, relacionado aos sentimentos que o território desencadeia, desta forma, “[...] medo para quem dele é excluído, de satisfação para aqueles que dele usufruem ou com o qual se

identificam” (Haesbaert ( 2004, p. 44). Esta segunda acepção carrega os componentes fundamentais do conceito de território presente nas formulações de inúmeros geógrafos e com isso podemos perceber que, os territórios quando tomados pela MST possuem significados diferentes, conforme a identidade de assentado se apresenta.

No que tange o conceito território e espaço, Raffestin (1993) explica que não são termos que se equivalem, afirmando que “o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível” (Raffestin, 1993, p.143-144). Deste modo, se materializa a ideia que o território se forma a partir de sua matriz inicial; o espaço.

Qualquer projeto no espaço que é expresso por uma representação revela a imagem desejada de um território, de um local de relações [...]. Assim, portanto a representação compõe o cenário, tendo a organização como o espetáculo da tomada original do poder. (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

Assim, podemos expor que, além de haver a transformação do espaço para o território, os movimentos socioterritoriais também exercem fundamental papel na transformação do território, em um território carregado com suas significações. No que se refere ao tema, Marcelo José Lopes de Souza (1996) apresenta o território como um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder. Neste sentido, o autor baseia-se, nas concepções de Hannah Arendt, que traz o conceito de poder vinculado,

a habilidade humana de não apenas agir, mas de agir uníssono, em comum acordo. O poder jamais é propriedade de um indivíduo; pertence ele a um grupo e existe apenas enquanto o grupo se mantiver unido. Quando dizemos que alguém está no “poder” estamos na realidade nos referindo ao fato de encontrar-se essa pessoa investida de poder, por um número de pessoas, para atuar em seu nome. No momento em que o grupo, de onde se originaram o poder (potestas in populo, sem um povo ou um grupo não há poder), desaparece, ‘o seu poder’ também desaparece (Arendt, 1985, p. 24)

Raffestin (1993) entende o poder como multidimensional, dizendo que ele surge a partir das relações; é intencional, por ter finalidades prioritárias; é dissimétrico, pois está sempre exposto às resistências.

Sendo coextensivo a qualquer relação, torna-se inútil distinguir um poder político, econômico, cultural etc. Sendo toda relação um lugar de poder, isso significa que o poder está ligado muito intimamente à manipulação dos

fluxos que atravessam e desligam a relação, a saber, a energia e a informação. (...) O laço entre o poder e o saber é evidente, mas não há nem informação pura nem energia pura. Trata-se de uma combinação das duas. (RAFFESTIN, 1993, p. 53-54)

Contudo, Souza (2001) consolida a ideia de que não se pode confundir poder com violência, e deixa claro que poder não está conectado apenas a ideia de poder de Estado, mas pode estar intrinsecamente ligado as diferenças culturais e em variados espaços, “desde o quarteirão aterrorizado por uma gangue de jovens até o bloco constituído pelos países membros da Otan” (SOUZA, 2001, p. 11).

Neste sentido Oliveira (2002) concebe o território é como:

síntese contraditória, como totalidade concreta do processo/modo de produção/distribuição/circulação/consumo e suas articulações e mediações supraestruturais (políticas, ideológicas, simbólicas, etc.) em que o Estado desempenha a função de regulação (2002, p. 74).

Com isso, Oliveira (2002), afirma que o território se constitui num:

produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção de sua existência. (...) Dessa forma, são as relações sociais de produção e o processo contínuo/contraditório de desenvolvimento das forças produtivas que dão configuração histórica específica ao território. Logo o território não é um *prius* ou um *a priori*, mas a contínua luta da sociedade pela socialização igualmente contínua da natureza. (...) a construção do território é contraditoriamente o desenvolvimento desigual, simultâneo e combinado, o que quer dizer: valorização, produção, reprodução. (...) Isso significa que, sob o modo capitalista de produção, a valorização é produto do trabalho humano nas suas diferentes mediações sociais, a produção é produto contraditório de constituição do capital e a reprodução é produto do processo de reprodução ampliada do capital (OLIVEIRA, 2002, p. 74-75).

Percebe-se que os indivíduos preenchem determinadas localizações dentro do espaço, e acabam por se conectar em determinado lugar de forma individual ou coletiva, de modo a ser aleatória a escolha, levando em conta apenas o deslocamento e as distancias que existem entre os demais pontos, pois isto afetará na inter-relação com os locais, outros sujeitos ou grupos, e estes fatos, por sua vez dar-se-ão através da política, da economia, e das próprias relações sociais desenvolvidas pelos sujeitos que se conectam na relação de oferta e procura constante. “Isso conduz a sistemas de malhas, de nós e de redes que se imprimem no espaço e que constitui de algum modo, o território” (RAFFESTIN, 1993, p. 150).

[...] os pontos simbolizam a posição dos atores. Mas esses atores não se opõem; agem e, em consequência, procuram manter relações, assegurar funções, se influenciar, se controlar, se interditar, se permitir, se distanciar, ou se aproximar e, assim, criar redes entre eles. Uma rede é um sistema de linhas que desenham tramas. Uma rede pode ser abstrata ou concreta, invisível ou visível. A ideia básica é considerar a rede como algo que assegura a comunicação mas, por natureza, a rede que desenha os limites e as fronteiras não assegura a comunicação. É uma rede de disjunção. Mas mesmo uma rede de comunicações pode, a um só tempo, assegurar aquilo para o que foi concebida e impedir outras comunicações [...]. O que pode ser visto como comunicação em pequena escala pode ser visto como perda de comunicação em grande escala. É o que se pode observar no caso de autoestradas que com frequência arruinam o tráfego de passagem das cidades pequenas. (RAFFESTIN, 1993, p. 156).

O Assentamento Fazenda Annoni e Bela Vista criam vínculos com o espaço que estes territórios estão vinculados, e essa relação dar-se-á conforme a estrutura social existe. Por vez, acaba sendo pressuposto básico que as redes<sup>4</sup>, principalmente as concretas, formam as infraestruturas dos espaços territoriais e por sua vez do poder. Deste modo quanto mais pontos em uma rede, maiores as possibilidades de ações, principalmente por parte dos atores dominantes, logo se não houvesse o limite natural dos recursos, com a dinamização dos pontos estabelecidos, se teria uma infinidade de possibilidade. Podemos dizer que, quanto maior for o alcance ou relação do assentamento com a comunidade que o cerca, maior também é a probabilidade que esses assentamentos vinguem e se fortaleçam.

Podemos pensar que o conceito de território vem sendo discutido por diferentes abordagens, onde cada autor define seu direcionamento de pesquisa conforme seus métodos e concepções de interpretação, o mesmo ocorre quando se pensa nos territórios (re) criados por este movimento socioterritorial.

Na fala de Fernandes (2008), pode-se perceber a extensão que o conceito de território vem tomando, bem como sua representação dentro da ciência geográfica. Este conceito é uma das categorias de análise da geografia e recentemente tornou-se um conceito muito utilizado por diversas ciências que se ocupam dos processos de produção do espaço. O território é utilizado também como disputas pelas classes sociais para o seu controle e que, muitas vezes, estas disputas vêm acompanhadas de conflitos. Sobre isso, afirma Fernandes (2008):

A conflitualidade é o processo de relações de enfrentamento permanentes nas interpretações que objetivam as permanências e ou as superações das

---

<sup>4</sup> A rede faz e desfaz as prisões do espaço tornado território: tanto libera como aprisiona. É porque ela é 'instrumento', por excelência, do poder. (RAFFESTIN, 1993, p.204).



classes sociais, grupos sociais, instituições, espaços e territórios. As contradições produzidas pelas relações sociais criam espaços e territórios heterogêneos, gerando conflitualidades. As classes sociais, suas instituições e o Estado produzem trajetórias divergentes e diferentes estratégias de reprodução sócio-territorial. A conflitualidade é apenas um componente. Esse processo é formado por diversos componentes [...]. O âmago da conflitualidade é a disputa pelos modelos de desenvolvimento em que os territórios são marcados pela exclusão das políticas neoliberais, produtora de desigualdades, ameaçando a consolidação da democracia. (FERNANDES, 2008, p.5).

A conflitualidade foi essencial para que se criassem os territórios/assentamentos aqui investigados. Fernandes (2005) estabelece a relação entre conflitualidade e território, afirmando que a transformação dos espaços em território se dá pela conflitualidade. O referido autor chama atenção para a relação entre os movimentos socioterritoriais e os processos de territorialização

Os movimentos socioterritoriais para atingirem seus objetivos constroem espaços políticos, especializam-se e promovem espacialidade. A construção de um tipo de território significa, quase sempre, a destruição de outro tipo de território, de modo que a maior parte dos movimentos socioterritoriais formas e a partir dos processos de territorialização e desterritorialização Fernandes (2005 p, 8).

Houve inicialmente o surgimento de um espaço político forte, que foi o Assentamento Fazenda Annoni, e conseguinte, uma redistribuição de assentados dentro da região Sul do Brasil, que a partir do fortalecimento da identidade camponesa estes sujeitos puderam ocupar outros espaços, tendo a possibilidade de territorializá-lo, agora, não podemos afirmar aqui, que todos os território que foram ocupados por esses sujeitos oriundos dessa matriz inicial, passou pela conflitualidade e puderam concretizar a territorialização da política do MST, o que levaria ao abandono da identidade de assentado a esses assentamentos, em um processo chamado de desterritorialização. Refletindo com Fernandes (2005) sobre a territorialização e a desterritorialização, percebe-se que:

A expansão e ou a criação de territórios são ações concretas representadas pela territorialização. O refluxo e a destruição são ações concretas representadas pela desterritorialização. Esse movimento explicita a conflitualidade e as contradições das relações socioespaciais e socioterritoriais. Por causa dessas características, acontece ao mesmo tempo a expansão e a destruição; a criação e o refluxo. Esse é o movimento do processo geográfico conhecido como TDR, ou territorialização, desterritorialização- reterritorialização. Fernandes (2006, p. 28).

Esses aspectos poderão ser mais bem compreendidos no próximo item que faz breve discussão sobre os termos que estão conectados a dinâmica do território, pois se apresentam como componente analítico importante para que consigamos interpretar a dinâmica dos dois assentamentos rurais já citados.

## **2.1 Territorialidade, Territorialização, Desterritorialização e Reterritorialização. Uma aproximação ao conceito**

Fernandes (2008, 2009) elabora uma proposta fundamental para que se possa estabelecer uma tipologia dos territórios, para descomprometer o conceito de território pautado exclusivamente no sentido de espaço, ou deste espaço governado, assim, o referido autor destaca que:

Recentemente, surgiram diversos trabalhos que se referem às perspectivas, desenvolvimentos, enfoques, abordagens territoriais, entre outras denominações. Esses textos são propostas de políticas ou análises de projetos em implantação ou implantados, que envolvem diferentes instituições: multinacionais, governos nacionais, estaduais e municipais, movimentos socioterritoriais, sindicatos, igrejas etc. Para compreender os interesses, ações, relações e conflitos entre as instituições e os diferentes territórios, consideramos insuficiente a compreensão do território apenas como espaço de governança. (FERNANDES, 2009, p.3)

As intencionalidades e interesses de apropriação de determinadas classes sociais resulta em um território planejado. Partindo desta afirmativa, e concordando com a divisão do território através de sua tipologia que o divide em primeiro território<sup>5</sup>, segundo território<sup>6</sup> e terceiro território<sup>7</sup>. A partir desta definição chegamos

<sup>5</sup> O primeiro território é o espaço de governança da nação. É o ponto de partida da existência das pessoas. (...) O primeiro território ou espaço de governança está organizado em diversas escalas e instâncias. Estados, províncias, departamentos e municípios são frações integradas e independentes do primeiro território. São diferentes escalas dos espaços de governança. (FERNANDES, 2009, p. 11)

<sup>6</sup> Já o segundo território está intrinsecamente ligado ao primeiro território. Entretanto, em hipótese alguma devem ser confundidos, tendo a concepção de que o movimento de produção é diferenciado conforme suas especificidades e interesses. O pressuposto do segundo território está relacionado com a propriedade privada, seja ela capitalista ou não. Como o território do agronegócio e o território de produção camponesa

<sup>7</sup> De acordo com Fernandes, o terceiro território, é relacional e envolve todos os demais tipos de territórios. O uso desses territórios, portanto a suas territorialidades, vão determinar o terceiro território. Considera-se que o terceiro território pode ser material e imaterial, fixo e fluxo, unido pela correlação de forças. Assim Fernandes, (2009) destaca que esse movimento é determinado pelas relações sociais e as conflitualidades entre as classes, grupos sociais, sociedade e Estado.

mais próximos do conceito que queremos introduzir neste momento que é o de territorialidade, onde a mesma significa o uso do território.

Estabelece-se que os territórios do Assentamento Fazenda Annoni e Assentamento Bela Vista encontram-se configurados como o segundo tipo de território, partindo para o terceiro tipo, pois existe uma configuração específica a partir de sua territorialização.

[...] como espaço geossimbólico, carregado de afetividade e significações: em sua expressão mais forte, torna-se território-santuário, isto é, um espaço de comunhão com um conjunto de signos e valores. A ideia de território fica associada à ideia de conservação cultural. (BONNEMAISON, 2002, p. 111).

De acordo com Raffestin (1993), a territorialidade reflete a perspectiva de multidimensionalidade do vivido territorial por membros de uma coletividade social. Diante disso, cabe dizer que são as relações de poder que se estabelecem entre os atores, onde esta influencia o contato da sociedade e a natureza. Por vez, a territorialidade vem a somar em um conjunto de relações que se estabelece diante de um sistema que integra três dimensões: Sociedade, Espaço e Tempo, onde se busca a implantação da autonomia de um sistema. Nesse sentido, para Andrade (2004), a territorialidade advém da consciência que as pessoas que habitam um território têm de sua participação na formação histórica destes, que se dá de forma subjetiva (consciência de confraternização, de se sentir parte, de integrar-se ao território de um Estado). Por ser um processo geográfico, a territorialidade está sujeita a mudança, e essa dinâmica está expressa nos assentamentos estudados nesta pesquisa, portanto, tenta-se esclarecer o conceito de territorialidade por ser determinante o entendimento de que tipo de territórios do MST se está investigando e que tipo de territorialidades temos nesses assentamentos estudados? Todavia é importante relatar que os assentamentos passam por territorializações semelhantes, uma vez que o grupo que está atuando sobre o território possui a mesma discussão política, entretanto, cada território terá sua territorialização, ou seja, sua própria identidade, pois não somente o agente MST estará atuando, haverá outras influências que muitas vezes farão com que, os assentamentos percam a identidade camponesa.

De acordo com o que foi conceitualmente construído, pode-se associar a territorialidade com o próprio conceito de território, baseando-se em suas relações sociais expressas nas atividades cotidianas, produzindo deste modo valor e função

aos instrumentos espaciais. As inúmeras territorialidades se dão através dos diversos tipos de usos do território. Onde, quando um assentamento do MST mostra-se conectado com a identidade de assentado, com luta, com mobilizações e protagonismo político haverá determinada configuração, em contrapartida onde, o assentamento não se mostra autônomo (por diversos fatores), não haverá a mesma territorialidade.

Segundo Saquet (2009), a territorialidade é compreendida nos contextos territoriais de desenvolvimento e apresenta-se como um fenômeno social de determinado grupo de indivíduos ou de grupos distintos, carregadas de fluabilidade no tempo e no espaço, construindo identidades e influenciadas pelas condições históricas e geográficas dos lugares.

A territorialidades corresponde ao poder exercido e extrapola as relações políticas envolvendo as relações econômicas e culturais, indivíduos e grupos, redes e lugares de controle, mesmo que sejam temporários, do e no espaço geográfico com suas edificações e relações. A territorialidade efetiva-se em todas as nossas relações cotidianas, ou melhor, ela corresponde às nossas relações sociais cotidianas em trama, no trabalho, na família, na rua, na praça, na igreja, trem, na rodoviária, enfim, na cidade-urbano, no rural-agrário e nas relações urbano-rural de maneira múltipla e híbrida (SAQUET, 2009, p.90).

Deste modo, como explica Fernandes (2008),

cada tipo de território tem sua territorialidade, as relações e interações dos tipos nos mostram as múltiplas territorialidades. É por essa razão que as políticas executadas no território como propriedade atingem o território como espaço de governança e vice-versa. A multiterritorialidade une todos os territórios através da multidimensionalidade e por meio das escalas geográficas, que podem ser representados como camadas sobrepostas (layers), em que uma ação política tem desdobramento em vários níveis ou escalas: local, regional, nacional, internacional. (Fernandes, 2008, p, 5)

Pode-se dizer que existem inúmeros tipos de territorialidades, mesmo que os espaços sejam semelhantes, como é o caso dos assentamentos rurais Fazenda Annoni e Bela Vista, onde cada um deles irá se apresentar de determinado modo, algumas pontos semelhantes, outros, nem tanto. Para isso, são exigidas políticas que enquadre corretamente estes territórios. Não estou dizendo que se deve haver uma política de unificação desses territórios, esperando que haja o mesmo processo de territorialização em todos os assentamentos, pois acredito que o territorializar seja um gesto que vem do grupo, é forma de vida, é um projeto social coletivo que se constrói em grupo, mas, afirmo que deva ser pensado em estratégias que permitam que os assentados se manifestem, que suas demandas sejam atendidas,

e que sua luta seja validada por todas as dimensões da sociedade.

Quando há construções de referências simbólicas e identitárias que contemple a identificação de um grupo, é tratado como territorialização, ou reterritorialização. Tentando associar essa discussão e buscando compreender o conceito de territorialização, com base em Fernandes e Martin (1999), entendemos territorialização como sendo “o processo de reprodução, recriação e multiplicação de frações do território” (Fernandes e Martin, 1999, p. 07). Para Fernandes, a espacialização é compreendida como a luta, e a territorialização como a conquista da terra. Desta forma, essa territorialização significa a conquista de parte do território. É a partir da espacialização que se alcança a territorialização. Dessa forma, esses processos são interativos, de modo que “a espacialização cria a territorialização e é reproduzida por esta” (FERNANDES, 2000, p. 17). Como foi passível de análise nesta dissertação, foi possível perceber que no mesmo território/assentamento pode-se haver territorializações diferentes, o que posso chamar talvez de uma transição da territorialidade, pois este não se encontra somente territorializado pelo MST, nem pelo agronegócio, pois encontra resistência de alguns camponeses que tentam enfrentar as investidas fortes do capital.

O território se compõe por processualidade e simultaneidade de temporalidades diferenciadas, imerso numa constante desterritorialização, nutrido por um conjunto de “novos e velhos” territórios e territorialidades.

A territorialização constitui e é substantivada, nesse sentido, por diferentes temporalidades e territorialidades multidimensionais, plurais e estão em unidade. A territorialização é resultado e condição dos processos sociais e espaciais, significa movimento histórico e relacional. Sendo multidimensional, pode ser detalhada através as desigualdades e das diferenças e, sendo unitária através das identidades (SAQUET, 2009, p. 83).

De modo contrário, a desterritorialização significa o desarraigamento de povos, atividades sociais e econômicas que envolvem a comunidade, significando uma perda de cultura que outrora estava ligado àquele espaço, ligando com o que foi dito anteriormente, quando o território perder a identidade camponesa, irá restar atender outras demandas, que por sua vez pode ser do agronegócio. Para Souza (1995), o processo de desterritorialização pressupõe a exclusão do grupo que anteriormente ocupava um determinado espaço. Assim, também representa uma desarticulação entre território de seus aspectos sociais e culturais, bastante presente

nos territórios rurais de hoje, quando se visualiza uma dominância do agronegócio no espaço rural, que, favorece o efeito de abandono do campo por parte dos camponeses. Nesse sentido, Santos (1992) afirma que a desterritorialização representa o estranhamento do indivíduo ao lugar, ou seja, uma desculturização, caracterizada como sendo uma,

consequência importante, isto é, a tendência À desculturização da área, na medida em que a substituição das pessoas, a alteração dos equilíbrios sociais de poder, a introdução de novas formas de fazer, geram desequilíbrios dos quais resultam, de um lado, a migração das lideranças locais tradicionais e a quebra de hábitos e tradições, e, de outro, a mudança de formas de relacionamento produzidas lentamente durante longo tempo e que se veem, de chofre, substituídas por novas formas de relações cuja raiz é estranha e cuja adaptação ao lugar tem um fundamento puramente mercantil (Santos, 1992, p, 46)

Assim, Santos (2002), afirma que, mesmo sendo o território entendido por elementos naturais e artificiais de uma área, a reterritorialização não se configura apenas na alteração das formas. Em alguns territórios do MST, os sujeitos podem, a partir de algumas trajetórias, filiar-se ao modo de produção capitalista, tornando-se reprodutores do sistema capital agro-granjeiro, seja através de seus cultivos, ou por meio de arrendamento e/ou venda dos lotes, tendo sobre o território uma nova configuração, que pode ser uma configuração velha, a que existia anteriormente a entrada do MST. Ao passo que as formas se modificam, mudam-se as funções e, conseqüentemente, o homem também se modifica.

Por esta perspectiva, a reterritorialização preenche o movimento de reconstruir laços de identidade, com novos atores agindo no contexto territorial. Segundo Haesbaert (1999), uma das marcas centrais do movimento de desterritorialização moderno e globalizado seria a produção de aglomerados, símbolos da chamada “desterritorialização extrema” e “precária”, que nos trazem a perspectiva de uma massa disfuncional sem identidade e espacialmente definida por um ponto, linha ou superfície. Assim sendo, conseguimos analisar os processos diferenciados que acabam por influenciar o processo de produção e reprodução do espaço inserido.

## **2.2 Território Camponês**

Como anuncia Fernandes (2012); falar sobre território camponês não é uma tarefa fácil, todavia, a forma com que entendemos o que é território, torna-se bastante reduzida, pois associamos as noções de território somente às questões governamentais, claro que essa noção é bastante importante, pois a partir desta, criamos concepções de outras formas que o território se apresenta.

Desta forma, com o auxílio das concepções de Martins (1994), percebemos que a luta camponesa pela “terra de trabalho” difere da luta do capital pela “terra de negócio” – que busca se apropriar de todos os espaços. É nesse conflito entre “terra de trabalho” x “terra de negócio” que podemos entender a “territorialidade camponesa” x a “territorialidade do capital”, conforme apontada por Marques (2002), ficando clara a divergência destes sistemas. O assentamento Fazenda Annoni e Bela Vista são territórios que surgem a partir da luta pela terra de trabalho, em contrapartida ao longo do tempo não tiveram o mesmo processo de construção, apresentando algumas diferenciações em suas organizações que envolvem a infraestrutura e o manejo dos lotes, assim pensamos que nem todos os assentamentos possuem a mesma territorialidade. De frente a estes entendimentos, percebe-se o território como produto das relações sociais que se estabelece em diferentes classes e conflitos dentro da sociedade. Assim, para Oliveira (1998, p.08),

O território deve ser apreendido como síntese contraditória, como totalidade concreta do processo modo/ de produção/distribuição/circulação/consumo e suas articulações e mediações supraestruturais (políticas, ideológicas, simbólicas, etc.) onde o Estado desempenha a função de regulação. O território é assim, produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção de sua existência.

Desta forma, podemos pensar que há diversos tipos de territórios e que estão em constante confronto porque são espaços onde as relações se realizam (Fernandes, 2009 *apud* Fernandes, 2012). Os territórios do campesinato são essenciais para que se produza uma territorialização camponesa<sup>8</sup>, entretanto isso não garante que todos esses territórios construídos a partir de uma identidade camponesa permaneçam e consigam resistir frente aos ataques do capital, há de se entender também que os territórios sempre estão em confronto. Ou seja, um grupo

---

<sup>8</sup> De acordo com Shanin (1979:228), o campesinato é, ao mesmo tempo, uma classe social e um “mundo diferente”, que apresenta padrões de relações sociais distintos - ou seja, o que também podemos denominar de modo de vida. Para o autor, o campesinato é uma classe social de baixa “classidade” que acaba se inserindo na sociedade capitalista de forma subordinada e se levanta em momentos de crise.

que defende a concentração de terras e outro grupo que luta pela terra para o trabalho, assim, existirá, em síntese, dois territórios: Território do Campesinato e do Agronegócio<sup>9</sup>. Referindo aos assentamentos estudados, e reduzindo há apenas dois tipos de territórios, poderíamos dizer que o Assentamento Fazenda Annoni e Assentamento Bela Vista são territórios do Campesinato, entretanto o território do assentamento Bela vista apresenta apropriação por parte do agronegócio.

. Por assim dizer então, Annoni corresponde há um território Camponês, enquanto Bela Vista, não.

No que se refere ao território Camponês, o mesmo é:

O espaço de vida do camponês. É o Lugar ou os lugares onde uma enorme diversidade de culturas camponesas constrói sua existência. O território camponês é uma unidade de produção familiar e local de residência da família, que muitas vezes pode ser constituída de mais de uma família. Esse território é predominantemente agropecuário, e contribui com a maior parte da produção de alimentos saudáveis, consumidos principalmente pelas populações urbanas. (Fernandes, 2012, p. 744)

A partir deste esclarecimento, entende-se território camponês como sítio, o lote, a propriedade familiar ou comunitária, da mesma forma em que se apresenta a própria comunidade, o assentamento ou um município, onde são predominantes as comunidades camponesas. (Marques 2000 e 2008 *apud* Fernandes, 2012, p, 744).

Tendo em vista, e tentando dialogar sobre esta temática, Fernandes (2008) fala ainda que,

Pensar o território nesta conjuntura deve-se considerar a conflitualidade existente entre o campesinato e o agronegócio que disputam territórios. Esses compõem diferentes modelos de desenvolvimento, portanto formam territórios divergentes, com organizações espaciais diferentes, paisagem geográficas completamente distintas. Nesta condição, temos três tipos de paisagens: a do território do agronegócio que se distingue pela grande escala e homogeneidade da paisagem, caracterizado pela desertificação populacional, pela monocultura e pelo produtivismo para a exportação; o território camponês que diferencia pela pequena escala e heterogeneidade da paisagem geográfica, caracterizado pelo frequente povoamento, pela policultura e produção diversificada de alimento – principalmente – para o desenvolvimento local, regional e nacional; o território camponês monopolizado pelo agronegócio, que se distingue pela escala homogeneidade da paisagem geográfica, e é caracterizado pelo trabalho subalternizado e controle tecnológico das commodities que se utilizam dos territórios camponeses. Fernandes (2008, p. 296),

<sup>9</sup> Para Fernandes (2000) o agronegócio é o novo nome do modelo de desenvolvimento econômico da agropecuária capitalista, o autor afirma que esse modelo não é novo, sua origem está no sistema plantation, em que grandes propriedades são utilizadas na produção para exportação. Desde os princípios do capitalismo em suas diferentes fases esse modelo passa por modificações e adaptações, intensificando a exploração da terra e do homem.



Percebe-se que a luta pela consolidação de um território camponês se dá através do resultado do processo histórico que se deu em torno do espaço agrário no Brasil, e é também resultado da divisão de classes sociais que é denominada aqui como sendo excludente e concentradora.

Como define Raffestin (1993, p. 50), “o território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder”. Mesmo que se percebam os latifundiários controlando a agricultura no Brasil, reconhece-se o papel da agricultura familiar camponesa na produção de alimentos.

Tendo este ângulo de interpretação, observam-se duas distintas concepções que envolvem os modos de produção: O Agronegócio e a Agricultura Camponesa, em que o primeiro se alicerça na lógica do capital financeiro e se reproduz na prática com a produção da monocultura, enquanto o segundo está amparado na diversificação presente na produção alimentícia, cultural, social e também apresenta preocupações com o meio ambiente.

O aumento da produtividade dilatou a sua contradição central: a desigualdade. A utilização de novas tecnologias tem possibilitado cada vez mais, uma produção maior em áreas menores. Esse processo significou concentração de poder e - consequentemente - de riqueza e de território. A expansão da territorialidade da agricultura capitalista amplia o controle sobre as relações sociais e o próprio território, agonizando as injustiças sociais. (FERNANDES e MOLINA, 2004, p. 39).

O campo também é espaço de contradições, e neste sentido, o modelo de desenvolvimento acarreta a este espaço a pobreza e a disseminação da violência. O modo de vida dos camponeses sofreu alteração com a inserção do modo de produção, introduzido pelo capital.

Em acordo com isso, Montenegro (2007, p.28), descreve que:

Outro tema tradicional que ganha desdobramentos atuais é o do papel do Estado na agricultura. Além da marcada diferenciação entre a força das políticas públicas dedicada ao agronegócio e a fragilidade das políticas orientadas aos camponeses, o que percebemos desde os anos 1950 é a incorporação da discussão do desenvolvimento rural como uma estratégia de substituir, sem resolver; a discussão sobre a questão agrária.

O campo deve passar a ser entendido como o todo que é. Não ser visualizado apenas como território do agronegócio, a diversidade e a produção familiar deve ser pensada coerentemente, bem como lugar de surgimento de culturas, pois, em cada região do país, há formas de produção que são passadas através das gerações.

Pensa-se que, para que haja o desenvolvimento local parte-se da valorização humana do próprio sujeito, voltando-se para si e seu desenvolvimento. Na questão da práxis, relacionada ao desenvolvimento, é entendida como uma forma de exercício de afetividade que submerge o sujeito em uma relação comunitária, assim sendo, a construção de uma identidade, parte da relação dos sujeitos com o lugar, com isso surge-se a cultura de um grupo social, e a própria produção da cultura, podendo ocorrer ou não nos assentamentos rurais, fica deste modo refém de outros processos e, ou, agentes que atuarão nesses territórios.

De acordo com Fernandes (2012, p.745), essa,

miséria é gerada cotidianamente pelas relações capitalistas, que, depois de se apropriarem da riqueza produzida pelo trabalho familiar camponês, também se apropriam de seu território. Ao perder a propriedade, seu espaço de vida, seu sítio, sua terra, seu território a família camponesa é desterritorializada. Como reação a esse processo, ocorrem a luta pela terra e as ocupações, na tentativa de criação e recriação da condição camponesa: camponato e território são indissociáveis, e a separação entre eles pode significar a destruição de ambos.

O camponês sem terra busca significação e luta por garantias de permanência em uma terra que possa chamar de sua, deste modo esse movimento se expressa em luta e fica conhecido em todo o mundo.

### 3 MOVIMENTOS SOCIAIS: Algumas definições

Ao discutir sobre os movimentos sociais, tomam-se como base teórica os estudos de Gohn (1997), e a delimitação sobre o assunto que a mesma traz, em que destaca em quatro momentos: o marxista, o norte-americano, o dos novos movimentos sociais e o latino-americano. Os Movimentos sociais podem ser entendidos como ações sociopolíticas que são constituídas por sujeitos no contexto coletivo, que se articulam através do cenário socioeconômico e político do País, criando uma espécie de campo de força social composto de diferentes classes sociais (GOHN, 1997). O modelo clássico Marxista, segundo Picolotto (2007, p.157), configurou-se como “uma das grandes contribuições de Marx”, que estabeleceu a “relação entre a teorização e ação política dos movimentos sociais através do conceito de *práxis social*”. Nesse sentido, o marxismo se aplica aos estudos dos movimentos sociais como uma teoria que explica e fundamenta os próprios

movimentos, e suas ações, a partir da análise de processos históricos, principalmente das lutas das classes sociais e sua relação com os meios de produção (PICOLOTTO, 2007).

O modelo clássico é fruto da análise marxista que interpreta o cenário a partir do entendimento materialista da sociedade, das atividades econômicas e da organização dos modos de produção, ou seja, das relações sociais produzidas em escala de infraestrutura e superestrutura.

Já a chamada Escola de Chicago possui um viés de cunho interacionista ao se tratar dos seus estudos sobre movimentos sociais, resgatando a produção teórica que existe sobre o tema, sendo uma importante referência teórica na área. Essa Escola é uma das matrizes teóricas que fundamenta os estudos no campo dos movimentos sociais e, devido a isso, é importante ressaltá-la. Como menciona Gohn (1997, p.27) sobre a Escola de Chicago:

Fundada em 1892 por W. I. Thomas, a Escola de Chicago gerou grande produção no campo das relações sociais, dando origem à chamada Tradição do Interacionismo. Esta produção emergiu num contexto histórico marcado por grandes transformações sociais, impulsionado pela idéia de progresso. A escola tinha uma orientação reformista: promover a reforma social de uma sociedade convulsionada em direção ao que se entendia como seu verdadeiro caminho, harmonioso e estável.

Destacando como grande teórico da mesma, Herbert Blumer fundamentando a abordagem clássica do paradigma norte-americano para os movimentos sociais, definindo-os como empreendimentos coletivos que estabelecem uma nova ordem de vida (GOHN, 1997). Como apresenta Gohn (1997, p. 31) “surgem de uma situação de inquietação social, derivando suas ações dos seguintes pontos: insatisfação com a vida atual, desejo e esperança de novos sistemas e programas de vida”. No contexto americano, destaco a abordagem clássica, predominando até os anos 1960, com suas características possuindo o núcleo articulador das análises (teoria da ação social) e a busca da compreensão dos comportamentos. Visando o entendimento dos movimentos como sintomas de descontentamento dos indivíduos com a ordem social vigente, objetivando a sua mudança (GOHN, 1997).

Em relação ao chamado “Novos Movimentos Sociais”, os quais são fruto da crítica à abordagem ortodoxa marxista, e no contexto contemporâneo é chamada de neomarxismo, tem com principal intuito de realizar a análise dos movimentos sociais surgidos na Europa principalmente posterior ao ano de 1960 (PICOLOTTO, 2007).

Como destaca Picolotto (2007, p.160) sobre os novos movimentos sociais, onde o diferencial é os pontos de análise dos sujeitos envolvidos, pois são analisadas suas ações coletivas e a identidade coletiva criada neste processo:

Uma das principais críticas dirigidas a abordagem marxista ortodoxa refere-se ao seu arcabouço teórico, que privilegia a análise das estruturas sociais (especialmente a econômica), consideradas como determinantes da ação humana. O paradigma dos NMS considera que isto limita a expressão da subjetividade dos indivíduos ao considerá-los como reflexo das determinações materiais. Do mesmo modo, subestimam-se as contribuições culturais e a ação criativa dos indivíduos na formação dos movimentos sociais (PICOLOTTO, 2007, p.160).

Nesse sentido, podem-se destacar alguns estudiosos desse período, como o sociólogo francês Alain Touraine, que durante a década de 1970, procede com a sua definição de movimento social como ação conflitante produzida por agentes sociais, que lutam a partir de uma classe social pelo controle do sistema (TOURAINÉ, 1977). Como explica Picolotto (2007, p.161), “entendendo por sistema de ação histórica um campo social e cultural que dá a direção para o desenvolvimento da sociedade”.

Sendo assim, os movimentos sociais devem mediar a relação do sujeito com o Estado, a fim de desenvolver uma responsabilidade mútua em relação à democracia e aos direitos garantidos. Outro estudioso a se destacar neste período é Manuel Castells, oriundo de tradição marxista, onde sua teoria parte do diagnóstico da formação de nova base material, que possibilita a compreensão dos efeitos que a revolução das tecnologias da informação traz como ressalta Picolotto (2007, p.164):

Castells (1999; 2002; 2003) observa a emergência de três processos independentes que começam a se gestar no final dos anos sessenta e princípio dos setenta e que convergem hoje para a "gênese de um novo mundo". São eles: a) a revolução das tecnologias da informação; b) a crise econômica tanto do capitalismo quanto do estatismo e a subsequente reestruturação destes; e c) o florescimento de movimentos sociais e culturais – feminismo, ambientalismo, defesa dos direitos humanos, das liberdades sexuais, etc.

Castells explica que há uma relação de processos entre a revolução das tecnologias da informação, comparando as mudanças ocorridas durante a Revolução Industrial, pois elas tornaram-se parte indispensável à produção de bens, às mercadorias e ao exercício do poder, e, conseqüentemente, organizam como a sociedade vai agir culturalmente (PICOLOTTO, 2007).

O outro processo mencionado se refere à crise do modelo capitalista, referindo-se à época histórica dos anos 1970/80/90, que levou a uma nova concepção de capitalismo, marcado pela globalização econômica, e possibilitada pelo aumento das relações com a tecnologia da informação (PICOLOTTO, 2007).

Já na visão de Alberto Melucci, o entendimento dos movimentos sociais deve partir do entendimento sobre os motivos que levam os indivíduos a participarem deles. Identificando as redes de movimentos sociais, no qual considera um fenômeno contemporâneo, como menciona Picolotto (2007, p.172):

Melucci ressalta que os movimentos sociais, a partir do final da década de 80, passaram a se organizar de maneira inter-relacionada, ou seja, formaram-se as *redes de movimentos*. Estas, por sua vez, deram uma nova tônica para a ação dos movimentos, que passaram a assumir um modelo bipolar de ação: a fase da *latência* e a fase da *visibilidade*.

Ficando evidente que na contemporaneidade o conflito está relacionado ao cotidiano e, devido a isso, é delimitado o potencial de ação, pois não convêm ao sistema econômico representações sociais através dos movimentos.

### 3.1 MOVIMENTO SOCIOTERRITORIAL: Um movimento de luta pela terra

Na tentativa de conceituar os movimentos socioterritoriais, concordamos que é o movimento que tem o território como objetivo de conquista (PEDON, 2009; FERNANDES, 2005), em outras palavras “dizem respeito ao conjunto de mobilizações populares que, além da conquista do território, têm sua existência condicionada à manutenção de sua territorialidade” (PEDON, 2009, p. 227). Logo, afirma-se também que os movimentos que lutam pela terra, que são resistentes aos processos de dominação do território são, assim como o MST, movimentos socioterritoriais, destacando-se no cenário nacional grupos como os quilombolas, indígenas, trabalhadores rurais, camponeses, dentre outros. Os aqui, denominados de movimentos socioterritoriais, no qual se enquadram o Assentamento Fazenda Annoni e Assentamento Bela vista, são os sujeitos que auxiliam na produção dos espaços e territórios.

A produção ou a construção do espaço acontece pela ação política, pela intencionalidade dos sujeitos para transformação de suas realidades. Os espaços políticos são reproduzidos pelo movimento da ação, constituindo a espacialização. Os conteúdos desses espaços são manifestados por suas

inerências: a espacialidade e a espacialização são propriedades do espaço em seu movimento (FERNANDES, 2005, p. 30)

Os sujeitos que ingressaram no movimento de luta pela terra, como é o caso da Fazenda Annoni, atuavam por mudanças da própria realidade de vida, e pela vida dos companheiros que não possuíam reconhecimento como sujeito social, trabalhando com a agricultura, entretanto, não possuía a propriedade da terra para o cultivo e desenvolvimento social naquele território. Deste modo, apoiado em outros grupos que atuavam na mesma perspectiva, dão voz ao surgimento de um novo movimento, um movimento socioterritorial, que se criam em torno de conflitos, e desagradados presentes na sociedade, a qual está imersa em um cenário de contradições. Este movimento possui uma organização que luta para conquistar a terra, para então territorializá-la. Para que a terra fosse conquistada, este movimento organiza-se em forma de ocupações sobre propriedades privadas, que se concretiza de dois modos.

Modo 1: Conjunto: Quando o movimento ocupa um território de modo a utilizar-se também da força de outros movimentos.

Modo 2: Individual: Quando a ocupação ocorre sem a participação de outros grupos. Pedon (2013), sob orientação do professor Bernardo Mançano Fernandes, afirma em sua tese de doutorado que este modelo de concretização do movimento deve ser encarado como uma luta popular, que é sinônimo de enfrentamento, uma forma de resistência à lógica comercial hegemônica que existe na sociedade.

A ocupação contém no mínimo duas partes, os ocupantes e as forças que estão em oposição. Essa tensão não está à frente, justaposta ou sobreposta ao conflito, ela é parte constitutiva dele. A realização de uma ocupação decorre da consciência construída na realidade em que se vive. É a um só tempo, um aprendizado e um processo histórico de construção das experiências de resistência (PEDON, 2013, p. 190-191).

As ocupações de terras quando ocorrem de modo isolado e organizado são realizadas por movimentos sociais isolados por um ou mais município. Já as ocupações de terras organizadas e espacializadas, são realizadas por movimentos socioterritoriais que possuem projetos políticos com maior alcance, com agendas políticas e que possuem experiências anteriores de luta. Fernandes (1999) relaciona as ocupações com os tipos de experiências, o autor as classifica em espontâneas e isoladas, organizadas e isoladas, organizadas e espacializadas. Sem haver grande

distanciamento, os assentamentos que fazem parte desta pesquisa possuem uma organização específica, onde o Assentamento Fazenda Annoni mostra-se conectado com o movimento político e discutindo alternativas de novas territorializações, com outros assentamentos, na tentativa de continuar dando visibilidade ao grupo. O Assentamento Bela Vista, mostra-se isolado da produção e levantamento das inquietações, possui uma postura mais passiva na luta pelo território, contudo, podemos afirmar, ainda que de modo diferente, os dois assentamentos se mostram como resistentes as investidas do modelo hegemônico social.

A ocupação de terra é espaço de resistência para o atendimento das reivindicações desses movimentos. A causa principal defendida é a realização da reforma agrária. Dessa forma, a ocupação de terra, planejada e executada pelos movimentos socioterritoriais é o momento de enfrentamento e resistência para a conquista do território camponês, ou seja, sua territorialização pela desterritorialização do território do latifúndio e do agronegócio. (GIRARDI; FERNANDES, 2009. p. 345).

Com a transfiguração dos espaços em territórios, os movimentos territorializam-se, como também podem ser desterritorializados pelo latifúndio e agronegócio e se reterritorializam, sempre levando consigo suas territorialidades, mais uma vez afirma-se que é na conflitualidade que ocorre essa transformação, bem como está visível este processo neste trabalho.

No momento em que o espaço passa a ter novas configurações, estabelecendo-se como território, os movimentos são os agentes de transformação, e como Fernandes (2008, p, 7 ) ressalta "os territórios se movimentam também pela conflitualidade". Assim, pode-se dizer que, os territórios possuem territorialidades específicas, onde uma determinada ação o transformará, entretanto, cabe dizer que a dinâmica dos movimentos pode ser alterada, onde estes indiscutivelmente são passíveis de serem desterritorializados e novamente reterritorializados, considerando que a presença destes moldará/alterará/configurará o espaço geográfico em um território completamente específico. Logo, perceberemos a conexão entre o movimento de luta e o espaço, sendo indissociáveis. O movimento Socioterritorial é aquele que possui o território como trunfo, então o território dará vida a este movimento, em outras palavras, "dizem respeito ao conjunto de mobilizações populares que, além da conquista do território, têm sua existência condicionada à manutenção de sua territorialidade". (PEDON, 2009, p. 227). Cada movimento socioterritorial possui um objetivo de luta, neste caso, o MST, tem como

um de seus principais objetivos a conquista da terra de trabalho (Fernandes, 2000), já os movimentos socioespaciais são aqueles que possuem o espaço como trunfo (MARTÍN, 1997), ambos movimentos constroem espaços, e o objetivo é conquistar o território, bem como já anunciava (Raffestin, 1993), o território é um trunfo no movimento de enfrentamento e resistência ao capital (RAFFESTIN, 1993). Por assim dizer, a transformação do espaço em território é essencial para que este seja territorializado, e por sua vez se reconheçam como movimento socioterritorial, assim afirmando, podemos dizer que, é essencial que este movimento seja fortalecido como um movimento político dentro dos assentamentos, para que assim seja garantida uma estruturação e territorialização destes territórios. Conforme é retratado por assentados do assentamento Fazenda Annoni, eles percebem que há relação estreita entre os componentes deste assentamento, há frequentes reuniões e debates em torno de suas necessidades, já no caso do assentamento Bela Vista, segundo informações trazidas pelos alguns assentados, os mesmos não possuem relação organizacional, todavia, no início da formação do assentamento, haviam reuniões onde os integrantes do movimento eram convocados a participar, com o passar dos anos esta organização não é um ato frequente no assentamento, conforme é relatado.

Por estarmos falando sobre o MST como um movimento socioterritorial, é necessário que falemos da escala que estamos situando; o Brasil. No território nacional o MST pode ser compreendido em três períodos distintos (FERNANDES, 2000; 2013), onde o primeiro ganha destaque entre os anos de 1978 a 1985, onde houve um maior destaque deste movimento nos na região sudeste e sul, neste momento surge o Assentamento Fazenda Annoni e toda sua particularidade política. Neste primeiro momento há uma potencialidade na definição da organização, bem como das diretrizes políticas, onde fica demarcada a ocupação de terras<sup>10</sup> como a principal estratégia de luta pela reforma agrária deste grupo (Fernandes, 2013). No segundo momento, em que correspondem os anos de 1985 e 1990, este movimento socioterritorial se estabelece nas outras regiões do país, onde também há uma configuração diferenciada com coordenação, direção e secretaria nacional. A partir de 1990, em seu terceiro momento, é caracterizado pela institucionalização do MST (Fernandes, 2013), há seguindo isso a intensificação e a massificação das

---

<sup>10</sup>é preciso dizer que a ocupação é uma ação decorrente de necessidades e expectativas, que inaugura questões, cria fatos e descortina situações. (Fernandes, 2010)



ocupações de terras nas demais partes do país (Fernandes, 2013). Cabe dizer que, apesar de haver inserção em todas as partes do Brasil, ainda é bastante improvável que este movimento tenha se consolidado tranquilamente em seus territórios, pois esse movimento desacomoda e incomoda quem está controlando o cenário, dito isso, é entendido que para que de fato esse movimento exista, é necessário que ele acabe tomando individualmente algumas formas de enfrentamento, por isso cada assentamento é tão singular:

Na formação do MST, os sem-terra criaram distintas metodologias de luta. São procedimentos de resistência desenvolvidos na trajetória da luta. Essas ações são diferenciadas em todo o Brasil. Na espacialização da luta pela terra, os espaços de socialização política podem acontecer em momentos distintos, com maior ou menor frequência. Os acampamentos são de diversos tipos: permanente ou determinado a um grupo de família. As formas de pressão são distintas, de acordo com a conjuntura política, bem como as negociações. Essas práticas são resultados dos conhecimentos de experiências, das trocas e da reflexão sobre elas, bem como das conjunturas políticas e das situações em que se encontram as frações dos territórios a serem ocupadas, em diferentes regiões brasileiras.

O processo de ocupação de terra que ocorreu na Fazenda Annoni, favorece com que haja literalmente a conquista do território, bem como a (re) criação de produção que não envolva essencialmente o capital, e que valorize a tríade: Terra, Trabalho e Família. Para Fernandes (2000),

Um movimento socioterritorial como o MST tem como um de seus principais objetivos a conquista da terra de trabalho. E os realiza por meio de uma ação denominada ocupação da terra. A ocupação é um processo socioespacial e político complexo que precisa ser entendido como forma de luta popular de resistência do campesinato, para sua recriação e criação. A ocupação desenvolve-se nos processos de espacialização e territorialização, quando são criadas e recriadas as experiências de resistência dos sem-terra.

O Fazenda Annoni passou por todos os processos até sua efetivação e tornar-se hoje, um assentamento que desenvolve práticas sociais que envolvem a esfera da economia, da política e da educação, mostrando-se em constante construção valorizando a terra como essencial para o desenvolvimento das técnicas de trabalho, mais que isso, percebendo a terra como instrumento essencial para o desenvolvimento social, cultural, econômico e sustentável. É mais que um projeto de assentamento, é um projeto de sociedade com amplas garantias de melhores condições de vidas, onde o respeito pelo próximo é sempre considerado.

### 3.1.1 MST: MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA

Os movimentos sociais cumprem importante papel na busca do processo democrático. Os movimentos surgem quando sujeitos sociais percebem as inúmeras desigualdades sociais existentes na sociedade e, com isso, visam diminuir as desigualdades presentes nas sociedades, sobretudo, tentam despertar a consciência da sociedade sobre os graves problemas que a cercam.

Geograficamente, a territorialização do Rio Grande do Sul não apresenta estrutura fundiária tão concentradora, como são visíveis em outras regiões do país. Há elevada concentração na região Metade Sul do RS, oriunda do processo colonizador e do modelo de desenvolvimento regional adotado.

Diante das inquietações sobre a distribuição de terras no território nacional, nasce um movimento comprometido pelo debate e luta pela terra, o Movimento dos Trabalhadores Rurais (MST). Segundo Fernandes (2012, p.496),

é um movimento socioterritorial que reúne em sua base diferentes categorias de camponeses pobres - como parceiros, meeiros, posseiros, minifundiários e trabalhadores assalariados chamados de sem-terra – e também diversos lutadores sociais para desenvolver as lutas pela terra, pela Reforma Agrária e por mudanças na agricultura brasileira.

Cabe dizer que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), está hoje organizado em 24 Estados do Brasil (FERNANDES, 2012).

Esse movimento acolhe em seu espaço de convivência inúmeras sensações daqueles que são oprimidos constantemente, desta forma o espaço do MST não é só lugar de manifestação prática; é lugar de esperanças, sonhos e expectativas de mulheres e homens de várias faixas etárias, gêneros, crenças, raças, religiões e partidos políticos que expressam na luta a crença de que a união deles resultará em benefícios a todos.

O MST surgiu em um movimento que ia contra a política de exclusão sofrida por trabalhadores rurais e urbanos, em pleno Regime Militar. Cabe ressaltar que neste momento o capitalismo estava em pleno desenvolvimento. Mais importante ainda é dizer que este movimento não se configura apenas neste período histórico, o mesmo é herança e/ou continuidade de outros movimentos de ‘revolta’ que existiam.

No que contempla esse tema, Fernandes (2012, p.496) descreve que “seu

processo de formação começou por meio de diferentes formas de lutas pela terra, realizadas por grupos camponeses em todo o país”. Sendo assim, o MST apresenta-se como continuidade de outras lutas similares empreendidas no país.

No que tange este pensamento, Stédile & Frei Sérgio (1991), afirmam que no final do século XIX e início do século XX, surgiram movimentos camponeses denominados messiânicos, em que os camponeses seguiam um líder carismático. Assim, nasceu Canudos, nos sertões da Bahia (1896-1897), liderado por Antônio Conselheiro. Logo em seguida a Guerra do Contestado, nas regiões de Santa Catarina e Paraná (1912-1916) com Monge Maria. Posteriormente, no Nordeste brasileiro, surgem as lutas, lideradas por cangaceiros, como Antônio Silvino, ferido e preso em 1937, e Lampião, morto em 1938, Stédile & Frei Sérgio (1991 p. 17-18).

Nas décadas de 30 e 40, aconteceram outras lutas violentas em diversas regiões do país, onde posseiros defenderam suas propriedades com armas em mãos. Nos anos 1930, o Estado desenvolve uma política de orientação das migrações internas e de colonização, na tentativa de reduzir o potencial de tensão social onde havia “excedente populacional”, como as áreas atingidas pela seca no Nordeste, remanejando parte de sua população para as áreas com problema de escassez de mão de obra, como as cidades do Sudeste, e “vazios” demográficos, na Amazônia e no Oeste do Brasil (SANTOS 1993).

Entre 1950 e 1964, o movimento camponês organizou-se como classe, surgindo as Ligas Camponesas<sup>11</sup>, a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTABs) e o Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER). É nesse período que o movimento das “Ligas Camponesas” alcançou maior expressão e surgiram os primeiros sindicatos de trabalhadores rurais, tendo o Partido Comunista Brasileiro (PCB) como uma das principais forças políticas e que foi referência, apesar de este encontrar-se na ilegalidade desde fins dos anos 1940. A ditadura militar, após 1964, esmagou esses movimentos, prendendo, exilando ou assassinando seus líderes. O grande latifúndio conseguiu derrotar os Movimentos de Reforma Agrária por um espaço de tempo.

Segundo Severino Bezerra Silva (2004, *apud* PEREIRA 2009),

---

<sup>11</sup> A principal bandeira de luta das Ligas Camponesas paraibanas era pelo fim do cambão, uma lei criada pelos patrões que obrigava o camponês e toda sua família a trabalharem gratuitamente de um a três dias por semana (PEREIRA, 2009).

O Movimento de Sindicalização Rural, criado no Rio Grande do Norte por Dom Eugênio Sales e estendido à Paraíba e a Pernambuco, tinha uma finalidade política bem definida: Frear os avanços de esquerda no campo, em especial, as Ligas Camponesas apoiadas pelo Partido Comunista Brasileiro. A Igreja Católica implementava uma campanha pela sindicalização rural, o que, popularmente, ficou conhecido como o “sindicato do padre”, com o objetivo de perseguir os camponeses envolvidos com as Ligas, acusando-os de comunistas.

De acordo com Pereira (2009), mesmo abafado pelo golpe militar, houve resistência por parte dos camponeses, que adquiriram este sentimento durante o período das Ligas. Ainda em acordo com Stédile & Frei Sérgio (1991), percebe-se que no final dos anos 70, os aspectos que englobavam a crise econômica, a abertura política, as greves do ABC paulista e o trabalho das diversas pastorais sociais impulsionaram de forma positiva e gerou o ressurgimento das lutas pela terra, principalmente na metade sul do país.

Nesse momento, o movimento surge com uma nova representação e engloba aqueles que se sentiam sufocados pelo regime militar e sente-se à vontade para manifestar-se contra os crimes passionais fornecidos pelo capitalismo, na fala de Stédile (1997, p. 08), percebe-se o tema gerador da revolta, o qual afirma: “Note-se que o Brasil até hoje é o país segundo o PNUD), de maior concentração de renda no mundo, onde os 50% mais pobres detêm menos de 10% de toda renda”.

Dessa forma, com o apoio da Igreja Católica 1970 e 1980, as lutas no campo se organizaram novamente. Inicialmente, foram os posseiros oriundos das Ligas que tomaram a frente. A Igreja Católica cria a Pastoral da Terra, posteriormente, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e surge assim uma rama articulada da Igreja em defesa dos homens e mulheres do campo.

Com apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT), no período de 1978 a 1983. Das lideranças que surgiram nesse processo, constitui-se um movimento nacional. Na região Centro-Sul do Brasil a CPT apoiou as famílias camponesas que realizavam as ocupações e deram origem ao MST (Fernandes, 2012, p. 496).

Os Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra começam a organizar-se de melhor forma, e há uma interlocução de informações e organização marcada em seus encontros. O primeiro encontro ocorre entre os dias 20 e 22 de janeiro do ano de 1984, data oficial da fundação do MST (Fernandes, 2012).

Vale lembrar que o MST, conforme dito anteriormente, passava por um

processo de formalização e formação, lutando contra as investidas do latifúndio e movimentos de direita que enfraqueciam a luta pela terra que existia no território nacional resistindo e articulando sua existência.

Nas décadas de 80 e 90 o MST se territorializou por todas as regiões brasileiras, conquistando milhares de assentados rurais. Esse processo representou o renascimento dos movimentos camponeses no Brasil (Fernandes, 2001, p, 12)

O debate da apropriação de terras pela Reforma Agrária é bastante denso, a começar com a elaboração da primeira Reforma Agrária, a qual foi criada enquanto ainda estava em vigor o governo militar. Nos anos 1985, no primeiro governo da redemocratização foi elaborado o primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), que não foi aceito muito bem pelos latifundiários que articularam politicamente e de forma armada, criando a União Democrática Ruralista (UDR), que atuava para que o PNRA jamais fosse implantado com sucesso.

Com isso José Gomes da Silva e sua equipe, formuladores do PNRA, foram demitidos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) pelo presidente da época; José Sarney. (Fernandes, 2012). É perceptível a força da atuação do capital no Campo, quando se percebe os ruralistas detendo poder territorial e forte representação política no Estado:

Nos anos de 1988, na elaboração da nova constituição, a Reforma Agrária sofreu revezes dos ruralistas. Embora tenha sido aprovada em Constituição, os ruralistas conseguiram retirar o princípio da eliminação do latifúndio e o condicionaram a ser produtivo ou não, e ainda repassaram sua definição para uma lei complementar que precisava ser criada. (Fernandes, 2012, p. 497)

Desta forma, se cria tumulto fazendo com que a iniciativa paralisasse no INCRA, e apenas no decorrer do ano de 1993, com a criação da lei nº 8.629 que estabelece e deixa claro, logo nos primeiros dois artigos, a regulamentação das terras.

Art. 1º Esta lei regulamenta e disciplina disposições relativas à reforma agrária, previstas no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal.  
Art. 2º A propriedade rural que não cumprir a função social prevista no art. 9º é passível de desapropriação, nos termos desta lei, respeitados os dispositivos constitucionais. (BRASIL, 1993)

Com este fato, há um aumento significativo de acampamentos e de famílias acampadas, obrigando o presidente eleito em 1994, Fernando Henrique Cardoso, a realizar ampla política de assentamentos rurais, no que passa,

Em 1998, em seu segundo mandato a política agrária de caráter neoliberal, reprimiu a luta pela terra e implantou uma política de mercantilização da mesma, denominada “reforma agrária de mercado”. Ainda criou a medida provisória nº 2.109-50, de 2001, que suspendeu por dois anos a desapropriação de áreas ocupadas uma vez, e por quatro anos se ocupadas por duas vezes ou mais. Também destruiu a Reforma Agrária e a política de assistência técnica, inviabilizando o desenvolvimento dos assentamentos e precarizando a vida de centenas de milhares de famílias assentadas. (FERNANDES, 2012, p. 497)

Com um eleito militante dos movimentos sociais, houve a renovação das esperanças em relação à Reforma Agrária, afinal Luiz Inácio Lula da Silva tornava-se presidente do Brasil.

Em 2003, foi elaborado o II Plano Nacional da Reforma Agrária (II PNRA), com a promessa de assentar 400 mil famílias por meio da desapropriação, regularizar 500 mil poses, e assentar 130 famílias por meio da política de crédito. (FERNANDES, 2012, p. 497)

Houve a reeleição do atual presidente em 2006 e ao final de 2010, quando estava por acabar o seu segundo mandato, o mesmo havia parcialmente cumprido como prometera em 2003, entretanto, o governo Lula prosseguiu com a priorização da regulamentação fundiária da Amazônia e apenas desapropriava terras quando havia intenso conflito (FERNANDES, 2012).

Com a emergência do agronegócio e a expansão do latifúndio, as lutas se intensificaram no campo. Em 1996 houve o massacre de Eldorado dos Carajás e assassinatos de líderes, como Valmir Motta na ocupação pela Via campestina, que era uma área experimental de sementes transgênicas. Mais a frente, ainda nesta mesma década, o MST participou da fundação da Via Campesina, tendo como lema: Globalizemos a luta. Globalizemos a esperança. (Fernandes, 2012).

De acordo com Fernandes (2012), as grandes corporações, e até mesmo países ricos individuais, preocupados com a crise em torno do alimento produzido pela expansão das commodities para a produção da agro-energia, passaram a comprar terras em países da América Latina, da África e Ásia. Percebe-se, desta forma, que a luta passa a ser também luta pela comida, sabendo que há uma privação em grande escala no acesso aos alimentos.

O MST é um movimento de massa e ganha destaque. Nesse sentido, cabe dizer que este movimento se consolidou como um movimento camponês de identidade diversa por reunir pessoas de todas as regiões do Brasil. Ao pensar na contribuição social do MST, deparamo-nos com ações de desenvolvimento do território camponês no Brasil (Fernandes 2012)

À medida que o tempo passa, percebem-se políticas articuladas em desenvolver o território onde o MST está inserido; em contrapartida, há também a necessidade de dizer que existem inúmeras e maiores outras forças que pressionam e tentam levar a sua extinção.

Em quase três décadas, o MST enfrentou diferentes processos políticos que tentaram destruí-lo. A cada década, pelo menos, surgem novas situações que desafiam sua existência. As reações do MST foram importantes para mudar as políticas agrárias e contribuíram para a diversidade na produção de alimentos saudáveis e para a realização da vida com liberdade sendo as pessoas mais importantes do que a mercadoria. (FERNANDES, 2012, p. 499)

Para a confirmação do que foi dito acima, basta observar a grande força que desapropria milhares de camponeses anualmente com a perspectiva de crescimento de sua produção. Ao observar e verificar o nível de veracidade, percebe-se que tanto os camponeses articulados com o MST, quanto os que não possuem vínculo com o movimento, mas permanecem no campo, são resistentes por permanecerem neste lugar onde não são valorizados, sua produção é baixa, sua condição e acesso a serviços básicos são restritos, mas que possuem esperanças e apego pelo lugar, caracterizando, deste modo, no chão onde pisam, bem mais que uma produção agrícola. Há uma transformação desse espaço e uma reprodução dos saberes tradicionais historicamente acumulados, uma reprodução de vida.

Como um movimento popular, o MST passa a defender uma nova proposta da Reforma Agrária, que se define como Reforma Agrária Popular.

A agricultura é parte do conjunto de sistemas formados, principalmente, pelo capital financeiro, que controlam também sistemas indústrias tecnológicas, mercantis e ideológicas, com grande mídia corporativa (FERNANDES, 2012, p.499).

É necessário que se tenha políticas comprometidas. Um programa de mudança que inclua a reestruturação da forma que está acontecendo a produção de alimentos. Neste sentido, como diz Fernandes (2012), a Reforma Agrária deverá

organizar as agroindústrias e cooperativas, na tentativa da transição da produção convencional para agricultura de base ecológica.

## 4 EDUCAÇÃO DO CAMPO

Não é no silêncio que os homens se fazem,  
mas na palavra,  
no trabalho,  
na ação-reflexão

Paulo Freire

### 4.1 A Educação do Campo a partir do MST

A realidade presente nas escolas dos assentamentos do MST, tem se mostrado como reflexo histórico das condições educacionais vivenciado em todo campo, no que possa ser percebido nas diferentes escalas geográficas (regional, estadual e municipal) do Brasil, onde, o descaso por parte do Estado ignora às reais necessidades dos trabalhadores rurais sem-terra. O poder público vem negando a Educação e o ensino de qualidade no espaço agrário, neste mesmo Brasil que há uma eminente concentração fundiária, que reforça uma das piores sensações do campo; o êxodo rural, que vem marcando a trajetória deste espaço.

Após o golpe militar, inseriu-se um modelo de construção econômica onde a renda passa a ser concentrada nas mãos de poucos, alterando as condições de viver no campo. No entanto, mesmo com a diminuição da população do campo, dados da época apontavam que não havia problemas em relação ao campo.

Esse fato acarretou na diminuição gradativa do posicionamento dos sujeitos que habitava o campo, cabendo salientar aqui que os mesmos não observavam razões reais para que se sentirem conectados com o espaço onde viviam. Deste modo, o campo desde sua formação enfrenta crises e, dentro deste tema, Celso Furtado acrescenta que as crises que geram problemas da sociedade, como a exclusão são crises causadas pelo projeto das elites que fazem aliança com o capital, afetando toda a população, principalmente, os excluídos de participar do mercado (FURTADO, 1974).

Enganamo-nos quando pensamos que os problemas do campo começaram em períodos recentes, pois as dificuldades enfrentadas no meio rural já se destacavam em 1500, quando os europeus desembarcaram no Brasil, trazendo uma



carga de vontade de explorar os nativos que aqui habitavam. Pouco a pouco, as riquezas da terra foram exploradas pelos portugueses que, em troca, presenteavam os índios com artigos supérfluos. Depois de se “enfeitarem” com os presentes dos portugueses, os índios foram forçados a saírem de suas terras, abandonando seu chão. Muitos foram mortos em busca da real exterminação do dito desenvolvimento<sup>12</sup>. Como salienta Carvalho (2008, p. 18), “o efeito imediato da conquista foi à dominação e o extermínio, pela guerra, pela escravidão, pela doença de milhões de indígenas”.

É possível perceber que através do tempo no Brasil o chamado *processo de exclusão*<sup>13</sup> não envolveu apenas política, mas também a questão socioeconômica. No que diz respeito ao tratamento dessas questões, a escola brasileira ainda apresenta desempenho pouco satisfatório. De fato, para o Brasil, a educação nunca foi assunto prioritário. Segundo Fernandes (1992, *apud* MUNARIN, 2005, p30),

A educação nunca foi algo de fundamental no Brasil, e muitos esperavam que isso mudasse com a convocação da Assembleia Nacional Constituinte. Mas a Constituição promulgada em 1988, confirmando que a educação é tida como assunto menor, não alterou a situação.

O Brasil passou mais de 330 anos sendo colônia de Portugal e, nesse longo período, foram grandes as perdas que envolveram o território brasileiro. Esse descaso com a educação não é acidental, uma vez que pessoas envolvidas com a agricultura como os negros, índios ou até mesmo alguns colonos imigrantes sempre foram deixadas à mercê, desconsiderados da sociedade. Por essa razão, estes se condicionavam à situação desprezo e não esperavam grandes melhorias, ou políticas voltadas à educação existente na época, pois não incorporavam o quão importante é o aprendizado escolar, a começar, pela escrita e leitura.

Compartilhando o pensamento de Silva (2004), a escola brasileira, desde o seu início até o século XX, serviu e serve para atender às elites, sendo inacessível

---

<sup>12</sup> Robert Nisbet (1969) entende que a noção de desenvolvimento não deve ser encarada como um conceito rígido, passível de ser provado e explicado por meio da racionalidade científica, mas sim como uma metáfora.

<sup>13</sup> Desde a chegada dos portugueses ao Brasil, há mais de cinco séculos, a exclusão tem sido uma das principais marcas nacionais. Três referências históricas consideráveis sintetizam a abrangência e complexidade do processo de exclusão social a partir do brutal genocídio de indígenas, do bárbaro escravismo de negros africanos e das mazelas impostas pelo colonato paternalista à imigração europeia. Além disso, a evolução econômica e política do país fundamentou-se continuamente na condição de entreguismo das classes dirigentes aos interesses internacionais, geralmente condicionando a força da produção nacional à dinâmica externa. (Marcio Pochmann, 2009)

para grande parte da população rural (SILVA, 2004, p.01).

Isso nos remete a concordar com Leite (1999), quando fala da educação no Brasil como resultado do processo histórico:

a educação rural no Brasil, por motivos socioculturais, sempre foi relegada a planos inferiores, tendo por retaguarda ideológica o elitismo acentuado do processo educacional aqui instalado pelos jesuítas e a interpretação político-ideológica da oligarquia agrária. (LEITE, 1999, p. 14).

O modelo da Educação no Campo promove a intenção de traçar o recorte histórico desde os anos 1920, por conter elementos apresentados à legislação e às escolas. De 1910 até 1920, começava a despertar interesses sobre a Educação Rural no Brasil. Isso ocorreu graças ao grande movimento dos agricultores que começavam a afirmar a importância de uma pedagogia voltada ao campo, para que se conseguisse suprir a carência da época. Com isso, surge o Ruralismo Pedagógico, que tinha como objetivo fixar o homem no campo. Como reflete Leite (1999, p. 28)

[...] a sociedade brasileira somente despertou para a educação rural por ocasião do forte movimento migratório interno dos anos 1910 - 1920, quando um grande número de rurícolas<sup>14</sup> deixou o campo em busca das áreas onde se iniciava um processo de industrialização mais amplo.

Em 1937, o Estado Novo cria a Sociedade Brasileira de Educação Rural, objetivando a expansão do ensino, contendo a intenção de que houvesse a preservação da cultura do campo. Esse período foi atravessado pelo poder que advinha do campo, por parte da grande elite, ou seja, dos grandes produtores e das indústrias que se destacavam. Com essa expansão do capital, foi possível pontuar os problemas a serem futuramente enfrentados.

Naquele tempo, já era evidente o movimento do êxodo rural, lançado por meio de outro nome, na época, *movimento migratório campo-cidade*, onde a cidade se consolidava cada vez mais como sinônimo de melhores condições de vida.

No contexto das ideias de Mumford (1938), a área urbana é onde ocorrem as principais transações comerciais e econômicas; é local de força civilizatória, principalmente em razão da maior concentração de pessoas; espaço com

<sup>14</sup> Entretanto o termo *rurícola* remete ao tratamento pejorativo e agressivo ao se referir ao seu modo de viver no campo, tendo um significado que tenta inferiorizar o povo que vive no campo e sua cultura.

funcionamento estratégico e articulado; espaço de construções; espaço de multiplicação de riquezas; local de intersecção entre vários âmbitos cultural, financeiro, religioso, de paisagem, etc.; local importante para a consolidação de poder seja ele representado pelas autoridades políticas, etc.

Segundo Mumford (1938), a cidade sofreu alterações importantes com as industrializações que a alcançaram, modificando-a:

Em todos os bairros, os antigos princípios de educação aristocrática e cultura rural eram substituídos por uma devoção unilateral ao poder industrial e ao sucesso pecuniária [relativo ao dinheiro], algumas vezes disfarçada de democracia. (MUMFORD, 1998, p. 484)

Seguindo essa linha, a cidade passa a ser ainda mais valorizada, por ser um exemplo de evolução, enquanto o campo é deixado de lado, por ainda permanecer no anonimato, sendo, portanto, sinônimo de atraso. O nome que o rural e a cidade levam hoje são heranças de sinônimos usados em outro momento. (Diretrizes Curriculares do Campo, p. 17)

[..], a cidade se consolidava como referência da modernização e do progresso, enquanto o campo representava o antigo e o rústico. O próprio termo rural tem a mesma raiz de rústico e rude, enquanto o termo cidade dá origem a cidadão e cidadania. (DCEs da Educação do Campo – SEED, 2006, p. 17).

Quando a II Guerra Mundial acabou, criou-se uma comissão denominada *Comissão Brasileiro-Americano de Educação das Populações Rurais*, por meio da influência de políticas que tinham cunho americano. Nesse período, também foram instauradas as Missões Rurais, e, logo em seguida, por volta de 1940, nasce uma empresa que tinha como objetivo atender o camponês. Intitulava-se *Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural*, a qual tinha políticas governamentais que tratavam o sujeito do campo como carente, pobre e sem conhecimento.

A comissão Brasileiro-Americano de Educação das Populações Rurais foi a grande criadora da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural, uma vez que:

a Extensão se definia como um empreendimento educativo: "produzir mudanças nos conhecimentos, nas atitudes e nas habilitações para que se atinja o desenvolvimento tanto individual como social". Assumindo características de ensino informal (fora da escola), o trabalho extensionista se propunha como diferenciado ou até mesmo incompatível com o caráter centralizado e curricular do ensino escolar. (...) A base material da ação educativa da Extensão era a empresa familiar. O importante era persuadir

cada um dos componentes familiares (...) a usarem recursos técnicos na produção para conseguirem uma maior produtividade e conseqüentemente o bem-estar social (FONSECA, 1985, p.91).

A extensão dava ênfase ao combate às doenças e à grande desnutrição. Havia a tentativa de diminuir as problemáticas que envolviam o povo pobre no Brasil, colocando à frente dessa preocupação o povo que vivia no campo.

A partir desse projeto, na década de 50 criou-se a Campanha Nacional de Educação Rural. Em conjunto a essa campanha, também se desenvolvia o Serviço Social Rural, que visava melhorias de vida ao sujeito do campo.

Sobre essa mesma perspectiva, Silva (2004) fala sobre um discurso urbanizador que foi visivelmente forte a partir da década de 50, que parecia surgir uma fusão entre as duas zonas (rural e urbana), pois o processo industrial com o tempo adentraria o espaço rural, fundindo-se e, como resultado imediato, o espaço rural seria deixado de lado e só existiria a parte urbana.

De acordo com Wanderley (2001), existem locais que são resultado do encontro entre o rural e o urbano e o desenvolvimento local, valorizando o potencial econômico, social e cultural da comunidade local, não podendo então, supor o fim do rural. Neste ponto, destaca-se a visão de Rua (2006) sobre o surgimento das urbanidades e ruralidades:

As “urbanidades” decorrentes dessa interação, não serão apenas novas ruralidades, e sim, o urbano presente no campo, sem que cada espacialidade perca suas marcas. Logo o espaço híbrido que resulta dessas interações, não é um urbano ruralizado nem um rural urbanizado. É algo novo, ainda por definir e que desafia os pesquisadores tanto nos países da OCDE (onde muitos criticam os critérios atualmente adotados) quanto em países como o Brasil, onde se luta para ultrapassar a concepção oficial de que rural é tudo que não é urbano. (RUA, 2006, p.95).

Na década de 1960, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional com a lei nº 4024/61 dá liberdade aos municípios para realizarem projetos que forneçam melhorias das condições da realidade local. Paulo Freire, nesse período, contribuía com o desenvolvimento da educação dialógica e crítica, trabalhando com a educação de jovens e adultos.

A partir da grande desvalorização do campo e havendo desigualdades com o sujeito do campo, começa-se haver mobilizações do povo do campo: não só dando início aos movimentos sociais, normalmente ligados à Igreja e aos partidos de esquerda, mas também visando uma educação que suprisse a necessidade daquele

povo.

Como tentativa de superação do descompasso das relações culturais, escolares e sociais para com as classes menos favorecidas do campo, o estatismo informal da educação rural possibilitou, indiretamente, a criação do espaço necessário para o aparecimento de movimentos populares, como os Centros Populares de Cultura (CPC) e, mais tarde, o Movimento Educacional de Base (MEB) (LEITE, 1999, p.40).

Em consenso com a Aliança para o Progresso<sup>15</sup>, programa de atendimento à carência de povos do campo e da cidade pensada pelo governo americano, que tinha como realização um acordo econômico entre os países do hemisfério Sul, desenvolveram-se como resultado alguns programas ligados aos estados brasileiros, como a SUDENE, SUDESUL, INBRA, INDA e o INCRA, todos com sua base ligada à realidade das lutas pela terra.

Na LDB, fica claro o conhecimento sobre a diversidade existente entre as comunidades do campo, conforme se reconhece no documento, nos parágrafos 23, 26 e 28. Neles, são apresentadas formas de se trabalhar com a educação direcionada ao campo, mas, apesar desse esforço, ainda havia grandes dificuldades em se obter uma educação de qualidade nesse espaço.

Para obtermos uma melhor interpretação das normas da educação no campo, apresentamos o que traz o art. 28:

Na oferta da educação básica para a população rural, os sistemas de ensino proverão as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

- I - conteúdos curriculares e metodologia apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;
- II - organização escolar própria, incluindo a adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
- III - adequação à natureza do trabalho na zona rural. (BRASIL, 1996).

Diante da ditadura militar no ano de 1964, foram modificadas algumas normas dentro da educação e dentro do contexto militar. A educação do campo mudou, foi dada ênfase à Extensão Rural, bem como foi dada importância ao técnico, deixando de lado o educador formal.

[...] o movimento extensionista brasileiro está marcado pela criação e difusão de um argumento falacioso do seguinte teor: em seu início, a ABCAR, teve a sua ação voltada para a promoção humana ou a melhoria

<sup>15</sup> Aliança para o Progresso é um programa de ajuda externa voltado para a América Latina, cujo principal objetivo, mesmo parecendo pretexto, foi promover o desenvolvimento econômico por meio da colaboração financeira e técnica aos países latino-americanos

do nível de vida da população rural. O caráter dessa ação era fundamentalmente assistencialista e, como consequência, os seus resultados foram bastante modestos. Com a institucionalização do Crédito Rural, a partir de 1965, opera-se a grande mudança. A promoção humana é relegada para um plano secundário. O objetivo passa a ser o de aumentar a produção agrícola estimulando a difusão da tecnologia agrícola e gerencial ou, em outros termos, promover a modernização da agricultura (LEITE 1999, p. 71).

Silva (2004) complementa dizendo que, na Ditadura Militar (1964-1985), muitas campanhas que envolviam a educação foram fixadas no Brasil, objetivando alavancar o país, apontando-o como potência para todo o mundo.

Entretanto para Leite (1999, p.42-43), a ditadura era:

Centralizada na questão econômica interna e externa, a política social brasileira durante as décadas de 1960/70 teve, na educação, apenas mais um indicador do subdesenvolvimento em que se encontrava o país, e não uma meta a ser alcançada mediante um projeto escolar autônomo, técnico e pedagogicamente estruturado.

Entre os anos de 1967 e 1976, o governo de Castelo Branco, com o auxílio do Ministério do Planejamento, cria o Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social, demonstrando que tanto a educação da Área Urbana quanto a da Área Rural servem como auxiliares na formação de mão de obra para o mercado, não preparando o nível de conhecimento, mas formando técnicos para o mercado de trabalho.

No entanto, Ianni (1971) afirma que, apesar de muito mais ambicioso que todos os outros planos governamentais, o Plano Decenal sequer começou a ser executado e foi arquivado em uma caixa de silêncio.

Com o passar do tempo, criaram-se programas que visavam desenvolver a educação, como o PRONASEC (Programa Nacional de Ações Sócio-Educativas e Culturais), voltada ao campo. Esse programa tinha ambições claras e necessárias, pois trabalhava com o a valorização do espaço, fazendo associações do mundo com a realidade de vida no campo. Esse plano entendia a escola como uma agência de mudanças e transformações sociais, por isso merecia um calendário semelhante ao usado na cidade.

Em uma tentativa de ampliação das neo-relações de produção/trabalho no campo, a modernização reavivou e valorizou a escola e os grupos comunitários, buscando condições satisfatórias de vida para a população rural, incentivando e fomentando a criação de pequenas cooperativas e/ou

grupos produtivos. (LEITE, 1999, p.50)

A intervenção da Universidade Federal do Ceará, ao final do período militar, fez com que surgissem novos programas destinados à Educação Rural. No nordeste, instalou-se um projeto que tinha seu objetivo principal ligado às condições do nível da educação voltado ao povo nordestino, o EDURURAL<sup>16</sup>. Em conjunto a esse grande objetivo, o projeto tinha o intuito de apresentar novos conceitos da educação no meio rural e tentar produzir currículos nas escolas dos espaços rurais, criando, deste modo, críticas nos currículos já apresentados pela cidade.

Esse programa pretendia avanços nos conceitos e práticas da educação, considerando as críticas a “currículos urbanos introduzidos na zona rural” e destacando a proposta de “[...] autonomia pedagógica, de modo a valorizar o trabalho de professores e alunos, enfatizando a realidade campesina” (LEITE, 2002, p. 50). Assim, pretendia dar à escola certa autonomia, tornando-a voltada à pedagogia e buscando valorizar o professor. Com isso, aumentaria, também, a autoestima dos alunos e o trabalho com a realidade vivida pelo/no campo.

Outro movimento que se destaca é o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), que tentava introduzir projetos sociais e políticos do governo, mas visava principalmente às questões econômicas e política. Com isso, queria garantir que a produção do campo fosse acelerada, mas que houvesse um controle da revolta. Isso amenizaria a criação de novos grupos de luta e, conseqüentemente, acarretaria uma fragmentação da classe trabalhadora.

Deste modo, observa-se, no contexto dos anos 1960, a presença histórica do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), criado pela Lei nº 5.379, de dezembro de 1967, para ações movidas pela especial atenção à alfabetização de adultos, tanto em áreas urbanas quanto rurais. Muito embora trouxesse esperanças à população, faltou às ações do MOBRAL o atendimento necessário às peculiaridades de cada região brasileira, o que inibiu progressos sociais mais amplos. É interessante ressaltar que estávamos vivenciando neste período uma condição não muito favorável ao desenvolvimento da educação como um todo, pois no período de 1960 a 1970 foi à ascensão do regime militar, bem como a abertura

---

<sup>16</sup> O Edurural-NE e a proposta pedagógica adaptada ao meio rural é um estudo no qual este é analisado como um dos programas educacionais dos primeiros anos da década de 80, enquanto uma das estratégias de execução da política educacional para o meio rural do Nordeste brasileiro

do país as investidas do capital internacional.

Torna-se relevante compartilhar a interpretação de Leite (2002, p.35), quando afirma que “o sistema escolar controlado pela ideologia da caserna limitou-se aos ensinamentos mínimos necessários para a garantia do modelo capitalista-dependente e dos elementos básicos de segurança nacional”.

No início dos anos 90, começam a surgir iniciativas institucionais através da pressão criada pelos movimentos sociais voltados ao campo, buscando forças políticas para melhor desenvolver o meio rural e incluí-lo num modo de organização. Dessa forma, o Ministério da Educação começa a repensar a educação no campo e iniciam-se a elaboração de políticas, baseadas em conversas entre outros poderes estatais, com influência de movimentos sociais do campo, para uma melhor interpretação da realidade do campesinato.

No contexto dos movimentos sociais do campo surge o “1º Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária” (1º ENERA), realizado em julho de 1997, na Universidade de Brasília e que pode ser eleito como fato que melhor simboliza o movimento pela educação do campo. O “Manifesto das Educadoras e Educadores da Reforma Agrária ao Povo Brasileiro”, lançado na ocasião do evento pode ser considerado impulso inicial desta luta.

Já no ano de 2002, há uma nova conquista. A escola rural conquista as Diretrizes Operacionais, que eram voltadas à educação no campo e dava preferência às propostas pedagógicas na forma organizacional do ensino, o que inclui todo o emaranhado de cultura existente no local e o processo de transformação da realidade do campo, conforme se pode perceber em Silva (2009, p.42),

A participação dos movimentos do campo, por meio da pauta de reivindicação dos Gritos da Terra, da Marcha da Terra, da Articulação Nacional por uma Educação do Campo, da experiência acumulada por várias organizações não-governamentais e pela Pedagogia da Alternância articuladas à sensibilidade presente no Conselho Nacional de Educação, é que garantiram a aprovação pela Câmara de Educação Básica, das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (Resolução CNE/CEB, nº 1, de 3 de abril de 2002), uma reivindicação histórica dos povos do campo, significando um primeiro passo no sentido de resgatar uma dívida social com essa população e romper o silêncio da nossa base jurídica no que se refere a assegurar o direito a educação aos povos do campo.

Na citação acima, a autora Maria do Socorro Silva resume da luta pela aprovação



das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo.

O que rege as diretrizes e as bases legais da educação no campo é correspondido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), qual foi sancionada em dezembro de 1996. A partir da primeira formulação, houve algumas outras reformulações, hoje a LDB gera uma dissociação das escolas do meio rural com as formas ativas das escolas urbanas, o que exige um planejamento para que haja a aproximação entre essas duas realidades.

A educação tem em seu eixo de atuação a intenção de atingir as dimensões que integram as questões sociopolíticas e culturais, que são excelentes no exercício da cidadania e incentivam os princípios da solidariedade.

No que se refere aos termos institucionais, o ensino fundamental hoje encontrado nas escolas do campo é de inteira responsabilidade dos municípios, sendo que essa escola contará com um calendário especial e,

deverá adequar-se às peculiaridades locais, inclusive climáticas e econômicas, a critério do respectivo sistema de ensino, sem com isso reduzir o número de horas letivas previsto nesta lei de modo a favorecer a escolaridade rural com base na sazonalidade do plantio/colheita e outras dimensões socioculturais do campo (BRASIL/MEC, LDB 9.394/1996, art. 23, § 2º).

Da mesma forma, no artigo 28 da mesma lei, surgem as adaptações necessárias que formam a estrutura curricular, bem como as exigências das escolas que estão situadas no meio rural, respeitando-a no que tange a organização e a estrutura do ensino fundamental.

O ensino voltado para os sujeitos do campo é denominado de Educação do campo, e englobam e atendem diversos tipos de povos, embora maior parte desses sejam agricultores. Diante deste debate, a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), na tentativa de adquirir respeito a essa população, afirmam que a Educação do Campo deve englobar os filhos de caçadores, ribeirinhos, pescadores, quilombolas, posseiros, arrendatários, meeiros, entre outros, oferecendo uma educação rica, voltada para própria realidade. Essa educação expressa a luta dos povos do campo por políticas públicas que garantam o direito à educação, a uma educação que seja no campo e do campo, como explicita Caldart (2002, p.26):

No: o povo tem direito de ser educado no lugar onde vive;  
Do: o povo tem direito a uma educação pensada desde o lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais.

Existe hoje uma moderna política educacional, que visa o resgate de valores culturais, bem como a essencialidade do estudo em torno do desenvolvimento da cidadania, conforme aparece no caderno por uma Educação básica no campo nos itens a, b e c. Nesse sentido Leite (1999) concorda que o cenário atual, onde as escolas do campo estão inseridas, mas, para autor, as exigências e as necessidades são outras, nesse sentido a educação rural ganha novas perspectivas.

Depois de passar por inúmeros planos, de ser alvo de crítica ou de valorização dos vários segmentos sociais, de ver crescer em seu meio as proposições de uma educação popular, de sofrer um processo de urbanização fortíssimo, a ponto de perder, em muitos casos, sua identidade própria, a escola rural, hoje, volta-se para uma perspectiva de integração e fundamentação de seus princípios pedagógicos ligados ao campo e à vida campesina. (LEITE, 1999, p. 112)

Entretanto, os acontecimentos no campo não passaram por muitas transformações e a realidade, na prática ainda está distante de algo que podemos chamar de aceitável. A política pública que se volta para a escolarização das populações rurais ainda mostram que há um lento andamento, bem como um desinteresse enorme pelo Estado, e isso fica expresso em grandes índices de analfabetismo.

#### **4.1.1 Escola do Campo no Movimento dos Trabalhadores Sem Terra: Escolas Itinerantes e sua Importância para o Desenvolvimento Político Dos Acampamentos**

As Escolas Itinerantes são instituições de ensino que propiciam acesso ao ensino formal dentro dos acampamentos do MST. Essas escolas vão aparecer no MST para suprir as necessidades que as crianças e jovens dos acampamentos encontravam para chegar até as escolas mais próximas. “A escola Itinerante nasceu da necessidade e da luta dos acampados, especialmente das crianças” (MST, 2005, p. 188).

A escola consolida-se historicamente como um lugar onde são desenvolvidas atividades e são repassados conhecimentos que são acumulados através da história

e merece atender a todos que dela necessitam. Muitas vezes as classes menos reconhecidas economicamente não conseguem acessar uma educação de qualidade que se volte a seus interesses. As escolas itinerantes são a expressão de uma luta popular por educação popular no campo. Neste sentido, Paulo Freire traz uma pedagogia que sintetiza toda a teorização que está inclusa na prática da Educação Popular. A pedagogia freireana faz menção ao conhecimento, afirmando que o mesmo torna-se possibilidade de organização e pode ser utilizado como mudança de paradigmas impressos na realidade destes sujeitos onde estão inseridos.

Através das ideias trazidas por Paulo Freire (1987), entende-se que, para alcançar uma educação popular, a mesma deva se alicerçar através de problematização, embasada em perguntas provocadoras, que possam gerar novas respostas, existência de diálogo crítico, libertador, na tomada de consciência de sujeito social. Essa investigação é chamada por Freire de “universo temático”, um conjunto de “temas geradores” com níveis perceptíveis da realidade do oprimido na visão relacional do sujeito com a natureza e com outros sujeitos. Ainda para Freire (1987, p.97-98),

neste sentido é que a investigação do tema gerador, que se encontra contido no “universo temático único mínimo” (os temas geradores em interação), se realizada por meio de uma metodologia conscientizadora, além de nos possibilitar sua apreensão, insere ou começa a inserir os homens numa forma crítica de pensarem seu mundo (...) investigar o tema gerador é investigar, repitamos, o pensar dos homens referido à realidade, é investigar seu atuar sobre a realidade, que é sua práxis.

A expressão “Itinerante” vem da ideia de não fixo, ou seja, que é possível se movimentar, mudar de lugar, deslocar-se para exercer certa função. Segundo o Dicionário Luft (2000, p. 4004), faz menção a quem ou ao que “percorre itinerários, que não tem parada. Quando referido à pessoa, diz-se da pessoa que está sempre a viajar, a caminhar, um andarilho”. Assim sendo, a Escola Itinerante pode ser compreendida como a escola que anda, que se movimenta e que em sua dinâmica de movimentar-se, de mudar de lugar, próprios das reivindicações e estratégias de luta construídas nas ocupações de terra, a escola acompanha para garantir o direito de estudar dos sujeitos acampados.

#### 4.2 O Território Rural pelo Viés da Educação do Campo

Entende-se como cultura<sup>17</sup> toda a produção feita pelo homem no espaço a partir de relações dos homens com a natureza e com outros homens, e também com ele mesmo. A cultura não pode se resumir a apenas a traços artísticos, pois deve ser pensada como diferentes formas de viver, os costumes, as relações de trabalho, a relação com a família, a religiosidade, dentre outros aspectos importantes que identificam um povo. Esses elementos vão caracterizar o sujeito e vai diferenciá-lo de qualquer outro sujeito no mundo. Isso não é diferente com o povo do campo.

Uma escola que abrigue os sujeitos do campo, o entendimento sobre os aspectos culturais devem obrigatoriamente estar presentes nos conteúdos da escola, onde estes devam ser representados nas práticas pedagógicas, pois são esses traços que fazem a escola ter sentido quando se trata da formação do aluno diante desta especificidade. Nesse sentido, Jurjo Santomé (1995) contribui com entendimentos da importância da apresentação dos conteúdos que se vinculam com os aspectos culturais, quando afirma que:

Não podemos esquecer que o professorado atual é fruto de modelos de socialização profissional que lhes exige unicamente prestar atenção à formulação de objetivos e metodologias, não considerando objeto de sua incumbência a seleção explícita dos conteúdos culturais. Essa tradição contribuiu de forma decisiva para deixar em mãos de outras pessoas (em geral, as editoras de livros didáticos) os conteúdos que devem integrar o currículo [...] Em muitas ocasiões os conteúdos são contemplados pelo alunado como fórmulas vazias, sem sequer a compreensão de seu sentido. Ao mesmo tempo se criou uma tradição na qual os conteúdos apresentados nos livros didáticos aparecem como os únicos possíveis, os únicos pensáveis. Como consequência, quando um/a professor/a se pergunta que outros conteúdos podiam ser incorporados ao trabalho em sala de aula, encontra dificuldade para pensar em conteúdos diferentes dos tradicionais (SANTOMÉ, 1995, p. 161).

Com esses conteúdos fora das práticas pedagógicas, despertou, ao longo da história, a negação da realidade dos povos do campo nas escolas. Muitas vezes, essa cultura não é valorizada e, quando ela surge, não compreende o verdadeiro sentido de promover o desenvolvimento da cultura do campo. No documento Diretrizes Estaduais do Campo, são apresentadas grandes deficiências que são encontradas no cotidiano do campo, alertando que muitas vezes a cultura,

Que é apresentada, na maioria das vezes, aparece de forma estereotipada e preconceituosa. Exemplo disso são as festas juninas que fazem uso de roupa rasgada e remendada, dentes estragados, maquiagem exagerada

---

<sup>17</sup> Cultura diz respeito à humanidade como um todo e ao mesmo tempo a cada um dos povos, nações, sociedades e grupos humanos. (José Luiz dos Santos, 2006)

etc., como características dos camponeses, em detrimento da valorização das músicas, das danças e das comidas típicas e da própria origem da festa (PARANÁ, 2006, p. 39).

A apresentação da cultura dos povos e, ao mesmo tempo, a valorização dessa cultura cria vínculos com os sujeitos envolvidos na comunidade e isso faz com que os povos criem sentimentos positivos pelo lugar, que podemos confundir o termo Lugar com Espaço. Entretanto, lugar está inserido dentro do contexto de espaço. Para esclarecer, lugar é, então, o espaço onde os indivíduos vivem e onde há sentimentos de lembranças, bem como a nutrição de sentimentos por este.

Para a geografia crítica, a especificidade do lugar advém do papel que este representa na dinâmica capitalista. O lugar, aliás, define-se como funcionalização do mundo e é por ele (lugar) que o mundo é percebido empiricamente (...). Assim, cada lugar se define tanto por sua existência corpórea, quanto por sua existência relacional (Santos, 2002). Quando tratado da cultura em relação aos assentamentos rurais, o que determina a identidade dos assentados são as relações de trabalho com a terra, o que atribui aos assentados uma identidade camponesa, onde, de acordo com Fernandes (2008) disputam o território para garantir sua existência a partir de sua identidade.

No que se refere à cultura e à sociedade camponesa, Shanin (1980) afirma que ambas possuem traços genéricos em si, com semelhanças em todo mundo. Deste modo, o campesinato se configura sendo um modo de vida, onde se ressalta a economia autônoma e o envolvimento da família no trabalho, além de apresentar um padrão na organização política que se refere a sua forma de vida, na forma como se organizam socialmente e na reprodução social.

Há aproximadamente uma década, foi proposto um delineamento de quatro características do camponês, incorporando:

- a) a propriedade rural familiar como a unidade básica da organização econômica e social;
- b) a agricultura como principal forma de sobrevivência;
- c) a vida em aldeia e a cultura específica das pequenas comunidades rurais;
- d) a situação oprimida, isso é, a dominação e a exploração dos camponeses por poderosas forças externas.

No discurso, as quatro características qualificavam a vida camponesa plenamente desenvolvida, enquanto três delas – a, c e d – aplicam-se a vários grupos analiticamente marginais (SHANIN, 1980, p. 50).

Por este viés, as territorialidades dentro do assentamento serão responsáveis pela diversificação deste território. Raffestin (1993) descreve a territorialidade como

fenômeno comportamental relacionado a um tipo de espaço, em influência de outro ou em territórios diferentes, sendo considerados distintos ou exclusivos. “[...] a territorialidade adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do “vivido” territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral” (RAFFESTIN, 1993, p.158).

Desta forma, as identidades dos assentados que estão inseridos em um assentamento rural, em princípio deveriam ser bem delimitadas, pois o que trazem para o assentamento, onde estão são as vivências da vida cotidiana dos territórios passados. Bem como em outras instâncias, a educação é um direito, e essa educação deve representar a comunidade que atende.

Compreende-se a educação como um direito social. O direito à educação, previsto na Constituição Federal de 1988, está ligado ao reconhecimento da dignidade da pessoa humana, bem como seus objetivos: construção de uma sociedade livre, justa, solidária, erradicação da pobreza, da marginalidade e redução das desigualdades sociais.

Para se pensar em educação no campo é necessário fazer o reconhecimento da realidade do campo, respeitar as diferenças entre campo e cidade, jamais desprezar um em detrimento do outro, criando, a partir disso, relações entre essas duas zonas. O campo é, acima de tudo, espaço de cultura singular, rico e diverso. Assim, é importante a superação da dicotomia entre o rural e o urbano (ARROYO, CALDART & MOLINA, 2004). De posse da análise feita pelo movimento “Por uma Educação no Campo”, podemos visualizar o que é uma escola do campo apropriada. Essa escola seria

aquela que trabalha os interesses, a política, a cultura e a economia dos diversos grupos de trabalhadores e trabalhadoras do campo, nas suas diversas formas de trabalho e de organização, na sua dimensão de permanente processo, produzindo valores, conhecimentos e tecnologias na perspectiva do desenvolvimento social e econômico igualitário desta população (FERNANDES; CERIOLI; CALDART, 2004, p.53).

Apoiados neste pensamento, conseguimos perceber que nos assentamentos, as Escolas possuem papel fundamental no processo da formação territorial destes assentamentos, uma vez que a Educação do Campo surge justamente para contemplar os pensamentos, desejos e interesses dos sujeitos do campo, a educação no e do campo é uma reivindicação direta dos movimentos

socioterritoriais, como o MST e fortalece a ideia de que haja um território camponês. Contudo é necessário afirmar que, nos territórios que o projeto de educação não foi pensado como processo de construção de um projeto de educação das famílias trabalhadoras do campo, seja pela falta da escola, ou pela forma que a escola está composta e que trata seus conteúdos e alunos mostra certa fragilidade no atendimento a demandas essenciais que seria a contemplação de uma articulação inicial da coletividade e acesso a informações de construção do grupo. No que pode ser percebido no discurso, os dois assentamentos relatam que as escolas tradicionais - urbanas não possuem lugar para sujeitos como os sem-terra, do mesmo modo que não costumaram ter lugar para outros sujeitos do campo, a razão disso está composta em sua estrutura formal que não permitia ou não facilitava o seu ingresso, ou porque sua pedagogia desrespeita ou desconhece sua realidade, seus saberes, sua forma de aprender e de ensinar, contando também pelo distanciamento entre a escola e a casa dos alunos.

O trabalho de campo junto às ao assentamento, permitiu-nos constatar que a ausência de uma abordagem centrada na própria realidade é comum nas escolas do assentamento, assim, no caso do Assentamento Bela Vista, o que fez possivelmente a ser desarticulada, fechada, ou desterritorializada, sem nenhuma mobilização dos assentados. Em outro sentido, o assentamento Fazenda Annoni possui um projeto de educação do campo relacionado com o estilo de vida dos alunos, e auxilia no processo de construção da luta pela efetivação do território, buscando apoio dos assentados, sejam eles pais ou não dos alunos.

Segundo Silva e Costa (2006), existe um paradigma que cerca a educação rural e essa ideia tem uma visão tradicional do campo no Brasil. Com essas ideias tradicionais, não são incorporadas as demandas buscadas pelos movimentos sociais e sindicais quanto à valorização das especificidades do campo, servindo justamente ao oposto e favorecendo a reprodução e a expansão da estrutura agrária concentradora. Os pequenos produtores são vistos com desprezo, como improdutíveis, ficando à margem de um espaço territorializado, pois para os sujeitos de pequena agricultura seus territórios não existem, não considerados território de vida.

Quando se reconhece o verdadeiro valor da agricultura familiar, entende-se a importância da diversidade do campo. No momento em que a escola chega ao campo, a mesma ainda contém traços muito urbanos e, então, depara-se com as

mais diferenciadas formas de produção local, como a cultura bastante representativa, como sujeito do campo diferenciado, com ideais e valores próprios. Desse modo, para Leite (1999, p.99):

A função primordial da escola é ensinar, transmitir valores e traços da história e da cultura de uma sociedade. A função da escola é permitir que o aluno tenha visões diferenciadas de mundo e de vida, de trabalho e de produção, de novas interpretações de realidade, sem, contudo, perder aquilo que lhe é próprio, aquilo que lhe é identificador.

A terra, o meio ambiente, a democracia, a resistência e a renovação das lutas e dos espaços físicos, assim como as questões sociais, políticas, culturais, econômicas, científicas e tecnológicas são elementos transversais na educação do campo (BRASIL, 2005).

O campo não deve ser pensado apenas como espaço rural, ou tudo que não seja urbano. O campo abrange bem mais que a categoria de produção agrícola. O campo possibilita a recriação cultural e desenvolvimento socioeconômico. Dentro do espaço rural, há inúmeras formas de territorialidades, e essas demonstram o quão diversificado é este espaço. As territorializações feitas por movimentos de classes mais populares do campo foram sendo esquecidas gradativamente, e suas riquezas vão sendo tomadas de modo descarado e mascarado por serviços vendidos oferecidos por representantes do capital, que inegavelmente detém boa parte do espaço rural.

É importante salientar que a educação do campo é mais que um direito, torna-se uma necessidade para que os laços culturais se mantenham e que as territorializações, que tão dolorosas foram se estruturando novamente, tornem-se firmes, auxiliando na conquista da autonomia que tanto querem tirar do povo que vive no campo.

#### 4.3 O ESPAÇO RURAL E ALGUMAS ALTERAÇÕES OCORRIDAS NA ATUALIDADE

Durante longo período, o espaço rural foi visto de vários ângulos, onde ambos passam por significados diferentes, ganham e perdem valor mediante a sociedade que o cerca. Um dos principais motivos para que leva a essa diferenciação é a introdução de novas tecnologias nestes espaços. Para concretizar esse



pensamento, concordamos com Froehlich (2002), quando afirma que “ao longo da modernização, o espaço rural foi definido negativamente, como forma de ocupação territorial residual ao processo de industrialização e conseqüente urbanização”.

A sociedade urbana sempre se colocou à frente da realidade rural, considerando-se um ambiente desenvolvido, enquanto o campo se entrelaçava negativamente como local de atraso. A sociedade urbana impõe-se e afirma que os modos de vida dos sujeitos do campo são atrasados em relação à forma de sociabilidade dominante.

A polarização rural x urbano correspondeu, ao longo do século XX, à construção de um sistema hierárquico e rígido, onde a definição de rural se afastou de sua origem etimológica, quando se relacionava à qualidade “campestre”, passando a designar certo meio social caracterizado por atividades produtivas agropecuárias, florestais, mineradoras, e por valores culturais a serem superados pela desejável urbanização das sociedades. (FROEHLICH, 2002, p.1-2)

De forma discreta, começa a se articular um plano que tem como eixo principal a modernização, que se volta a investimentos no espaço rural, projetando sobre o mesmo representações sociais de significado pejorativo, negando a cultura e a forma em ser sujeito do Campo, tentando alterar a dinâmica que este povo vivencia. No território nacional, isso estava ligado à proposta pedagógica apoiada pelo estado. Nesse sentido, segundo Leite (1999, p.111):

a preocupação maior com o campo e as populações camponesas não foi a escola em si, mas a produção agro-pecuária ali realizada, como subsídio fundamental para o processo urbano-industrial. O que fica claro para nós é que, ao longo do desenvolvimento do processo econômico moderno-liberal brasileiro, independentemente da época ou da estrutura do Estado, a escola no meio rural esteve a serviço do capital e dos capitalistas. Esses, indiretamente, agiram no campo e sobre a vida dos rurícolas, mediante a instalação de mecanismos informais de educação comunitária (a Extensão Rural, por exemplo), promovendo, assim, o esfacelamento da escola formal-tradicional e a negação de uma escolaridade voltada para a práxis dos rurícolas.

Acerca do que foi colocado acima, Calazans (1993) destaca que, paradoxalmente, o período em que o Estado passa a despertar seu interesse pela educação rural do Brasil é justamente o momento em que todas as atenções e esperanças se voltam para o urbano dominado pela euforia do desenvolvimento industrial. Entretanto, Calazans afirma que esse paradoxo é a base para a iniciativa educacional no rural e explica a lógica desenvolvimentista da educação imposta ao

campo. A produção da agricultura é baseada em interesses de um grande setor.

Nesse sentido, Fonseca (1985, p.93) afirma que:

o discurso extensionista fazia um diagnóstico ressaltando o estado de carências do homem rural brasileiro - "desnutrido (carente de alimentos), ignorante (carente de informações), doente (carente de saúde), isolado (carente de contatos com o exterior), anônimo (carente de laços sociais sólidos e conscientes, ou avesso à solidariedade sócia.

Para Fonseca (1985), esse pensamento traduz a negação do saber dos próprios agricultores em torno da realidade a qual vivem, então, programas educacionais são auxiliares na construção pessoal desses indivíduos, fomentando a necessidade de [...] alimentá-lo, informá-lo, curá-lo ao mundo da produção e do consumo (FONSECA, 1985).

Pensava-se que a urbanização carregava em si a modernização, e que a mesma iria se debruçar sobre aquele espaço visto pelos próprios agricultores como um local de atraso e não fecundo. Para que se concretize esse pensamento, concordemos com Froehlich (2002, p.35) ao argumentar que:

A visão era de que a urbanização trazia consigo a modernização social e o rural era um meio tradicional, onde vicejavam relações e valores arcaicos e atrasados, obstáculos a se superar no caminho do progresso. Nesta ótica, o meio rural era visto como meio demasiado 'natural' que interessava 'desnaturalizar', mediante acrescente artificialização e domínio dos processos naturais (introdução de eletrificação, insumos químicos, mecanização, motorização etc.).

De acordo com isso e com as reflexões de Leite (1999), a escolaridade campesina, vinculada ao sistema produtivo, serviu de suporte para a estruturação de uma sociedade desigual e de preparo mínimo de mão de obra que atendessem prerrogativas político-econômicas.

Mesmo que o processo de desenvolvimento, que no campo era conhecido nada mais que a modernização da agricultura, atingiu os objetivos de aumentar em grande escala a produção agrícola e, com isso, obviamente aumentar os lucros obtidos pelos produtores rurais, porém, benefícios para alguns, prejuízos para outros. Nesse sentido, a sociedade, de um modo geral, sofre com esse impacto. Dentre alguns desse,

a agudização das desigualdades sociais, concentração de renda, exclusão social, desemprego, guerras e guerrilhas, superpopulação urbana e

desertificação rural, insegurança e violência urbana, poluição do ar, água e solo, contaminação química dos alimentos, doenças infecciosas e degenerativas, stress cotidiano no trabalho, entre outros problemas sociais. (FROEHLICH, 2002, p. 32)

As dificuldades que se deram a partir da iniciação do processo acima citado e as grandes insuficiências do enfoque desenvolvimentista foram grandiosamente conhecidas, e marcou esse período, o qual acarretou na mudança do modelo, até então convencional, do desenvolvimento, na medida em que anda e aponta a necessidade de se criar novas pesquisas em torno das questões do meio ambiente, onde o mesmo seja respeitado, relacionando a comunidade do campo e a Educação Ambiental esperando que os mesmos sejam aceitáveis e viáveis na perspectiva econômica e social.

Vale lembrar que a preocupação com o meio ambiente não surge diante da degradação deste, através das relações com o campo, mas das problemáticas que englobavam as questões da globalização e, com isso, a grande mundialização das indústrias, que desde o princípio começou a gerar grandes níveis de poluição industrial “a agricultura, os recursos naturais renováveis (a água em particular, mas também os solos, as florestas etc.), a qualidade dos produtos agrícolas e do espaço rural não tardaram a entrar em cena, e mesmo a ocupar um lugar especial no tema ambiente” (Jollivet, 1998, p.12).

A pós-modernidade promove desde seu surgimento a retratação da imagem rural, isso faz com que aprofundemos nossa relação em torno da compreensão dos problemas ecológicos e sociais. O meio rural sempre foi relegado a situações de abandono e esquecimento, isso fez com que a população visse o campo como um local de atraso, retrógado e obsoleto, mas que começou a mudar o conceito, se diferenciando do anterior citado.

As noções de crise ambiental, e as preocupações com as relações com as problemáticas que assim surgiam, remetem ao sentido da ressignificação dos espaços. Nesse contexto, a visão dualista que opunha o rural ao urbano como realidades distintas e de negação uma a outra, associando o rural ao agrícola e ao atrasado e o urbano ao industrial e ao moderno, é superada (CARNEIRO, 1998).

O novo significado do meio rural surge em meio a discussões e início da valorização do meio ambiente, nesse sentido o espaço rural é visto como um lugar aonde a paisagem é agradável, que contempla bem mais que beleza cênica, mas

uma beleza dotada de bens que se voltam ao condicionamento de bem estar em um ambiente, o sujeito passa a se beneficiar desse espaço de maneira abrangente, usufruindo dos espaços para a retirada de alimentos, água limpa e ar puro, ou seja, a população começa a valorizar a qualidade de vida nesse espaço, que outrora era considerado e reconhecido como um espaço sem perspectivas, começam a surgir relações com a comunidade, em que muitas atividades de lazer são desempenhadas, inclusive o turismo começa a ser visto como nova perspectiva de bens econômicos.

Entre outras palavras o meio rural passa por uma grande transformação e perde parte daquela imagem de lugar indesejado e passa a ser considerado “lugar de consumo, residência, lazer, turismo, esportes etc., além das tradicionais funções da produção agropecuária e alimentar”. (Froehlich, 2002, p. 47)

O que vemos hoje no campo não é apenas o resultado de imagens e lembranças de um tempo distante, mas é a manifestação e o ancoramento de posturas juntas ao enfrentamento da crise ambiental, que são vivenciadas por muitas comunidades urbanas industriais. Mesmo existindo valorização do meio rural existente, está vista como pouca, pois este espaço carrega grande potencial e, indubitavelmente, merece ser abordado de maneira consciente, a começar pela própria comunidade escolar, que possui em suas mãos materiais diversos que são extremamente capazes de fazer uma conscientização em torno desse bem tão rico de significados, através das atividades de campo.

Conseguimos perceber que os assentamentos também estão inseridos no processo de modernização impressa no contexto social que nos envolve. Uma das questões que se torna ícone nesta discussão é a saída do jovem do campo, ou até mesmo o não envolvimento dos sujeitos em um contexto político, como se expressa em um assentamento estudado, outrossim, é percebido no contexto das elaborações de proposta dos assentamentos, onde os mesmos estão imersos em contextos do uso das tecnologias a seu favor, com o acompanhamento de uma equipe que se mostra preparada para atender a demanda dos assentados, no caso a EMATER, entretanto este órgão governamental, segundo os assentados não são capacitados para trabalhar com assentamentos rurais, demonstrando claramente que não conhecem a dinâmica de luta, bem como quais são as prioridades do grupo.

## 5. DINÂMICA DA PRODUÇÃO DO TERRITÓRIO GAÚCHO

Atualmente, o Brasil é uma República Federativa composta pela União. Somam-se 26 estados, mais o Distrito Federal, compondo, dessa forma, o total de 5.565 municípios. Com a Proclamação da República, seu sistema federativo foi adotado a partir de 1889. Como resultado a este fato, houve a transformação das províncias em estados (ANDRADE; ANDRADE, 2003). A divisão político-administrativa do Brasil foi historicamente construída desde que a América começou a ser ocupada pelas nações ibéricas.

No estado do Rio Grande do Sul (RS), a formação dos municípios representa claramente a história de sua ocupação territorial, que fragmenta seu território desde o início das sesmarias<sup>18</sup> e dos núcleos açorianos<sup>19</sup>. Desta forma, cabe dizer que a história territorial do Brasil tem início em Portugal, onde encontramos as origens da distribuição de nossas terras, configurando-se da mesma neste outro país, nosso colonizador. Implantou-se igualmente no Brasil, um modelo português de propriedade trazido pelos imigrantes portugueses colonizadores. Este modelo se reproduz até hoje. A primeira divisão territorial do RS foi no ano de 1809, separando a então Província de São Pedro em quatro grandes municípios: Porto Alegre, Rio Grande, Rio Pardo e Santo Antônio da Patrulha. Conforme aponta Flávia La Salvia e Elisabeth F. Marodin (1976, p.04),

A divisão do imenso território da Capitania em apenas 4 grandes circunscrições representava na realidade a criação dos 4 primeiros municípios rio grandenses que iriam desdobrar-se com o decorrer dos anos nas muitas comunidades municipais que formariam.

Conforme divisão pode-se descrever que o sul do Estado apresentava maior ocupação territorial, ou seja, surgiram novos territórios. Neste sentido, comparando a divisão inicial, o RS apresentava ao sul menores áreas. Este fato manteve-se até a metade do século XIX, quando observou o norte formando novos territórios. As autoras La Salvia e Marodin (1976) afirmam que a formação dos municípios esteve

---

<sup>18</sup> As sesmarias eram terrenos incultos e abandonados, entregues pela Monarquia portuguesa, desde o século XII, às pessoas que se comprometiam a colonizá-los dentro de um prazo previamente estabelecido.

<sup>19</sup> Açores eram imigrantes do Arquipélago dos Açores, que estão distantes 800 milhas da costa de Portugal, estando sob o domínio português desde 1432. O arquipélago foi historicamente povoado por descendentes de portugueses e flamengos (Flandres e Bélgica) e que ocupavam determinadas porções do território gaúcho.

condicionada essencialmente ao fator condicionante que foi povoamento que, no decorrer do tempo, comandou efetivamente o desmembramento municipal.

O sul do RS permaneceu com a forte tendência de concentração urbana até final do século XIX, quando o norte do RS também começa a fracionar seu território. A vinda de imigrantes para o Brasil, em especial ao Sul, representava concentração populacional e isso acabava por interferir no desenvolvimento da economia provincial, que tinha por base a pecuária. No que tange esse tema, La Salvia e Marodin (1976, p.02) descrevem que,

Primeiramente, foram povoadas as áreas de campo pelos lusos- brasileiros que tinham na pecuária sua atividade econômica fundamental. Esta atividade não forçava a criação de muitos núcleos populacionais, mas demandava grandes áreas para se expandir. A criação de municípios fazia-se então nas regiões de campos de pastagens originando um pequeno número de municípios com grandes áreas territoriais. A evolução municipal era lenta, porquanto os municípios criados tinham uma densidade demográfica rural muito baixa (inferior a 5 hab/Km<sup>2</sup>), e não se subdividiam quase administrativamente (criação de distritos), não possuindo assim muitos núcleos populacionais.

Entretanto, conforme aponta La Salvia e Marodin (1976), com o advento da colonização, em 1824, começou uma nova era na história do povoamento do Rio Grande do Sul, iniciando-se efetivamente, a ocupação das áreas florestais. A formação de municípios ocorreu concomitantemente com essa ocupação.

Os novos gaúchos, naquele momento, estabeleceram-se em pequenas propriedades no vale dos rios Taquari, Sinos e Caí. Esses moradores que vieram para o Brasil produziam em suas terras inicialmente uma agricultura de subsistência o que fazia com que o capital girasse, e com isso, as primeiras indústrias e comércios surgiram. Criam-se nesta época, ao mesmo tempo, outros núcleos. Conforme esclarece La Salvia e Marodin (1976, p.04):

A colonização europeia, não portuguesa, apresentou dois momentos distintos e, logicamente, isto influiu no desmembramento municipal. O primeiro se relacionou ao povoamento das chamadas "colônias velhas" nas regiões das Encostas Inferior e Superior do Nordeste. Os núcleos coloniais, uma vez criados, iam crescendo, se expandindo, tomando corpo administrativo, e dando origem aos municípios. A área territorial das antigas colônias ia se transformando em municípios com uma subdivisão administrativa muito grande (criação de distritos) que eram as antigas pequenas colônias. Estes municípios por sua vez iam se desmembrando e dando origem a um grande número de novos municípios com pequena área territorial.

O aumento populacional e o fracionamento em excesso que ocorria nas colônias, subtraídos ao fato da chegada de novos grupos étnicos, resultou na expansão das áreas coloniais para o norte do Estado. Em ritmo acelerado, ocorria a evolução municipal, pelo qual se apresentavam devido à densidade rural bastante alta, bem como o número de distrito bastante elevado. Ressalta-se que no ano de 1900, o RS estava composto por 65 municípios, sendo que destes, maior parte encontrava-se localizado a sul do Estado.

O segundo momento da colonização relacionou-se com o povoamento das chamadas "colônias novas" na região do Alto Uruguai que ocorreu bem mais tarde. O processo foi o mesmo: os núcleos coloniais iam sendo criados e se transformando mais tarde em sedes municipais. Os municípios até 1954 apresentavam expressiva área territorial possuindo muitos distritos. A partir desta data desencadeou-se de modo efetivo o processo de municipalização com a criação de inúmeros municípios culminando com o violento desmembramento nos anos de 1964 e 1965. (La Salvia; Marodin, 1976, p, 10).

A cada ano, as emancipações se intensificavam, pois em 1966 o Rio Grande do Sul possuía em torno de 232 municípios. La Salvia e Marodin (1976). Pelo que se percebe, houve uma intensificação anual do surgimento de novos municípios, a contar no ano de 1982, o surgimento de 11 novos municípios, 29 em 1987 e 60 em 1988. Por este viés, de acordo com a Secretaria do Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional do estado, afirma-se que:

Durante esta década surgiram mais 100 municípios, 11 em 1982, 29 em 1987 e 60 em 1988. Finalmente, na década de 90, mais 164 municípios foram criados, 94 em 1992, 40 em 1995 e 30 em 1996, somando então, 497 municípios. Estes 30 novos municípios, no entanto, só foram instalados em 2001.

É passível verificar que as novas sedes municipais que surgem estão inseridas no norte do Estado, na região do Planalto, ficando o sul praticamente com mesma configuração do início do século XX. Segundo dados do IBGE (2010), número de 497 municípios ainda se apresenta. Com os dados de emancipação dos municípios, ressalta-se, segundo Rodrigues (2006, p. 96), que "o Rio Grande do Sul tem sua organização espacial configurada a partir de uma estrutura organizada e baseada na origem étnica e econômica do processo de ocupação e povoamento dessa porção do território nacional". De fato, a ocupação social e econômica na região central do Rio Grande do Sul, segundo Neumann (2003, p. 3) forma-se a

partir de dois sistemas agrários. O sistema de campo, que caracteriza a Depressão Central e os Campos do Planalto; e zonas nas quais se desenvolveu a pecuária extensiva em grandes propriedades.

O propósito da ocupação da terra se dava a partir do desejo de desenvolver os territórios, para isso precisava-se ter envolvimento econômico e muita terra nas mãos de poucos, e muitos com muito pouco para que se pudesse trabalhar nessas terras e fazer delas economicamente rentáveis. Improváveis eram os investimentos para os pequenos agricultores que sofriam com a falta de terra para o cultivo e reprodução sociocultural proporcionado pela fixação em um determinado território. O MST, apoiado em movimentos anteriores, começa a afirmar que ocupar é a solução, para que isso se concretize há uma mobilização em massa, onde o primeiro congresso irá ocorrer na região Sul, no estado de Santa Catarina.

O 1º Congresso do MST, organizado a partir do 1º Encontro Nacional em Cascavel, no Paraná, em 1984, aconteceu durante os dias 29 a 31 de janeiro de 1985. Dele foi tirado como orientação a ocupação de terra como forma de luta, além de ter sido definido os princípios do MST: a luta pela terra, pela Reforma Agrária e pelo socialismo. (MST,2014)

Com essa movimentação, houve um *insight*<sup>20</sup> onde se teve a clareza política de que era necessário ser uma organização autônoma a partidos e governos. O congresso de 1985 é um marco histórico do MST. Deu-se a partir de então uma nova característica da luta pela terra. O MST saiu deste encontro, convictos de que se teria que partir para as ocupações, e nisso foi construído o lema “Terra para quem nela trabalha” e “Ocupação é a Única Solução”. Em maio do mesmo ano, em menos de três dias mobilizamos mais de 2500 famílias em Santa Catarina, em 12 ocupações. Em outubro, o Rio Grande do Sul ocupou a Fazenda Anoni. Todos os estados começaram a fazer ocupações.

---

<sup>20</sup> clareza súbita na mente, no intelecto de um indivíduo; iluminação, estalo, luz.



## 5. ANÁLISE DO PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO DO ASSENTAMENTO FAZENDA ANNONI E BELA VISTA

Neste momento, as informações expostas foram extraídas através do trabalho de campo realizado em janeiro de e setembro de 2017. Da mesma forma, há uma contextualização feita a partir do referencial teórico e dos dados encontrados.

### 5.1 ASSENTAMENTO FAZENDA ANNONI

#### 5.1.1 Localização e Caracterização do Assentamento Fazenda Annoni

O Assentamento Fazenda Annoni, introduzido no município de Pontão, surgiu em um ambiente propício para o aparecimento de movimentos sociais de lutas pela terra, uma vez que Pontão, enquanto era distrito de Passo Fundo, era cercado por grandes propriedades rurais (latifúndios) e isso despertava interesse por trabalhadores que não possuíam a terra para desenvolver suas atividades.

Ressalta-se de modo importante, conforme MST (2001), o fato de que,

Em janeiro de 1962, nessa região de Pontão, especificamente nos municípios de Nonoai e Sarandi ( nos distritos de Ronda Alta e Rondinha, ambos emancipados de Sarandi em 1968) já haviam sido palco de batalhas históricas na luta pela terra, com fortes movimentos de massa camponesa. MST (2001, p. 123)

Naquele período, realizou-se, apoiado pelo Movimento de Agricultores sem terra (MASTER), a primeira ocupação de terras pelos camponeses sem terra. Foi ocupada por esse movimento a Fazenda Sarandi, que antes da ocupação, era importante no cultivo, extração e exportação de madeira para a Europa.

Diante do Golpe Militar (1964), os movimentos sociais de luta pela terra passaram por um período de repouso (de 1964 até meados de 1977), por possuírem grande repressão durante todo período que durou este regime. Todavia, o movimento não se apagou.

No ano de 1979, aproximadamente 110 famílias que estavam desalojadas passaram a ocupar a Fazenda Macali, em Ronda Alta, a qual pertencia ao Estado e neste momento estava arrendada a uma empresa privada. Poucos dias depois, em 25 de setembro do mesmo ano, 170 famílias ocuparam a Fazenda Brilhante, no mesmo município (MST, 2001).

No ano de 1980, as famílias acampadas, ocuparam a Fazenda Annoni e, após negociação, foram desalojadas por força policial e alocadas em terras de outros municípios: Palmeira das Missões e Rondinha. (MST, 2001)

No início da década de 80, se inicia um grande acampamento com tamanho aproximado de 2.000 km<sup>2</sup>, ocupado por 600 famílias totalizando aproximadamente 3.000 pessoas. Este acampamento foi montado às margens da rodovia ERS 380, na Encruzilhada Natalino, onde após seis meses começou a ficar intensamente reprimido, contando com policiais armados fazendo vigília constante. Em 10 de março de 1981 a resistência que se tinha, acabou. O grupo foi dominado e forçado a se transferir para outro acampamento na cidade próxima: Nova Ronda Alta. Só no ano de 1983 ocorreu a conquista da terra.

Com esses fatos, pode-se perceber que antes de se consolidar como um assentamento, Fazenda Annoni foi um acampamento que surgiu no ano de 1981, inserida na localidade chamada Encruzilhada Natalino, que desde a formação inicial até a consolidação houve a agregação do movimento e disputa política. Conforme pode ser percebido pelas palavras do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST, 2014), quando retratam a luta do movimento em torno do acampamento de Encruzilhada Natalino,

A localização geográfica foi importante, para maior visibilidade pública do acampamento. Sendo escolhida de modo estratégico, já que a Encruzilhada Natalino está localizada num entroncamento rodoviário onde circulam ônibus e veículos, em direção às quatro maiores cidades da região (Passo Fundo, Sarandi, Carazinho e Ronda Alta), que liga o Rio Grande do Sul à Santa Catarina e se encontrava próxima de vários assentamentos de trabalhadores Sem Terra, como o assentamento Macali.(MST, 2014)

Mesmo que a conquista da terra tenha ocorrido em 1983, apenas no ano de 1985<sup>21</sup>, foi possível os agricultores possuírem a propriedade das terras com a efetivação da desapropriação da Fazenda Annoni, por parte dos donos. Percebe-se que os assentados, por um longo período, não possuíram terra, tampouco casa, ficavam a mercê de outros acampamentos, terras de familiares, ou até mesmo em periferias das cidades.

A área que contempla o assentamento estava sendo disputada na justiça e ainda não havia sido desocupada pelo fazendeiro, dono da propriedade. A liberação

---

<sup>21</sup> Ressalta-se o fim da ditadura militar neste ano.

ocorreu apenas em 1986, após um ano de constante pressão.

De acordo com Bavaresco (1999, p. 258), os agricultores sem terra que conquistaram a fazenda Annoni, uma das maiores do Estado na época, são oriundos de um processo histórico de exclusão social que se relaciona com a própria forma de ocupação do espaço agrário ocorrida no Rio Grande do Sul. Nesse sentido, Benincá (1987, p.81) nos ajuda a entender o processo de ocupação da Fazenda Annoni, dizendo que:

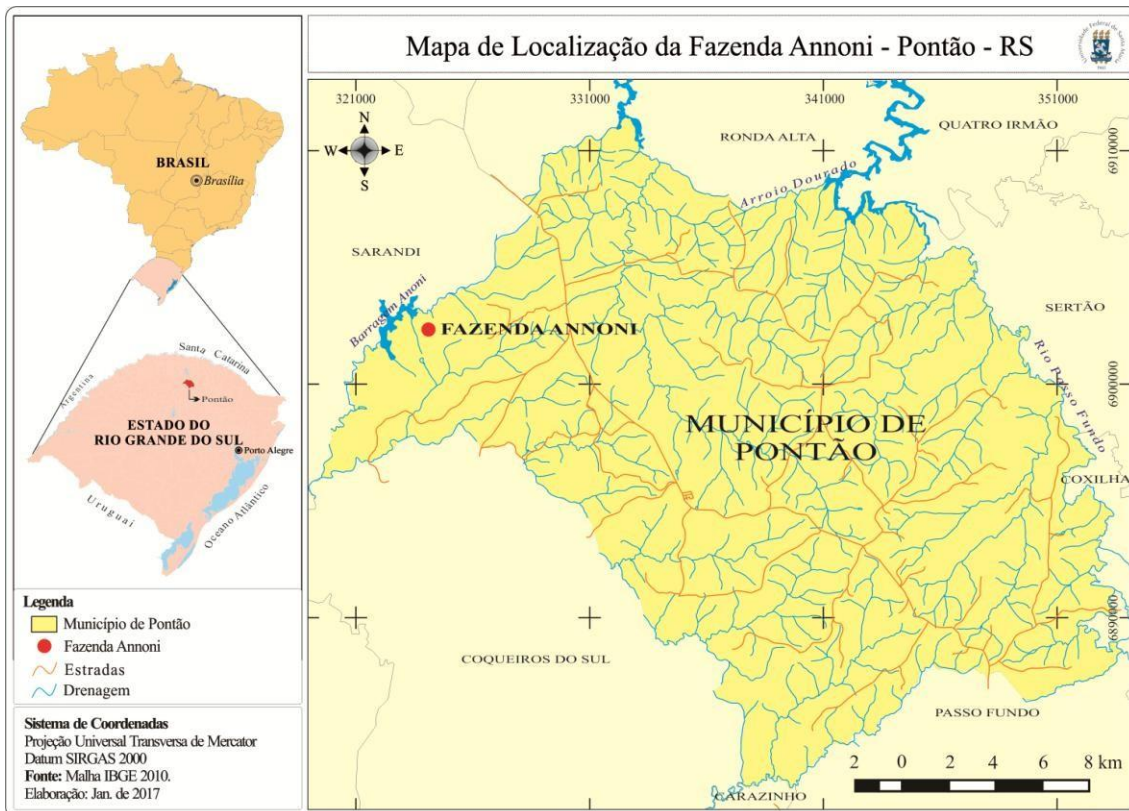
na noite de 29 de outubro de 1985, os sem-terra ocuparam a Fazenda Annoni, numa ocupação espetacular, introduzindo cerca de 2500 famílias durante apenas algumas horas daquela noite, burlando a vigilância da polícia que fazia ronda nas estradas próximas ao local.

Foram 97.000 hectares ocupados na extensão de Passo Fundo, Sarandi e Carazinho. O movimento de ocupar esse espaço teve grande apoio dos sindicatos e das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Essa ocupação se configurou como sendo a primeira em grande escala e organizada pelo MST no sul do país, contando com famílias de outros 32 municípios do Rio Grande do Sul (MST, 2001). Até que todas as famílias acampadas tivessem suas terras regulamentadas neste assentamento, o acampamento existia há sete anos.

Em relação à Fazenda Annoni, de acordo com Benincá (1987, p.31), "no acampamento predominavam famílias de caboclos e de colonos, atingidos pela Barragem do Passo Real e ocupantes de áreas indígenas, todos com experiência de trabalhar com a terra".

No ano de 1992, o distrito de Pontão contava com uma população suficiente para a emancipação, como ocorreu neste mesmo ano. Julga-se o influente papel do assentamento para a criação do município, já que nesse período havia, em média, 500 famílias (dados de saída de campo).

Imagem 2: Mapa de Localização da Fazenda Annoni, no município de Pontão-RS.



Fonte: Arquivo do autor.

Com a inserção na Fazenda Annoni, pode-se perceber que, desde a formação da mesma, há a existência de inúmeros movimentos sociais naquela região, podendo ser citados: Movimento de Atingidos por Barragens – MAB, o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais – MMTR, o Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. Este último nasceu do acampamento de Encruzilhada Natalino, organizado em março de 1981, no município de Ronda Alta – RS. (MST, 2001)

Pode-se afirmar que a formação dos componentes do Assentamento Fazenda Annoni encontra-se na maior parte, entre a faixa etária dos 35 aos 65 anos de idade. Entretanto, foi possível perceber um número considerável de crianças no assentamento.

Assim, tem-se a informação de que o campo possui uma diminuição de jovens na composição dos territórios rurais, e um aumento da população de idade média e idade avançada.

É importante remontar a história do assentamento, da mesma forma que é importante saber mais a respeito dos assentados. Nesse sentido, pode-se perceber

que boa parte dos assentados ingressou no MST por possuir profunda relação com a terra. Boa parte destes são filhos de agricultores, que trabalhavam em propriedades que eram cedidas para o plantio de cunho de subsistência<sup>22</sup>, outros, seus pais possuíam a propriedade da terra, mas como o número de filhos era grande, não restava muito para cada um.

Alguns dos assentados já moravam ali. Eram empregados da antiga Fazenda Anonni, já outros, vieram das cidades, onde já haviam passado pelo processo de sair do campo, ir para a cidade em busca de melhores condições de vida, mas encontraram uma realidade diferente da esperada, e novamente voltaram para o campo em busca de terra para se desenvolverem socioeconomicamente.

Apesar dos assentados relatarem os níveis de dificuldades que passaram, das agressões sofridas, do olhar discriminador da sociedade, até mesmo por alguns agricultores, por possuírem a terra, e ainda se sentirem menosprezados. Mesmo com todas as dificuldades em evidência, eles afirmam, sem qualquer sombra de dúvida, que eles passariam pelas mesmas questões novamente, em que enfrentariam os medos, encarariam toda a repressão, em busca da conquista da terra e de si mesmos.

Uma das questões bastante marcantes é a representação do MST para esses indivíduos. Os assentados da Fazenda Anonni vivem o MST, eles são o MST. Conforme pode ser percebido na imagem abaixo (imagem 03), onde se tem a representação a vila onde os assentados cooperativados residem.

Fica claro o esquema de residência, bem como a relação que é estabelecida entre os moradores com o local de trabalho.

---

<sup>22</sup> Como conceito, *subsistência* está ligada há uma modalidade que tem como principal objetivo a produção de alimentos para garantir a sobrevivência do agricultor, da sua família e da comunidade em que está inserido, ou seja, ela visa suprir as necessidades alimentares das famílias rurais. Em minha opinião, as propriedades rurais não oferecem apenas condições de sobrevivência, mas sim, condições de se reproduzirem historicamente, aplicando na terra suas experiências e culturas que são acumuladas através da história e que são passadas de geração a geração. Além da produção de alimentos a propriedade, mesmo que pequena pode se desenvolver economicamente, desde que tenha uma articulação estratégica, no entanto, quando o produtor possui uma propriedade cedida por uma pessoa a quem este produtor oferece mão de obra, ele ainda é refém dos "donos", pois o tempo para produzir nessa terra será pequena, e logicamente o envolvimento total será na terra do contratador dos serviços. Percebo esse fato como estratégico, para que esse agricultor esteja cada vez mais amarrado ao grande detentor de terras, oferecendo seus serviços em troca de uma parcela de terra, que na verdade oferece a esse agricultor e sua família apenas moradia, todavia será difícil a aplicação de trabalho dessa propriedade.

Imagem 03: Imagem aérea da cede do assentamento.



Fonte: Google *maps*. Adaptação Ivanio Folmer, 2017.

Conforme coloca um assentado, quando questionado sobre as escolhas de inserção no movimento dos trabalhadores rurais:

“A gente se descobre na terra. Da nossa luta a gente não se arrepende e faria tudo de novo. Se foi muito sofrido? Foi demais. Mas a gente tinha um objetivo que era garantir um futuro melhor, pensando na gente e nos filhos. Ver eles ajudando a gente a planta, a colher, tendo o que comer é uma das razões que fariam a gente fazer tudo de novo” (Trabalho de campo, janeiro, 2017)

Pensa-se que a estrutura e organização deste assentamento obteve sucesso na realização dos objetivos conjuntos dos assentados. Esses assentados puderam se desenvolver mesmo com um sistema vigente que oferecia e ainda proporciona condições precárias para o campo, com políticas que validam o agronegócio e distorcem a necessidade real do sujeito do campo.

A gente se unindo conseguimos construir nossas casas e hoje com muito orgulho podemos aguentar o frio e as chuvas sem passar trabalho. Olhar para essa vila hoje faz a gente se orgulhar e continuar unido. Se “apoiamos”



muito um no outro (Trabalho de campo, janeiro, 2017).

Imagem 04: Vila onde moram os assentados



Fonte: Arquivos do autor. Trabalho de campo, janeiro de 2017.

Na imagem acima (imagem 04), pode-se perceber a estrutura da residência dos assentados. Sem dúvidas, as casas apresentam estrutura que é capaz de abrigar os assentados de forma confortável. Essas casas foram construídas a partir da criação da cooperativa no assentamento. Cada assentado escolheu o modelo de sua casa, e as mesmas foram construídas com o apoio da comunidade do assentamento.

Quando questionados sobre quem é o MST, todos os entrevistados conseguiram responder de maneira única e emocionante. Eles falam do pertencimento deles nessa luta, que são eles o MST, que o movimento é a família que luta, planta e colhe.

Também, com segurança, posicionam-se contra a sociedade capitalista, e que tentam melhorar, pelo menos, uma parcela da sociedade, buscando dignidade para plantar e nas relações que eles estabelecem uns com os outros dentro do assentamento, e do assentamento com a comunidade geral, mesmo a urbana.

Com isso, passa a ser importante ressaltar que os assentados possuem a identidade de assentado, que auxilia na conexão deles com o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. Apesar de estarem alocados na sua parcela de terra, eles

ainda se mobilizam em torno das questões de melhorias e política do MST, e isso se mostra de forma positiva para que a organização do movimento permaneça sendo territorializada pela força do MST.

Conquistar a terra, uma fração do território, e se territorializar é um modo eficaz de reação e de demonstração da sua forma de organização (FERNANDES, 1999). Para o mesmo autor a territorialização da luta pela terra é:

o processo de expansão e ou multiplicação das áreas conquistadas pelos trabalhadores rurais [...] os latifúndios são territórios que estão sob o controle de grandes proprietários ou empresas. Os assentamentos rurais são territórios das famílias assentadas. Com a desapropriação de fazendas para fins de reforma agrária e a implantação de assentamentos rurais ocorre a desterritorialização do latifúndio e a territorialização do assentamento (FERNANDES, 2005, p.473)

Percebe-se que o assentamento Fazenda Annoni é um território que foi conquistado a partir de luta e a partir da inserção desse novo grupo em um território. Nasceu também uma nova forma de coletividade, a qual, sem dúvida, é marcada pela trajetória de cada sujeito que, quando em conjunto, manifesta a diversidade cultural que carrega, construindo, deste modo, uma identidade sem-terra. Com isso, há início de uma territorialização feita por esse conjunto que envolve os sujeitos e suas crenças.

O território é repleto de símbolos e cultura. Dessa forma, quando o MST conquista um espaço, ele se territorializa e os assentados apropriam-se desse território, transformando esse espaço que anteriormente era expressão do latifúndio, sem expressão cultural e diversificação de cultivos, em um território que possui diversificação de produção, com ênfase no envolvimento da família nesse novo modelo inserido.

Conforme Raffestin (1993, p.158):

A territorialidade assume um valor bem particular, pois reflete o multidimensionamento do "vivido" territorial pelos membros de uma coletividade, pela sociedade em geral. Os homens vivem ao mesmo tempo o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivas.

Desse modo, o território se apresenta como uma produção humana, que ganha uma identidade a partir da apropriação do espaço. Nesse caso, podemos reconhecer esse território como sendo território do MST, conquistado através da luta



por pessoas engajadas em movimentos sociais em prol de melhor distribuição de terra no campo.

Percebe-se que os assentados estão em constante dinâmica para a construção do movimento. Para isso, eles contam sempre com a defesa da bandeira, buscando representatividade do movimento dentro da sociedade, utilizando articulação de luta, conectando-se a outros movimentos sociais, discutindo propostas de melhores condições para o espaço rural e nunca esquecendo quem são, valorizando sua história, e partindo desta, objetivando criar novas realidades.

“Não podemos negar quem somos, da onde viemos e o que a gente queria, e o que a gente quer. Precisamos estar sempre ligados, saber da realidade e saber quem esta nos ameaçando. Hoje a gente sabe que é o agronegócio quem quer acabar com a gente. Mesmo que estamos articulados, muitos assentados sentem a pressão dos grandes produtores que querem arrendar nossas terras, muitos enxergam isso por um lado bom, eu já vejo isso como ruim, eles querem toma nosso lugar de novo, querem nossos dinheiro, tudo que é nosso. como se já não tivesse bastante. Por isso precisamos construir cada vez mais o amor pela nossa bandeira. É uma necessidade se manter firme.”(Trabalho de campo, janeiro de 2017)

Todos os assentados do assentamento Fazenda Annoni se consideram importantes na construção do mesmo, boa parte deles estão desde quando surgiu o acampamento e continuam aplicando suas intenções de modo ativo no assentamento. É interessante apontar que esses assentados tiveram um papel fundamental na criação do município de Pontão/RS e todos conseguem reconhecer esse fato de maneira clara.

Juntamente com a emancipação de Pontão, que inicialmente foi distrito de Passo Fundo, a organização política do município começou a se desenvolver em relação ao assentamento Annoni, uma vez que o prefeito e alguns vereadores são do próprio assentamento. Desta forma, há um direcionamento de interesses por parte dos gestores voltados para o assentamento.

Ao se desenvolver a conversação com os assentados deste assentamento, pode-se perceber contra quem e o que esses assentados lutam. De modo claro, os assentados reafirmam que eles lutam contra os que tentam amarrar a terra a poucos donos, tirando o direito de acesso a terra, de plantar, de comer e ainda de se desenvolverem socioeconomicamente e valorizarem suas culturas. A partir disso, nota-se que o MST surge como parte de um movimento histórico de luta camponesa

no Brasil. Desde Canudos, Contestado, Trombas e Formoso, os camponeses brasileiros vêm brigando pelo direito a terra (GONÇALO apud FERNANDES, 1998).

Deste mesmo modo, Fernandes (2000) afirma que a ocupação de latifúndios significa a ocupação de propriedades capitalistas, representa a territorialização na conquista de terra de trabalho contra a terra de trabalho e exploração. A ocupação torna-se necessária para que se reproduzam as vozes que clamam atenção às políticas especializadas.

Por esse viés, segundo Stedile (1999), a ocupação é uma forma de luta contundente, não deixa ninguém ficar em cima do muro, obriga a todos os setores da sociedade a dizerem se são a favor ou contra. Logicamente se percebe muitos setores de nossa sociedade distorcendo fatos, colocando-se contra o MST de modo que auxilia outras pessoas da sociedade a voltarem contra a ideia do movimento, sem conhecer a política e a realidade desse movimento.

É importante ressaltar a ideia de que analisemos de forma crítica as informações trazidas pelos meios de comunicação como internet, televisão, jornais e rádio. Pois em diversas vezes as informações apresentadas por esses meios, apontam para uma realidade direcionada, a fim de deslegitimar a luta de centenas de trabalhadores rurais, com identidade sem-terra. Nesse contexto a classificação de “movimento político” é utilizada pela mídia e pelo governo como uma forma de acusação e desqualificação contra o MST (DAGNINO, 2004, p. 213).

Ao pensar na questão da reforma agrária, os assentados entendem que a mesma é necessária, mas não está posta em prática de forma correta. Ela ainda está a serviço do capitalismo, sugerem alguns assentados. Se formos analisar a questão da distribuição, vamos nos dar conta que essa é uma realidade presente, pois os assentados não possuem representantes desta realidade nos ministérios, como é o caso do Ministério da Agricultura, onde a representante era uma empresária, pecuarista, e, no entanto representava a Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Será que o povo que luta por terras, seria ouvido por essa ministra, que insistiu em mais de uma vez dizer que no Brasil não existe latifúndio?

Os representantes do MST chamaram-na de latifundiária e que o que ela disse precisa ser desmentido, antes que as pessoas julgassem correta esta informação e o processo de luta fique cada vez mais banalizado.

A ocupação desmascara a lei. Se não ocuparmos, não provamos que a lei está do nosso lado. É por essa razão que só houve desapropriações quando houve

ocupação é só comparar. Stedile (1999). Uma vez ocupado os assentados já começam expressar suas vontades de luta e demonstram contra o latifúndio que estão lutando.

Quando se pensa em latifúndio, logo se conecta a ideia do capitalismo, que se apresentam plenamente associados. Em relação ao socialismo x capitalismo dentro do assentamento, e o papel de cada um destes assentados, na representação do socialismo, estes reponderam rapidamente que não sabem se contribuíram de fato com o socialismo, mas tenta da melhor forma introduzir uma sociedade que estivesse pautada na questão social, do que a econômica. Mesmo que entendam que seja bastante difícil dissociar essas duas esferas.

Conforme dito por um assentado entrevistado:

“...Não conseguimos destruir o capitalismo, mas a questão é complicado. É difícil. Tu tenta, tu luta, mas o capitalismo consegue manipular as pessoas, porque as pessoas conseguem se dobrar diante dos desejos pelo dinheiro. Aqui nos vivemos em um negócio que é do assentamento, nosso modelo é um modelo socialista. Mas que ainda tem muito o que caminhar para se tornar de fato um assentamento inteiramente socialista.”(Trabalho de campo, janeiro 2017).

O MST é um movimento bastante unido, que se preocupa com todos os integrantes. Desse modo, os aprendizados no assentamento são muitos, pois é constante a troca de experiências. No assentamento estudado neste momento, os assentados aprenderam a trabalhar de modo coletivo e individual. Onde cada um sabe respeitar o espaço do outro. Desta forma, os territórios que se criam dentro do assentamento Fazenda Annoni são caracterizados como diversificado.

Como se sabe, o termo agronegócio criou-se para que se pudessem contemplar as relações econômicas que se dão na esfera mercantil, financeira e tecnológica, que envolve o setor agropecuário e também os que se conectam na esfera industrial, que submergem produtos e serviços destinados à agricultura tanto no que diz respeito à produção e ao processamento dos cultivos do campo, bem como comercial e de serviços prestados.

Os assentados reconhecem que o agronegócio é o capital, onde expressa no campo não a prioridade de produção de alimentos, mas a produção do lucro, no que se pode citar a produção de milho e de soja e a criação de gado, e mais recentemente a plantação de eucaliptos.

Conforme um assentado reage ao ser questionado em torno do agronegócio:

“Se vê milho e soja em tudo quanto é lavoura, daí te pergunto, essas sementes irão acabar com a fome do mundo? Não, o que mata fome é o feijão, e sobre isso o agronegócio não pensa. Os produtos que vendem no mercado é fruto do agronegócio, quase tudo. Eles transformam tudo em mercado. Por exemplo, temos laranja plantada, mas no mercado vendem refrigerante de laranja. Muita gente não toma o suco natural de laranja, mas vai no mercado e enche o a carroça de refrigerante. Eles pegam nossos produtos, industrializam e vendem, desse jeito sempre estão ficando mais ricos, e nós, não conseguimos se desenvolver. (...) a carne dos nossos bichos (porcos, galinha e gado) são boas, mas a gente não pode vender, nem pros vizinhos, aqui a gente vende, porque possuímos a cooperativa, mas muitos pequenos produtores, não só assentados, poderiam gerar mais lucro em suas propriedades, mas não conseguem vender, porque as prefeituras multam, elas fazem isso muitas vezes através do agronegócio, obrigando os consumidores comprarem direto do mercado, alimentando cada vez mais o capitalismo, assim não tem como separar um do outro. E é triste.” (trabalho de campo, janeiro de 2017)

Nesse discurso, consegue-se ver a barreira que o agronegócio cria, e se faz nitidamente o grande vilão do desenvolvimento sustentável do campo. Os entraves que o agronegócio ergue é, de fato, o que inibe os sujeitos do campo a se consolidarem no território onde estão inseridos.

É visível que nos territórios em que o agronegócio se territorializou, estes territórios não apresentam a produção da cultura popular, que a agricultura camponesa propicia no que vale o exemplo: as festas juninas que comemoram tradicionalmente as colheitas. Pois o agronegócio não produz cultura, somente capital, por isso que não existem festas populares onde o capital se territorializou (GONÇALVES, 2004). Logo, o agronegócio é predador da sociobiodiversidade.

A imagem que é vendida no campo, é que na cidade as coisas funcionam de modo a trazer tranquilidade para a vida das pessoas. Da mesma forma, acontece quando são ofertados os pacotes tecnológicos para o campo, não se vende a ideia de que isso irá trazer malefícios para a saúde, ao usarem veneno, ou que poderão perder suas terras, quando aplicam suas reservas (quando as tem) na compra de um trator para a reprodução do agronegócio.

Inegável, a imagem distorcida que é vendida realmente cativa, pois esses agricultores passam por inúmeras dificuldades na produção, as pragas invadem suas propriedades, a plantação precisa de uma condição climática favorável, muitas destes cultivos feitos pelos assentados necessita de uma mão de obra forte para mexer, plantar e colher na terra.

Com a diminuição do núcleo familiar, está cada vez mais difícil produzir mais produtos, fazendo com que a renda familiar no final do mês, ou do ano seja representativa. Essas ideias seduzem de fato e, muitas vezes, inibem a visão e os interesses que estão por trás das propostas pomposas.

É preciso um processo de resistência forte, diante das investidas externas, em relação aos assentamentos e movimentos sociais. Dito isso, vale afirmar que, nem todos os grupos ou movimentos, conseguem permanecer intocados pelas forças estratégicas a mando do capital. Para tanto, é preciso algumas estratégias para fazer que sua produção passe por validação, sem negar os valores inseridos no contexto dos camponeses e assentados, assim, com estratégias bem definidas, os impactos vão sendo minimizados e as estruturas destes espaços territorializados vão sendo consolidadas.

No que se nota, para o assentamento Fazenda Annoni, o desenvolvimento do assentamento, via incentivo governamental, seria possível através de uma organização que viabilizasse economicamente os assentados, nesse sentido há o surgimento a Cooperativa de Produção Agropecuária Cascata LTDA – COOPTAR.

Através da inserção no assentamento, bem como contribuição da EMATER, visualiza-se a monocultura de soja presente no sistema de produção do assentamento Annoni. Pelo que se pode dimensionar através do discurso, a soja chegou ao acampamento datando o mesmo período em que o assentamento se fez iniciar. Percebe-se isso através do que afirma Fernandes (2008, p.160),

A cada ano, o agronegócio se territorializa com maior rapidez e desterritorializa a agricultura camponesa. O empobrecimento dos pequenos agricultores e o desemprego estrutural agudizam as desigualdades, ... esse modelo de desenvolvimento controla a maior parte do território, concentrando riqueza e aumentando a miséria. Este é o novo conteúdo da questão agrária nesta primeira década do século XXI.

A comunidade do assentamento reconhece a soja como sendo a primeira atividade econômica dos assentamentos, e essa produção geralmente é feita no modo convencional de produção. Por um lado, essa produção é a mais frequente encontrada na região e, por outra, dá-se ao fato de que não há prática da extensão rural que pudesse estimular os assentados a produzir de modo que fuja da maneira convencional.

Seguindo o instrumento metodológico da pesquisa, análise e conversação, percebe-se que nos primeiros anos o plantio da cultura da soja alcançou a inserção máxima, todos, ou quase todos os lotes do assentamento contavam com a produção desse grão. A partir de alguns anos, com a diminuição dos lucros oferecida por esse tipo de plantio, outras atividades começaram a ser exploradas. Destacam-se, então, a produção de leite, até hoje desenvolvida no assentamento.

Hoje, no ano de 2017, o assentamento Fazenda Annoni possui 448 famílias assentadas, sendo que 13 famílias são cooperativadas e 435 famílias não são. Os cooperativados residem em uma vila, contando com a disposição das casas próximas uma da outra (imagem 04)

As Cooperativas de Produção Agropecuária (CPAs) foram sendo implantadas onde os sujeitos estavam imersos em um processo histórico de acumulação de vivências e experiências dentro do assentamento, bem como expostos à estrutura sociopolítica do MST desde 1989. As cooperativas são consideradas pelo MST como uma forma inovadora e superior da organização da produção, o seu estágio mais avançado. Não é possível afirmar que todas as cooperativas dos assentamentos possuem a mesma organização, conforme aponta Eid e Bueno (1999, p.05),

Cada cooperativa organiza os setores conforme as atividades que desenvolve, como os setores de grãos, animal, de máquinas e o setor administrativo. Cada setor tem seu coordenador eleito pelos associados membros do setor.

Segundo a CONCRAB (1996, p.06),

O plano da produção é unificado e todos os participantes trabalham de forma coletiva. A cooperação funciona como uma empresa, procurando desenvolver a produção, a comercialização e a industrialização dos produtos. A divisão social do trabalho se dá através de especializações.

Juntamente com a grande importância da cooperativa para o assentamento, a Educação do Campo dentro do assentamento se fazem de maneira fundamental para que haja uma estruturação cultural, político e social dos assentamentos.

## 5.1.2 Instrumento Político de Mobilização e Emancipação no Assentamento Fazenda Annoni

### 5.1.3 Cooperativa de Produção Agropecuária Cascata (COOPTAR)

A COOPTAR foi fundada em 1990 com 42 famílias. Em 2017, a área que corresponde à abrangência do território da cooperativa é de 203 ha, onde 13 famílias desenvolvem suas atividades diárias e se integram no assentamento, como cooperativados.

Os cooperativados assumem um papel importante no desenvolvimento econômico e político no assentamento, onde a terra dos cooperativados é vista de uso comum, ou seja, a terra do assentado é de uso coletivo, entretanto o cooperativado só irá ter retorno financeiro se o mesmo participar das atividades que se envolvem na cooperativa. A cooperativa coexiste com a cultura deste território, deste modo, essa forma de produção se apresenta articulada com organização e a política ideológica do MST. O Assentamento Fazenda Annoni mostra-se como um lugar além de produção (agrícola e agropecuário), um lugar que estimula o debate político que contempla a todos os assentados, como as questões de conquista, acesso e permanência da terra e o prolongamento das articulações de luta.

Imagem 05: A Cooperativa de Produção Agropecuária Cascata (cooptar)



Fonte: Arquivo do autor. Trabalho de Campo, jan/2017

Para que seja mais bem compreendido o território territorializado pelo MST, e que faz parte do estudo, faz-se necessário abordagem das concepções sobre as formas organizacionais, que por sua vez condicionam os procedimentos que se voltam aos modos de produção nos assentamentos de reforma agrária que são conectados ao MST, as quais sem dúvidas possuem influência direta sobre a constituição da COOPTAR.

A narrativa que envolve a COOPTAR aponta uma realidade que se apresenta recorrente dentro dos assentamentos. Tendenciosamente, segundo representantes da cooperativa, logo que os assentados chegam a suas respectivas áreas, a lógica é de reprodução da forma tradicional de apropriação dos recursos na tentativa de se desenvolverem economicamente em seus lotes, isso quer dizer que, mesmo engajados com o MST e suas críticas, eles acabam muitas vezes reproduzindo a lógica capitalista.

O que na verdade, os sujeitos estarão de fato reproduzindo a lógica capitalista, pois, de fato, esses sujeitos não são capitalistas, já que eles nunca serão beneficiados pelo capital.

Sendo assim, Kautsky(1972, p.221) afirma que

A negação da sociedade capitalista pelo socialismo não significa a supressão da sociedade humana, mas apenas a supressão de certos aspectos determinados de uma das fases de sua evolução. E também não significa de modo algum a supressão de todos os aspectos que distinguem a sociedade capitalista da forma social que a precedeu.

Ao longo do tempo, porém, outros novos elementos vão sendo incorporados ao conjunto de equipamentos de produção, sejam eles materiais ou não, como as tradições, crenças, costumes, habilidades e intenções que são construídas historicamente pelos agricultores e que podem oferecer novas variáveis no modelo das relações e produção onde estão inseridos. Nota-se também que os agricultores buscam alternativas para enfrentar as dificuldades encontradas cotidianamente, como as mudanças de espaços, e também as forças políticas.

Ao andar pelo assentamento e conversar aleatoriamente com os assentados, pode-se perceber a dinâmica deste território. Existe uma imensa diversidade cultural no assentamento da Fazenda Annoni. Os assentados são oriundos de cidades do Rio Grande do Sul, para sermos mais exatos, da mesma região do assentamento.



Desta forma, visualiza-se a homogeneidade entre os associados da COOPTAR, cada um com sua história, desejo e participação no movimento.

QUADRO 01: REPRESENTAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO DO COOPERATIVADOS  
(continua)

<b>Assentado/ Cooperativado</b>	<b>MUNICIPIO DE ORIGEM</b>	<b>TEMPO DE ASSENTADO NA ANNONI</b>	<b>TEMPO COOPERATIVADO</b>
<b>Assentado 1</b>	<b>Ronda Alta</b>	<b>32 anos</b>	<b>27 anos</b>
<b>Assentado 2</b>	<b>Três Passos</b>	<b>32 anos</b>	<b>27 anos</b>
<b>Assentado 3</b>	<b>Ibirubá</b>	<b>33 anos</b>	<b>27 anos</b>
<b>Assentado 4</b>	<b>Passo Fundo</b>	<b>32 anos</b>	<b>27 anos</b>
<b>Assentado 5</b>	<b>Sarandi</b>	<b>32 anos</b>	<b>27 anos</b>
<b>Assentado 6</b>	<b>Palmeira das Missões</b>	<b>32 anos</b>	<b>27 anos</b>
<b>Assentado 7</b>	<b>Rodeio Bonito</b>	<b>33 anos</b>	<b>27 anos</b>
<b>Assentado 8</b>	<b>Frederico Westphalen</b>	<b>32 anos</b>	<b>27 anos</b>
<b>Assentado 9</b>	<b>Tenente Portela</b>	<b>33 anos</b>	<b>27 anos</b>
<b>Assentado 10</b>	<b>Irai</b>	<b>32 anos</b>	<b>27 anos</b>

Fonte: Arquivo do autor. Dados levantados no trabalho de campo, janeiro de 2017.

As características que conectam esses assentados contribuem para o desenvolvimento rural do assentamento que envolve as vivências destes, que já conheciam o solo que pisam, assim, posicionam-se positivamente em relação aos modos de produção, pois possuíam e possuem as formas empíricas da cultura regional, tão igual quanto o saber em torno do agroecossistema<sup>23</sup>. Desta forma, há a definição clara da matriz produtiva que se instala dentro do território do MST.

<sup>23</sup> Agroecossistema é um ecossistema com presença de pelo menos uma população agrícola. Portanto, pode ser entendido como uma unidade de trabalho no caso de sistemas agrícolas, diferindo fundamentalmente dos ecossistemas naturais por ser regulado pela intervenção humana na busca de um determinado propósito. Termo utilizado para se referir aos ecossistemas (des)estruturados para serem utilizados na produção agropecuária e/ou florestal, também conhecidos como ecossistemas agrícolas. De um modo geral, a literatura especializada os define como sistemas que recebem insumos externos e exportam produtos para outros sistemas.(Pereira Filho, 1991)

No que se registra através do discurso é que todos os assentados que estão cooperativados estavam desde o processo de ocupação do assentamento, ou seja, estavam mobilizados desde o início da luta até os dias atuais. Isso fortalece, segundo eles, o crescimento da cooperativa.

O grande destaque para COOPTAR está em ser a única que trabalha coletivamente na Fazenda Annoni. Através das entrevistas e questionários aplicados, pode-se perceber o quão angustiante era a pressa para se consolidarem de fato na nova terra e concretizarem os objetivos e desejos que vinham sido alimentados constantemente com o passar dos anos, que se tornava mais próximo/real, conforme quando se confirmou a existência do acampamento e, futuramente, o assentamento.

Deste modo, com o passar do tempo, alguns grupos coletivos foram sendo criados, embora não tenham conseguido resistir às questões cotidianas que esses movimentos sofriam e acabaram desarticulando o modelo coletivo anteriormente existente. Pode-se afirmar então que a COOPTAR passou por um processo de resistência forte, articulando-se da melhor forma para que pudesse se manter com a abrangência que possui. Inegavelmente, é possível perceber que houve algumas mudanças na dinâmica dos assentados e cooperativados, pois foi notada gradativa diminuição de cooperativados conforme se perpassa o tempo.

No questionamento das razões de abandono da cooperativa, a resposta está em torno da relação entre os assentados. O motivo de muitos saírem foi porque gostariam de poder desenvolver/trabalhar em suas terras as suas formas, com seus modos, e outros pela não adaptação na cooperativa e suas regras criadas coletivamente. Esse movimento de saída da cooperativa não alterou as relações destes assentados, que continuam a se comunicar como um movimento unido.

No que tange as ideias de Fernandes e Stédile (1999), a discussão sobre as formas de organização da produção, em assentamentos rurais do MST, teve início a partir de 1986, diante do crescimento de assentamentos rurais no país e a necessidade de torná-los socioeconomicamente desenvolvidos.

Deste modo, a organização da produção nos assentamentos surge como estratégia para permanência do trabalhador assentado na terra. O Movimento entende que no momento que se desenvolve propostas alternativas de organização

---

da produção e do espaço, levando em consideração o papel da cooperação e, posteriormente, da consolidação da cooperativa como forma específica de formação política, torna-se viável o desenvolvimento socioeconômico dos assentamentos, da mesma forma em que se desenvolve a política no mesmo.

Neste momento, torna-se possível pensar que há uma territorialização diferenciada no assentamento quando é viabilizado o acesso da cooperativa dentro do assentamento. Afirmativa deste pensamento está na união dos assentados, pois passam boa parte do dia juntos, seja no trabalho dentro da cooperativa ou na lavoura, quando almoçam no mesmo refeitório, onde o alimento ali servido é retirado da própria terra. Esses assentados priorizam o envolvimento entre eles, a coletividade se mostra atrativa e os momentos de confraternização como festas de aniversários, páscoa e natal, e no desenvolvimento da religiosidade são feitas de modo conjunto.

A religião se mostra bem marcada, pois há duas fortes correntes da religião dentro do assentamento: Os católicos e os evangélicos. Entretanto, as cerimônias religiosas acontecem no formato ecumênico para atender a demanda dos assentados. Segundo eles, essa é a forma de tornar o assentamento mais unificado.

Pensa-se que, com a articulação da COOPTAR dentro do assentamento, há uma espacialização da luta pelos assentados dentro do território que estão imersos os assentados. Deste modo, segundo Fernandes (1999, p.136) espacializar é:

registrar no espaço social um processo de luta. É o multimensionamento do espaço de socialização política. É escrever no espaço por intermédio de ações concretas como manifestações, passeatas, caminhadas, ocupações de prédios públicos, negociações ocupações e reocupações de terras, etc.

Mesmo concordando com Fernandes (1999), tentamos acrescentar à citação, afirmando que uma cooperativa estruturada em um assentamento espacializa de vários sentidos as organizações concretas deste, e que esta organização concreta possibilita uma união dos assentados, os quais lutarão pela permanência de um espaço político articulado entre comunidade assentada com o lugar onde estão inseridos.

Fazenda Annoni, desta forma, é um ambiente que proporciona uma produção agrícola vasta, e os assentados não estão fora deste esquema de produção. O

processo de desenvolvimento econômico e social está em amplitude, apresentando um cenário com produção rica, fazendo-se presente a necessidade da construção de estratégias para esse desenvolvimento.

Com isso, não obstante, existe outra cooperativa, onde os assentados distribuem seus produtos. Esta é uma cooperativa especificada em um tipo de produto: o leite. A Cooperativa Agropecuária e Laticínios de Pontão (COOPERLAT) é uma cooperativa que atende toda a demanda de leite no local onde o assentamento está inserido. Essa cooperativa recebe o leite dos produtores e distribui em forma de leite e seus derivados.

A cooperativa, diferentemente da COOPTAR, atinge mais que os assentados cooperativados, ela aceita o produto de todos os assentados, inclusive alguns outros produtores rurais que possuem vacas leiteiras na propriedade. Não deixa de ser ainda uma Cooperativa que nasce do assentamento, mas esta, ainda está em expansão, anexando em seu conglomerado, mais produtores. Segundo os administradores, que são assentados, essa é uma maneira de minimizar a produção agrícola que não sejam orgânicos nas propriedades, da mesma forma oferecer um modo rentável para os pequenos produtores, em especial, os assentados.

A COOPERLAT surgiu no ano de 2006 para atender as demandas dos agricultores. Esta cooperativa atua na assistência técnica com uma equipe de veterinários e agrônomos para fomentar a produção de leite, datando hoje, a COOPERLAT recolhe, em média, 200 mil litros ao mês. Além disso, a cooperativa tem o comprometimento de fazer a entrega de produtos ao Programa Nacional de Aquisição de Alimentos (PNAE) em mais de 50 escolas dos municípios de Carazinho, Passo Fundo e Pontão. A cooperativa trabalha para criar uma indústria de queijos e bebidas lácteas.



Fonte: Arquivo do Autor. Trabalho de campo, jan/2017.

Consegue-se perceber que tanto a COOPERLAT, quanto a COOPTAR, são empresas baseadas na produção agrícola de mão de obra família, e conseguem atender a demanda da região onde está inserida. Deste modo, oferecem produtos de qualidade e representam uma renda significativa para seus associados. Levando, assim, o desenvolvimento socioeconômico para famílias, auxiliando-as na efetivação da permanência dos assentados neste território.

#### **5.1.4 A Articulação Da Educação Do Campo Dentro Do Assentamento Fazenda Annoni**

As escolas que estão inseridas nos assentamentos rurais do processo de Reforma Agrária estão imersas em contextos de territorialidade bastante complexos e possuem sua própria história. A escola do campo, por possuir um processo de formação diferenciado, exige um projeto educacional que dê conta dessa realidade. Contudo, Speyer (1983) diz que as escolas do campo, precisamente dos assentamentos rurais, adotam, em alguns casos, práticas educacionais distintas da realidade vivida nos territórios de assentamento. Na perspectiva de Rego (2006), a concepção da educação do campo está atrelada muitas vezes a uma prática curricular e de envolvimento escolar que não valoriza os trabalhadores do campo, tornando, tendenciosamente, esse sujeito invisível em sua própria realidade, uma

vez que se destacam nessas escolas um formato educacional aplicado na rede urbana.

Ao contrário do esperado, a qual seria contribuir para uma educação assegurada dos valores do campo, essa escola no campo contribui para a fragmentação, separando a realidade e estudo, rejeitando, assim, o processo histórico de formação territorial. Com as informações trazidas por Rego (2006), conseguimos perceber que essa realidade não se aplica na Escola Estadual de Ensino Fundamental 19 de Outubro, do assentamento Fazenda Annoni, pois a escola promove o ensino baseada em metodologias diferenciadas, envolvendo, no território da escola, resgates da memória da comunidade e outras atividades que fomentam a participação dos alunos tanto na escola, quanto no assentamento.

Mesmo que nem todos os professores sejam assentados, não significa dizer que não haja comprometimento por parte destes, pois ao contrário esperado, os professores que atuam no assentamento desenvolvem suas práticas docentes de modo a cativar alunos e comunidade escolar, trabalhando com instrumentos que fazem parte das vivências dos alunos. Obviamente que se o professor ou professora tivesse raízes ligadas ao assentamento, bem como trajetória de luta como a dos assentados, talvez a dinâmica mudasse, e projetos contemplativos passassem a existir neste espaço, aumentando a integração da relação escola e campo.

A escola dentro do assentamento se mostra como um investimento curto e em longo prazo. Mesmo que apresentem inúmeras investidas do Estado que tenta desarticular e fechar essa escola, os assentados lutam pela permanência dela, neste lugar que é valorizado pela comunidade de modo geral. Esta escola atende a demanda de todo o assentamento, filhos de assentados cooperativados e de não cooperativados.





Fonte: O autor. Trabalho de campo. Jan/2017

Os assentados entendem a Escola Do Campo como uma ferramenta de luta e articulação da educação com movimento social. Assim, poderá transformar a vida das crianças e jovens que desde cedo participam do movimento. Também compreendem que a mesma se faz necessária na vida dos educandos por possibilitar um ensino voltado às condições de suas próprias vivências.

É visto a luta pelo direito à educação no Brasil, em especial os movimentos sociais se depararem com conquista deste direito a partir de uma pesada inserção em lutas, de um modo especial a luta das trabalhadoras e trabalhadores da educação pública nas esferas federal, estadual e municipal, tendo como referência a Constituição de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9394/96, que possui marco legal nesse processo de afirmação da educação no campo dos direitos humanos e sociais.

Mesmo com esse direito assegurado, ainda é bastante difícil percebê-lo plenamente posto em prática. No que tange esse tema, lembrando a aprovação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, destaca-se:

a educação do campo, tratada como educação rural na legislação brasileira, tem um significado que incorpora os espaços da floresta, da

pecuária, das minas e da agricultura, mas os ultrapassa ao acolher em si os espaços pesqueiros, caiçaras, ribeirinhos e extrativistas. O campo, nesse sentido, mais do que um perímetro não urbano, é um campo de possibilidades que dinamizam a ligação dos seres humanos com a própria produção das condições da existência social e com as realizações de sociedade humana. (BRASIL, 2001, p. 1)

Vale lembrar, ainda, nas Diretrizes, a possibilidade de,

elaboração de Propostas pedagógicas que valorizem, na organização do ensino, a diversidade cultural e os processos de interação e transformação do campo, a gestão democrática, o acesso do avanço científico e tecnológico e respectivas contribuições para a melhoria das condições de vida e a fidelidade aos princípios éticos que norteiam a convivência solidária e colaborativa nas sociedades democráticas. (Idem, *ibid.*, p. 25)

O campo entendido como um lugar que abriga uma riqueza cultural merece ser abordado de maneira especial e, para isso, é preciso que os professores estejam altamente capacitados para atuar neste território.

Fernandes (2004) ajuda-nos a entender que a utilização da expressão campo se adota em função da reflexão sobre o “sentido atual do trabalho camponês e das lutas sociais e culturais dos grupos que hoje tentam garantir a sobrevivência deste trabalho”. Fica clara intenção de resgatar o conceito de camponês. Ainda, compreende-se o campo como:

lugar de vida, onde as pessoas podem morar, trabalhar, estudar com dignidade de quem tem o seu lugar, a sua identidade cultural. O campo não é só o lugar da produção agropecuária e agroindustrial, do latifúndio e da grilagem de terra. O campo é espaço e território dos camponeses e dos quilombolas (Fernandes, 2004, p. 137)

Isso nos auxilia na compreensão em torno da importância de uma educação comprometida com o lugar onde vivem os alunos que são assentados. Esses alunos merecem uma educação que os represente e que, da mesma forma, possa oferecer um espaço de resgate histórico e cultural. A escola deve estar comprometida com a especificidade que o território onde esses alunos estão inseridos oferece.

Segundo análise do campo, os direitos políticos asseguraram ao assentamento uma Educação Do/No Campo, e os assentados afirmam que a possuem. Também afirmam que os alunos na escola se transformam em camponeses, em trabalhadores e assentados.



Nas entrevistas, ficou evidente a importância que os pais dão à escola. Afirmando claramente que a Educação trará uma melhor garantia de vida para seus filhos, uma vez que quando jovens esses assentados não possuíam acesso à educação, e esperam que hoje a realidade de seus filhos seja diferente da que tiveram.

“A gente quando vira assentado se preocupa com os filhos da gente. Pensa na vida deles, na educação. Com a escola aqui, tudo fica melhor. Ela acaba fortalecendo o que é nosso, que com tanto suor conseguimos; a nossa terra, que será deles depois. Quanto mais eles estudarem melhor pra eles, melhor pra gente. A gente quer que eles estudem para ter uma vida melhor que a gente teve, foi muito sofrida. Mas valeu a pena, temos terra e eles não vão precisar trabalhar de peão na terra dos outros. Podem plantar suas coisinhas, comer o que plantam, isso da esperança que o assentamento que a gente tanto lutou não desapareça. Eles têm tudo aqui, a gente tenta apoiar em tudo.” (Assentado Fazenda Annoni, Janeiro de 2017)

Podemos observar que para esse entrevistado, a Escola, ou melhor, a educação desenvolvida nela torna-se um elemento primordial para que o assentamento se fortaleça, como também se espera que haja uma garantia de uma vida melhor para seus filhos.

Todavia, a escola do campo só poderá ser visualizada como reprodutora do que espera esse pai, se for realizada de modo que os assentados consigam se reproduzir socialmente, com o auxílio de políticas públicas e certamente com apoio de investimentos e programas sociais que fortaleçam a ideia de que é importante atender a demanda das famílias assentadas, e desta forma realmente cumprir o importante papel que a educação possui dentro da política de Reforma Agrária.

Entendemos a escola muito importante no processo de territorialização do assentamento Fazenda Annoni, pois com a visualização das necessidades das famílias trabalhadoras assentadas, promove-se nova forma de sociabilização, estabelecendo relações entre o assentamento e território. A escola acaba sendo uma ferramenta necessária e auxilia na construção das territorialidades que se fazem. A partir da própria escola e os debates que promovidos, avança de modo a materializar e efetivar a conquista deste território, emancipando os jovens e contribuindo com o teórico sobre as vivências.

É importante resgatar a trajetória do MST e a construção do assentamento onde vivem. Uma vez que o assentamento desenvolve sociabilidades e relações de trabalho que foge do convencional, representa de modo positivo um grande passo

no que se refere à concretização da política da Reforma Agrária, pensando que esta possui o objetivo de democratização ao acesso a terra. Da mesma forma que sugere que sejam criadas novas possibilidades para as famílias que desenvolvem suas atividades no campo, fazendo, com isso, reafirmar a importância da Educação do Campo.

Na escola aqui analisada, os professores afirmam de modo geral, que se sentem mais seguros para implementar as inovações por uma educação do campo, afirmando que têm um bom desenvolvimento e acompanhamento da horta escolar, por exemplo, no qual percebem no seu desenvolvimento mais que uma prática que consegue auxiliar na merenda escolar, é um projeto social que é visto como um momento que integra aluno e a realidade vivida, é um momento coletivo entre alunos, história de vida e educadores. Assim, nesta mesma perspectiva que destacamos o papel da escola no processo de construção da própria cooperativa. A escola envolve os sujeitos em um processo educativo formativo, que se conecta com a cooperativa, que são vistos pelos sujeitos que contribuíram para essa pesquisa como uma forma de juntar e somar os esforços do assentamento, na busca por autonomia de produção econômica e social.

Inseridos em um processo hegemônico, a Educação do Campo e a cooperativa agrícola conseguem romper com esse processo nos assentamentos, justamente por haver projetos sociais coletivos como a divisão das tarefas, o acompanhamento da horta do assentamento de onde são retirados boa parte dos alimentos que são servidos no refeitório onde fazem as refeições, trabalham de forma cooperativa e auxiliam no processo de desenvolvimento pessoal e social deles e do assentamento, são solidários uns aos outros, isso não está impresso somente na condição do assentamento onde de fato a Educação do campo e a Cooperativa estão inseridos, esse processo se sobrepõe as fronteiras, podendo ser encontrado boa parte destes aspectos em toda Annoni, pois há uma construção pessoal do sujeito e uma ligação com a terra muito interessante e apaixonante de ver.

### **5.1.5 O Instituto Educar No Assentamento Fazenda Annoni**

A escola técnica Instituto Educar do MST é resultado da luta e de suas conquistas. Trabalha com a formação de jovens e adultos do campo na Escola

Técnica do MST, localizada no Assentamento Fazenda Annoni. Conforme aponta Luciéle Alves Fagundes (2012) na sua dissertação de mestrado descreve que a,

A escola inicia suas atividades em 1º de abril de 2005, porém sua história remonta aos anos 80 quando a partir da conquista da terra resultam nas demandas por moradia, saúde, lazer, educação e assistência técnica. A área de 42 hectares foi doada pelo MST e a construção do prédio e das estruturas mínimas se deu através de mutirões. (Fagundes, 2012, p, 50)

Oficializada em 2005, essa escola possui parceria entre o MST e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), com apoio científico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - Campus Sertão (IFRS). Apesar da ideia inicial consistir na busca de uma parceria com a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), as negociações não avançaram e o MST foi em busca de outras alternativas, até que o convênio foi estabelecido com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – Campus Sertão (Fagundes, 2012) . O instituto Educar possui as intenções de trabalhar com seus alunos, direcionando-os para o desenvolvimento Rural Sustentável, conectando-os com os princípios da agricultura de base ecológica, dando enfoque para a agricultura familiar (Trabalho de campo janeiro, 2017). Apoiando-nos em Fagundes (2012, p, 52), também constatamos que, o campus tem autonomia para ministrar Curso de Educação Básica em Nível de Ensino Médio e Formação Profissional com cursos de nível técnico e também cursos de graduação superior (tecnologias, bacharelados e licenciaturas).

O Instituto surge a partir da necessidade dos assentados e dos pequenos agricultores possuírem técnicos nos movimentos sociais do campo, com condições de discutir e implantar a agroecologia nos assentamentos, acampamentos e pequenas propriedades. Sendo assim, nada melhor que possuírem um profissional para atuar nessas propriedades do que alguém do próprio assentamento, contando com os saberes acumulados em torno das culturas, bem como ter em mãos ferramentas científicas e, o mais importante, saber quais as reais demandas do assentamento.

Além disso, os assentados gostariam de possuir um espaço que estivesse comprometido além da transformação, também com comprometimento social. O acesso à educação foi feita de modo desigual, assim, acrescenta Acácia Kuenzer (1997, p.36).

O impedimento do acesso ao saber enquanto totalidade é uma estratégia, por um lado, inerente ao próprio desenvolvimento da ciência no capitalismo, com a metodologia que lhe é peculiar, e por outro, uma estratégia de manutenção da hegemonia do capital. O domínio do saber científico e tecnológico e da informação são estratégias vitais para a manutenção do domínio do capital e para a sua reprodução ampliada.

De modo inegável, o acesso à escola tornou-se direito, mas encontra-se a escola talhada em formatos que preparam o aluno para o mercado de trabalho, que independe do espaço social onde esta instituição está fixada.

Concordando ainda com Kuenzer (1997), pensa-se que a seleção dos conteúdos é política, pois existe contradição entre o capital e o trabalho, isso altera a divisão social e técnica do trabalho, desse modo, infelizmente, determinará a qualidade do ensino que cada um merece, tendo como base sua origem de classe e seu lugar social.

Percebe-se que na tentativa de constituir uma Escola Técnica do MST, constrói-se uma forma de territorializar as práticas sociais, promover a troca intercultural entre jovens do Brasil, disseminar a cultura regional como forma de resgatar a história individual de cada assentamento e buscar técnicas não convencionais de produção alimentícias dentro do assentamento, como o caso da agricultura de base ecológica que vem se destacando dentro dos assentados de reforma agrária.

Nesse sentido, destaca-se Leandro Fagundes Feijó e Aloisio Souza da Silva que analisam os princípios da agroecologia, elaborados por Gliessman (1990).

A agroecologia é o estudo holístico dos agroecossistemas, abrangendo todos os elementos humanos e ambientais. Enfoca a forma, a dinâmica e as funções dos conjuntos das inter-relações e de processos nos quais estes elementos estão envolvidos, constituídos, assim, uma grande teia. A agricultura sustentável, sob o ponto de vista agroecológico, é aquele que seja capaz de atender, de maneira integrada, aos seguintes critérios:

- a- Baixa dependência de inputs comerciais;
- b- Uso de recursos renováveis localmente acessíveis;
- c- Utilização dos impactos benéficos ou benignos do meio ambiente local;
- d- Aceitação e/ou tolerância das condições locais, antes das dependência da intensa alteração ou tentativa de controle sobre o meio ambiente;
- e- Manutenção a longo prazo da capacidade produtiva;
- f- Preservação da diversidade biológica e cultural;
- g- Utilização do conhecimento e da cultura da população local;
- h- Produção de mercadorias para o consumo interno e para a exportação( FEIJÓ e SILVA, 2006, p.4).

O projeto de Escola Técnica dentro do assentamento, ou que atenda às necessidades do assentamento e que tenham o cunho crítico e social, da mesma forma que trabalhe socialmente com a espacialização da produção de uma agricultura de base ecológica, fundamenta-se novamente na necessidade de diminuir a dependência do pequeno agricultor com o universo capitalista agropecuário que tenta expropriar e dominar os meios de produção. Da mesma forma, espera-se que esses pequenos agricultores diminuam os custos de produção, produzindo com qualidade, trabalhando com o valor de mercado de seus produtos, para que sejam mais bem aceitos pela população.

No que tange o tema agroecologia, o MST e a sua escola não consideram a mesma meramente como uma ciência ou uma simples técnica. Na forma que a agroecologia se introduz na vida dos sujeitos, passa a ser mais que uma ferramenta, torna-se uma forma de vida permeando as relações entre sujeitos e a natureza, em que os protagonistas dessas relações são as famílias camponesas, fragmentando modelo de produção convencional que é imposto, juntamente com as relações de individualismo, lucro e poder sobre seus territórios.

A questão colocada é o desafio de construir, na concretude das relações sociais, outra perspectiva de organização da economia e da sociedade, onde a complexidade da educação se efetive na perspectiva agroecológica, em várias dimensões da vida camponesa, tendo a escola tarefa fundamental neste processo, a de servir de “coração” que pulsa a vitalidade da possibilidade de romper com a lógica da economia industrial. A agroecologia, neste sentido, passa a ser tratada aqui como a organização do território camponês, e a escola como principal mecanismo de construção desta possibilidade, de contribuir concretamente com a “reeducação” das relações que se efetivam na vida cotidiana (SILVA E FAGUNDES, 2011, p. 07)

No Instituto Educar, trabalha-se no tempo escola com os jovens, com desenvolvimento de discussões de como articular-se de melhor forma com as questões organizacionais da região, levando em consideração o acampamento e os assentamentos do MST. O número de militantes ainda não é tão grande, por isso há a necessidade de fazerem-se múltiplos os sentidos de compromisso, para que se mantenha viva a organização e a luta pelos direitos.

Neste sentido, a agroecologia se coloca, sobretudo em uma perspectiva real concreta de reorganização do território baseado em valores camponeses, que se manifestam na cultura, na política, na economia, e em outras dimensões da vida. A educação é o meio pelo qual a política econômica se

efetiva na sociedade, sendo assim um projeto político econômico de organização do território camponês, exige uma educação camponesa que vá para além da instituição escolar, ou seja, vários espaços e momentos de uma determinada comunidade camponesa se transformam em educativos, como por exemplo, o mutirão, a igreja, a festa, a própria escola (FEIJÓ e SILVA, 2011, p.10).

A escola, deste modo, propõe-se e constitui-se em um espaço pedagógico-dalético que produz conhecimento, enfatizando a realidade contraditória que se faz de maneira concreta a partir da dialogicidade<sup>24</sup>, de trabalho prático e democracia na gestão. Ao falar com jovens estudantes da Educar, presenciamos a energia dos embates políticos e sociais. Os mesmos ressaltam a importância da interlocução entre as demandas científicas e as condições reais do trabalho.

Um jovem, filho de assentados do assentamento de Viamão/RS e aluno do Educar em Pontão/RS, falou que:

Hoje não podemos ficar de mãos atadas enquanto existem tantas investidas para o extermínio do que foi construído com tanta luta. Precisamos nos articular para que se mantenha constante o desejo por condições melhores não somente para nós, mas para uma sociedade de modo geral. Somos jovens, mas sabemos pelo que lutamos e contra quem apontamos nosso basta, nosso grito de luta, essa é nossa arma (...) a gente se sente conectado com o mundo no instituto, nos alternamos da escola para a propriedade e isso dá um prazer inominável (...) nosso atual projeto atual é cada aluno acompanhar uma família de assentados, na tentativa de auxiliar no desenvolvimento econômico dessas propriedades. Ao chegar lá, como já era esperado, os donos dessas propriedades se apresentam completamente autônomos em suas formas de agir nas suas terras. Obviamente existem muitas questões que precisam ser melhoradas, no ponto de vista de resistência ao capital e ao agronegócio, mas, não só ensinamos, é um aprendizado constante que nos enche de alegrias e desejos por continuar no movimento e reproduzir isso aos nossos filhos, amigos e todos que se interessam em conhece um pouco mais da nossa realidade. (Trabalho de campo, janeiro, 2017).

Todavia, percebe-se no discurso que o instituto é um espaço que proporciona a produção conjunta de conhecimento e habilidades no território que estão organizados, sendo desenvolvida uma pedagogia de trabalho que luta contra a

---

<sup>24</sup> A dialogicidade é a essência da educação como prática da liberdade. O diálogo é tratado como um fenômeno humano em Paulo Freire, "Se nos revela como algo que já poderemos dizer ser ele mesmo: a palavra. Mas, ao encontrarmos a palavra na análise do diálogo, como algo mais que um meio para que ele se faça, se nos impõe buscar também seus elementos constitutivos" *Pedagogia do Oprimido*, 2005, p, 89. Bem como se percebe que "Diálogo é o encontro dos homens, imediatizados pelo mundo, para pronunciá-lo, não se esgotando, portanto na relação eu-tu. Esta é a razão por que é possível o diálogo entre os que querem a pronuncia do mundo e entre os que não querem; entre os que negam os demais, o direito de dizer a palavra e os que se acham negados deste direito". (Freire, 2005, p,91)

exploração que o capitalismo propõe. Outro aspecto relevante a destacar é a divisão social do trabalho, do mesmo modo, esse mesmo jovem destaca que:

É através do trabalho que cultivamos nossas raízes, identidade de classe trabalhadora e sem dúvida luta, pois sempre estamos nos organizando para o embate político. Não nos preocupamos somente com o assentamento, pensamos no bem social para além das fronteiras que nos demarcam como assentados, ou sem terra. Temos terra, com orgulho lutamos por ela. Da mesma forma produzimos nessa terra, tiramos alimentos e gostaríamos de compartilhar essas experiências, até mesmo partilhar nossos alimentos com os demais integrantes dos municípios, pois tentamos produzir um alimento saudável proporcionado pela agroecologia, é nela e nas relações que a mesma estabelece, fortalece nossos vínculos. (trabalho de campo, janeiro de 2017)

Com isso, percebemos que esse instituto acaba sendo bastante representativo, tanto na vida dos alunos que estudam nessa escola, quanto na vida que esses alunos tocam.

Nesse sentido, Meurer, (2010, p.23) fala da importância da educação do campo.

A educação do campo passa a ser diferenciada, porque as pessoas envolvidas serão as que fazem parte dessa escola, e não da urbana. No entanto, é fundamental que se estabeleça uma vigilância no sentido de que consigam reconhecer enquanto sujeitos da terra, o que necessariamente implicará na transformação do currículo escolar para essa realidade. Assim é fundamental que reflitam sobre quem são e o que querem (projetos de vida, o que receberam dos que antecederam e o que deixarão para os que virão). O que têm feito com relação aos governos, que nem, sempre aplicam esforços e políticas relativas ao que é direito das populações, principalmente dos educandos. O que então, compete aos governos deve ficar claro.

No que tange essa questão, as escolas do campo devem estar articuladas e possuírem estratégias em seu Projeto Político Pedagógico (PPP), de forma que consigam atender a demanda específica do campo.

O currículo da escola do campo deve garantir o direito à educação básica de qualidade, mas isso necessariamente não pressupõe que esteja atrelada a uma lista de conteúdos mínimos, assim como da escola urbana. Nesse sentido, todos devem manter-se vigilantes, pois como a nossa formação é, prioritariamente, urbana nossos parâmetros estão previamente articulados a esse padrão. (Meurer, 2010, p, 24)

Ao refletir a educação do campo, a mesma deve ser pensada de forma dissociada da urbana, para que dessa forma consigamos melhor compreender a

dinâmica das escolas do campo. O professor deve saber compreender o cotidiano que envolve o aluno. Conforme aponta Meurer (2010, p.24),

É trabalho específico do professor, organizar, articular essa realidade à sua área do conhecimento. Esse trabalho só ocorre através da pesquisa e formação dos educadores, para que possam reconstruir suas práticas, e romper com processos cristalizados, e se impliquem na reconstrução de si mesmos. Grande parte dos educadores avalia que faltam condições para que construam e reconstruam uma prática voltada à realidade que irão atender. Precisam de uma formação que ofereça além de aspectos teórico-metodológico, materiais didáticos e pedagógicos que deem sustentação a essa renovação.

Ao que podemos perceber pelos discursos dos sujeitos envolvidos, mesmo que não haja uma política de educação do campo que assegure qualidade, essas duas instituições inseridas dentro do assentamento Fazenda Annoni conseguem atingir os objetivos que deveriam estar articulados em todas as instituições do campo.

Os instrumentos políticos que se criam nesse espaço perpassam as fronteiras que são estabelecidas e que separam o assentamento de outras porções de terra. Dito isso, afirma-se que não se viu alunos pensando individualmente, ou até mesmo meramente focados em benefícios somente para o assentamento, e sim, considerando válido levar suas experiências e práticas para além do movimento, para que se construa de modo conjunto novas formas de sociabilidade entre os sujeitos que compõe a sociedade.

Assim, pensamos aqui que uma educação articulada promove mais do que o papel fundamental que é educar, e favorece que sejam construídas articulações para o desenvolvimento rural sustentável, ampliando desejos para além dos espaços e assentamentos rurais.

#### **5.1.6. Outros Serviços**

Outro aspecto bastante importante para os assentamentos do MST é a questão da prestação de serviços à saúde dos assentados, e no contexto territorial do Assentamento Fazenda Annoni, compreende-se a relação da qualidade da saúde ainda conectada a padrões baseados na configuração que antecede as inovações das tecnologias, ou seja, é recorrente que os atendimentos de algumas questões básicas de saúde sejam feita pela utilização de chás. Entretanto, a política do



assentamento quanto à saúde dos assentados é bastante grande. Desta forma, oferece atendimento especializado em um posto de saúde localizado dentro do assentamento. Neste posto de saúde, há o atendimento feito por médicos, enfermeiras e dentista.

Imagem:08. Imagens do posto de saúde do Assentamento Fazenda Annoni.



Fonte: Arquivo do autor.

Na imagem representativa do posto de saúde, são percebidas questões de acesso à saúde bem definidos e acessíveis a todos e todas do assentamento. Esse atendimento especializado dentro do assentamento se dá, principalmente, pela inserção de dois médicos que são filhos de assentados, oriundos de outros assentamentos, que moram em Fazenda Annoni, os quais fazem atendimento dentro do assentamento, e também em municípios vizinhos.

São notadas como estratégias, os assentamentos possuírem serviços especializados, como é o caso desses médicos. Deste modo, favorece a permanência do assentado no assentamento, até mesmo os que possuem alguma dificuldade vinculada à saúde. Por dizer isso, cabe afirmar ainda que os assentados estimulam seus filhos a estudarem em universidades e voltarem formados e capacitados para atuar no assentamento. Referem-se a esse assunto, alguns prováveis formandos dos cursos de agronomia, medicina veterinária, História - Licenciatura e psicologia. Um aluno do assentamento Fazenda Annoni estuda na Universidade Federal de Santa Maria. Ele reconhece o processo de construção e valoriza a trajetória de seus pais, e companheiros de luta. Este filho de assentado saiu do assentamento em busca de uma formação acadêmica, que viesse auxiliar na construção pessoal e do assentamento.

“Sempre fui estimulado a pensar de modo coletivo, pensar no grupo. A mim foi relegada a responsabilidade de representar o assentamento aqui (Santa

Maria- UFSM). Mesmo que esteja aqui, tão longe, me sinto amplamente conectado com o assentamento. Sempre quando posso vou para casa e ajudo nas atividades, e logo quando me formar quero retornar pra lá. Não há pressão para que volte, mas, quero voltar e contribui com luta e com a construção de um assentamento cada vez mais emancipado”. (Trabalho de campo, abril de 2017).

Quando feito o trabalho de campo em janeiro de 2017, esse aluno assentado estava auxiliando na construção de uma cerca para conter o gado no pasto. De forma concreta, pode-se perceber a conexão dele com o local onde possui familiares e histórias de vida. Acredito que embora este sujeito não esteja presente em todos os momentos no assentamento, ele ainda está inserido no processo de territorialização do assentamento, por estar articulado com responsabilidades práticas de construção do assentamento, da mesma forma em que ergue a bandeira de assentado, apesar de não estar no assentamento. Ele possui a identidade de assentado.

Para que o assentado não precisasse sair do local onde mora para expressar a religiosidade, foram introduzidas duas igrejas – projetadas conforme a estrutura econômica – uma igreja católica e outra evangélica (neopentecostal) onde as celebrações são feitas no local onde moram. Conforme relatos, a proximidade das igrejas, nunca afetou a relação dos assentados, pelo contrário é comum as celebrações especiais ( dia das mães, dos pais, páscoa, natal...) sejam feitas de forma ecumênica. Conforme relatos de alguns assentados, os integrantes da igreja neopentecostal se mostram menos flexíveis a relacionarem e interagirem com o grupo. No assentamento também é possível encontrar um salão/ginásio que é utilizado para a realização de esportes como futebol e voleibol, encontros festivos do assentamento, um “armazém”, onde o mesmo tem produtos básicos como alimentos e gás de cozinha, para que deste modo os assentados não precisem dirigir-se a cidade sempre que precisarem de algum produto de forma mais imediata.

## **5.2 A Perspectiva do Território a Partir dos Assentados não Cooperativados**

O Assentamento Fazenda Annoni, conforme anteriormente debatido apresenta-se dividido em dois grupos; um grupo faz parte do território da COOPTAR, e, outro, de assentados não cooperativados. Essa divisão sempre me trouxe inquietação, por não conseguir compreender esta dinâmica de ruptura, uma

vez que a Cooperativa se mostra receptiva e atuante no processo de autonomia dos assentados. Por este fato estar incompreendido, fez-se necessária nova inserção para análise e melhor compreensão da dinâmica ocorrida no assentamento, desta vez com olhar direcionado aos assentados não cooperativados. Dos dias 13 aos dias 16 do mês de setembro de 2017, juntamente com alunos da disciplina Educação e Movimentos Sociais do Programa de Pós Graduação em Geografia, disciplina ministrada pela professora Ane Carine Meurer, contando também com a presença de alguns alunos do Programa Institucional de Bolsa e Iniciação a Docência, subprojeto Educação Do Campo, coordenado pela mesma professora, direcionamo-nos para Pontão/RS, no assentamento fazenda Annoni, onde ficamos alojados na sede do Instituto Educar. Ao dialogar com o segundo grupo, podemos perceber na fala, que muitos destes já estiveram inseridos em algum movimento cooperativo em outros momentos:

Nos anos 90 houve muitas tentativas. Ao todo no assentamento havia 24 grupos de trabalhos, que englobavam as mais diversas formas de organização de produção, e nós tínhamos 6 cooperativas de produção, no mesmo modelo socioeconômico. Nesse ponto começam surgir alguns problemas, eu tenho admiração pela cooptar, que conseguiram passar por cima de várias das problemáticas, conseguiram superar os problemas, e também da para considerar que não é por acaso que restou apenas aquela cooperativa, pois ali houve uma concentração de lideranças do assentamento, os que mais tinham estudo, os que mais estavam envolvidos com a política, isso foi qualificando o assentamento, com isso conseguiram dar a volta, dar a resposta as investidas de negação que tentavam fechar e acabar com os grupo de cooperativas que vinham a fortalecer o assentamento. Os outros não estavam organizados naquele momento para enfrentar os desafios. Somos-nos defensores do coletivo, vimos isso como uma manobra de fortalecimento do assentamento, se hoje, somos um assentamento foi porque houve essa iniciativa de grupo lá atrás como disse antes, e também por que há a COOPTAR que luta pelo bem do assentamento, tem médicos, tem escola, temos de tudo, se não fosse isso não tinha a metade dos assentados como tem hoje. (Saída de Campo, setembro de 2017.)

Fica claro que houve outros grupos que possuíam a base da discussão voltada à manutenção de formas produtivas socioeconômicas em grupo, entretanto essas formações não resistiram às investidas sociais pautadas pelo capital. O projeto de assentamento é um projeto social e nesta formação é levado em conta a vida dos assentados, apesar do projeto de assentamento ser uma criação do Estado (a partir da luta de classe) está sujeito à sua gestão e o Estado não pode ignorar qualquer unidade social ali existente, sob pena de fragilizar ainda mais as famílias beneficiárias e reproduzir uma relação paternalista e autoritária, entretanto, isso é

visível quando se percebe as políticas, e aplicação da mesma nestes territórios. Até haver a constituição do assentamento este, passa por desenvolvimento de projetos e políticas públicas, que perpassam a questão produtiva, embora esta seja muito importante. O assentamento é uma unidade de produção não patronal, assim, deve encontrar formas e instrumentos capazes de auxiliar na qualidade de vida dos assentados, fato que muitas vezes não é facilitada por financiamentos e apoios de gestões públicas que deveriam exercer apoio sobre este grupo que historicamente oferece vulnerabilidade social.

As cooperativas seriam uma saída para o desenvolvimento socioeconômico dos assentamentos, a adesão ao cooperativismo por parte dos assentados tem sido incentivada pelo MST, que conhece a realidade e as dificuldades encontradas no cotidiano dos assentamentos e reconhece que há necessidade da adoção de ações coletivas que garantam resultados positivos na atividade agropecuária. Conforme dito em outro momento, pensamos que serão estes resultados positivos que irão garantir a sobrevivência e maior autonomia dos assentamentos, pois o *apoio* externo poderá reduzir, e há indicativos que mostram que os compromissos assumidos terão que ser honrados para que se possa continuar produzindo e da terra retirar o sustento das famílias. Schneider (1991) nos oferece uma visão geral das tendências de crescimento das unidades cooperativas no Brasil e demonstra que o cooperativismo, apesar de sua mensagem idealizada, tende a reproduzir e mesmo reforçar as condições estruturais vigentes na sociedade brasileira, privilegiando algumas culturas mais rentáveis em detrimento de outras. Neste estudo, situam-se as cooperativas agrícolas no contexto dos desequilíbrios estruturais, as diferenças entre agricultura de exportação e agricultura tradicional, e a diferenciação socioeconômica dos produtores rurais, gerados e reproduzidos pelo modelo de desenvolvimento dependente do Brasil. Considera ainda que o cooperativismo enfrenta um dilema fundamental:

de um lado, ele tende a tirar partido e se ajustar às condições estruturais, quando estas favorecem o desenvolvimento e a expansão da organização enquanto empresa, configurando-se então a primazia do econômico sobre o social. De outro lado, revela-se incapaz de neutralizar os condicionamentos estruturais hostis a uma atuação compatível com o conteúdo social da doutrina e dos princípios em que se apoia (SCHNEIDER, 1981: 21).

Martins (1972), partindo da mesma perspectiva de Schneider, declara que o cooperativismo tem privilegiado certos grupos de produtores atenuando o processo

de descapitalização por que passam. As cooperativas trazem protagonismo aos assentamentos que dele fazem parte, mesmo também os que não acessam a cooperativa sentem-se apoiados pela mesma, assim, podemos afirmar sobre o Assentamento Fazenda Annoni.

Atualmente, os assentados da fazenda Annoni que não são cooperativados, representam maior parte da população deste assentamento, e possuem a terra como trunfo, ou seja, é da terra que vem o sustento econômico da família e também reprodução sociocultural. Um assentado, sujeito de pesquisa, auxiliou no entendimento da sucessão da terra e venda dos lotes, uma vez que pode ser observado, ainda que pouco, existe essa prática no assentamento, em especial neste segundo grupo. *“O fato de vender ou não vender tem uma relação bem complicada, pois tem gente que não possui o título e ainda assim vende o lote.”* (saída de campo, setembro de 2017). Então, há uma relação de negociação da terra por parte de alguns assentados. Ao tentar entender as modalidades centrais de titulação que o INCRA possui, ressalta-se a concessão de uso, ou concessão real de uso, onde essa terra continua sendo do INCRA e o assentado possui direito de explorar essa terra, entretanto, quem esta usufruindo da terra, deve cumprir com algumas cláusulas específicas de uso. O assentado não paga a terra que usa para a produção, contudo, quando há a comercialização, essa venda não é legalmente aceita<sup>25</sup>, ou seja, não passa por órgão público, e sim são feitos contratos<sup>26</sup> fechados entre os negociadores, e envolve uma negociação por dinheiro, ou troca de terras, ou terrenos urbanos. Ao investigarmos as razões que fariam os assentados venderem os lotes foi nos dito:

---

<sup>25</sup> Aspecto que vem mudando, com medidas do atual presidente Michel Temer, ( que adentrou o governo a partir de um golpe, fazendo com que presidenta eleita Dilma Rousseff tivesse sido deposta.). Este presidente, através de uma Medida Provisória (MP Nº 759), facilitaria a venda das propriedades dos assentamentos. Esta medida, havia o interesse alterar a política de reforma agrária implementada pelas gestões Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. De acordo com informações do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá), entre 2000 e 2002, a gestão tucana emitiu 62.196 títulos e, de 2003 a 2015, os governos petistas reduziram as emissões para 22.729. Miguel Enrique Stédile, da coordenação nacional, afirmou que a titulação é uma “reforma agrária às avessas”, que ampliará a concentração de terras. “Hoje, os beneficiários recebem a concessão do uso da terra, podendo passá-las para os filhos, mas não podem mercantilizar porque a terra é da União, afirmou. “Com a titulação, os assentados se tornam proprietários, porém, terão de pagar o preço de mercado atualizado das terras que receberam. Ou seja, o assentado vai ficar com a dívida e, sem infraestrutura para produzir, em pouco tempo venderá a terra.” Fonte: Estadão Política, 2016.

<sup>26</sup> Contrato de gaveta.

“Estamos ficando velhos né? Muitos companheiros não tiveram filhos, ou tiveram e eles tomaram outro rumo, ou estão em outros assentamentos, com suas famílias, suas mulheres, maridos e filhos, ou estudaram, foram para cidade, estão empregados, seguiram suas vidas, daí os velhos não podem trabalhar na terra, por isso que vendem, ou arrendam e acabam vivendo desta renda”. (Trabalho de campo, setembro de 2017)

Observamos nos últimos anos muitos debates sobre juventude rural, mas muito pouco se discutiu sobre a temática do envelhecimento, até porque, ainda vivemos sob a óptica de que o Brasil é um país de jovens. Entretanto, projeções do IBGE indicam outra realidade; hoje temos 10% da população com idade acima de 65 anos, em 2024 esse percentual será o dobro de 20%. Os assentamentos rurais, como se vem percebendo, reproduzem essa realidade, com um agravante: grande parte dos filhos daquelas famílias que foram assentadas nas décadas de 80/90 não permaneceu no lote dos pais, devido a vários fatores e, hoje, e esses assentados estão sozinhos para tocar o lote e já não têm a mesma força física exigida para o trabalho na terra. Esse fato vem a complementar a fala do nosso colaborador, que cita que, apesar de haver estrutura neste assentamento, há um movimento de envelhecimento, que muitas vezes impossibilita a permanência no campo. É importante ressaltar que, apesar de haver o envelhecimento e esse aspecto ser percebido, em nossa pesquisa de campo percebeu-se também um movimento jovem neste assentamento, foram percebidas algumas crianças e jovens, que por sua vez acessam as práticas políticas de assentado do MST e tentam engajar-se na perspectiva de luta em grupo, possuindo relação com o Instituto EDUCAR que é exemplo de organização de política que visa à formação técnica do povo assentado. Todavia, percebeu-se então que, muitos assentados não fazem parte do COOPTAR, alguns fazem parte da COPERLAT, entregando sua produção de leite, que pode ser vista como o “*carro-chefe*” da produção econômica dos assentamentos não cooperativados.

Outros assentados entregam sua produção de leite para empresas da região que vêm até as propriedades e pegam o produto. Ao serem questionados sobre esta entrega do produto *in natura* para outras cooperativas, senão aquela que faz parte do assentamento, um assentado reproduz que:

“A gente bem que tentou fazer parte da cooperativa de leite do assentamento, só que eles não tinham condições de pagar um preço justo, ou um valor que queríamos, por isso que procuramos outros que pudessem valorizar mais nossa produção, mas nunca foi uma coisa escondida, como

se estivéssemos traindo o assentamento ou essa cooperativa, todo mundo sempre soube e concordou, hoje entregamos a base de 80% da produção de leite para outras empresas, e o restante a gente entrega aqui, para fazer com que a cooperativa cresça, ainda que não dê tanto lucro é uma cooperativa que daqui uns anos irá de destacar nesta produção, porque tem uma gestão muito boa e entrega produtos de qualidade para toda a região”. (Saída de campo setembro de 2017.)

Os dados coletados em setembro de 2017, permitiram-nos constatar que quase todo o assentamento, não territorializado pela COPTAR apresentam a produção de milho, feijão, leite, ovos, aves e suínos; e boa parte deles, também, de arroz e soja, demonstra-se com isso que os assentados, em média, produzem alimentos como qualquer agricultor familiar, onde muitas vezes superam as dificuldades inerentes a um processo de reforma agrária historicamente distorcida. O leite torna-se possivelmente, a principal linha de produção na agricultura familiar, por parte dos assentados não cooperativados, inclusive, este produto é, provavelmente, a maior aposta entre os assentamentos MST nesse estado. Em alguns assentamentos há formas de qualificação da produção leiteira que visa desenvolver os assentamentos de modo social e econômico.

Torna-se relevante apresentar o papel da Educação do Campo, que fica situado no assentamento, ao lado da cooperativa, mas que atende toda a demanda de alunos locais. Os pais percebem e acreditam em uma educação que fortaleça a identidade de assentado, e nesse sentido, segundo eles, a Escola do Campo vem apresentando postura adequada a uma escola do campo, pois a história do MST é debatida na escola, com isso há um empoderamento desde quando são pequenos.

“É muito importante nós que eles (as crianças do assentamento) acreditem na luta, e para acreditar eles precisam saber da história, da longa trajetória que o assentamento passou até chegar no que é hoje. Saber valorizar a terra e os companheiros de luta. É importante que eles conheçam também a realidade dos outros assentamentos, dos que temos tomar como objetivo e dos que não podemos nos parecer (falam sobre os assentamentos desterritorializados) mas que devemos, por obrigação ajudar a repensar a qualidade desse assentamento. Quando nossos assentados crianças conhecem e valorizam a nossa história, eles ficam aqui com a gente, do mesmo jeito que, quando percebem que da pra plantar, que dá pra viver do sustento da terra, eles também ficam com a gente, assim não ficamos sozinhos. A gente precisa deles igual eles precisaram de nós”. (Saída de campo, setembro de 2017.)

É interessante a análise que este sujeito que participou do levantamento dos dados, assentados com três filhos, onde um ainda estuda na escola do assentamento, faz com relação ao dever que o assentado tem de auxiliar aos

demais assentamentos que não conseguiram desenvolver-se socioeconomicamente como a Annoni, pelo que se percebe, estes sujeitos sentem-se privilegiados por encontrar-se nesta situação, mesmo admitindo que passaram por muitos momentos de luta, de debate, de guerra, como é relatado:

“Na época em que se começou a constituir o MST, os latifundiários, o judiciário a polícia, e certos políticos foram nossos grandes adversários, eles ofereciam os entraves para nosso surgimento e firmação como classe, isso gerou mais dificuldade na formalização do assentamento. Hoje, ainda, na nossa redondeza não aceitam que estamos crescendo, que o assentamento deu certo, mas uma coisa é certa, os ricos nunca irão aceitar o pobre, só nos aceitam quando estamos servindo”.( Trabalho de campo, setembro de 2017).

Essa não aceitação não são fatos isolados, pois se percebe a violência contra esse movimento onde quer que este movimento exista, conforme noticia apresentada no site do MST, sobre fatos que ocorreram no mês de abril do ano de 2016, que apresentam:

No estado de Rondônia, no último sábado (02), o Acampamento Hugo Chávez do MST foi invadido por homens fortemente armados, que aterrorizaram as famílias e as expulsaram de seus lares, ateando fogo em suas casas.

Na quarta-feira (06), o Frei Sérgio Göergen, liderança do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), foi preso pela Polícia Militar, em Brasília, porque ao receber um panfleto da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), das mãos de um “pato” o amassou e jogou no lixo.

Já na quinta (07), durante um violento despejo aos Povos da Aldeia Tupinambá Serra do Padeiro, em Ilhéus, sul baiano, o Cacique Babau e seu irmão, José Aelson, foram presos pela Polícia Federal porque estavam lutando junto ao seu povo contra as empresas do capital.

No Paraná, também na tarde de quinta-feira, duas equipes da Polícia Militar, acompanhadas de seguranças da empresa Araupel atacaram o Acampamento Dom Tomás Balduino, na região de Quedas do Iguaçu, centro do estado.

Existe a confirmação de dois mortos e aproximadamente seis feridos, o número exato ainda não foi confirmado.

De acordo com a direção do MST na Bahia, a direita ampliou sua frente de ataque ao perceber que a classe trabalhadora é a principal força capaz de frear a ofensiva violenta do capital. “Agora está direcionando a artilharia pesada contra os movimentos populares”. (MST, 2016)

Essa foi apenas uma noticia que utilizamos para afirmar que, esse movimento é fortemente agredido por uma classe dita dominante, que tenta diminuir a força de luta de um povo que possui um projeto de sociedade pautado em melhorias e igualdade. Essas investidas pelo agronegócio muitas vezes acaba tirando a força de



batalha do grupo, bem como relata um assentado quando questionado sobre o MST, nos dias de hoje:

“Antes éramos mais unidos, buscávamos mais investimentos para o conjunto, para todos os assentados, não que hoje não exista, mas acho que as vezes é necessário haver esse “fechamento” dentro do assentamento, por alguns grupos, para que, esses se fortaleçam, e a partir daí consigam auxiliar os outros, que não estão neste grupo, como é o caso da cooperativa da Annoni, nunca foi negado a nós o ingresso neste grupo, pois quando a mesma surgiu, estávamos inseridos em outro processo, e talvez não imaginávamos que daria tão certo, a gente pensava que nossos grupos de produção coletivos dariam certo, não foi como o esperado, hoje em dia a COOPTAR é representativa e tenta na medida do possível ajudar o restante do assentamento, ainda somos uma família”. (Trabalho de campo, setembro de 2017.)

Os assentamentos acreditam e apoiam o trabalho coletivo, e mesmo que não trabalhem em cooperativa como a COOPTAR, os mesmos ainda dependem muito dos outros assentados, principalmente os vizinhos, no sentido de equipamentos agrícolas, sementes, e apoio emocional, pois percebem ainda em seus vizinhos, alguém em que possam conversar, contar, pedir ajuda e ajudar, assim, demonstram que há solidariedade neste território e não há um individualismo extremado,

“Se fossemos sozinhos, não estaríamos aqui hoje, é preciso ter apoio, é necessário ter alguém do nosso lado para dividir, compartilhar e poder ser alguém melhor. Um não consegue nada, o exemplo é disso é esse assentamento ele só existe porque lutamos por ele, unidos tivemos força, temos força, e o movimento é em primeiro lugar”. (Trabalho de campo, setembro de 2017).

É emocionante perceber os assentados se reconhecendo como sujeitos importantes na construção de uma história, valorizando a relação com o outro. É possível ver que as pessoas possuem valores individuais, cada um é valorizado de algum modo, eles se conhecem, e respeitam a trajetória de cada um que esta inserida, eles são todos. Por isso, é possível afirmar que este assentamento encontra-se territorializado pelo MST, por perceber que há uma relação coletiva entre os assentados, mesmo que não estejam inseridos em um processo de cooperativa (em comum), por haver forças, mesmo com idade avançadas, eles querem lutar, procuram sempre estar inseridos em contextos que motivem eles a mergulharem no debate político de sociedade, por acreditarem na força da Educação do Campo, e por apoiar a mesma.

As relações de pertencimento dos membros que não integram a cooperativa permanecem presentes no imaginário e subjetividade de cada sujeito que integrou o cenário de luta para o acesso a terra, visto que nos processos discursivos as

histórias e memórias continuam vivas na subjetivação de cada um, no entanto, em vista das limitações impostas pela idade, eles não apresentam uma participação assídua, porém sempre quando o movimento necessita, eles se dispõem em ajudar.

Percebeu-se por meio das fala, que independente de integrar as cooperativas ou não, eles se sentem orgulhosos ao olhar o assentamento e observar que se originou a parte de luta, resistência e trabalho. Por isso é importante caracterizar e afirmar que é um território territorializado pelo MST.

## 6. ASSENTAMENTO BELA VISTA

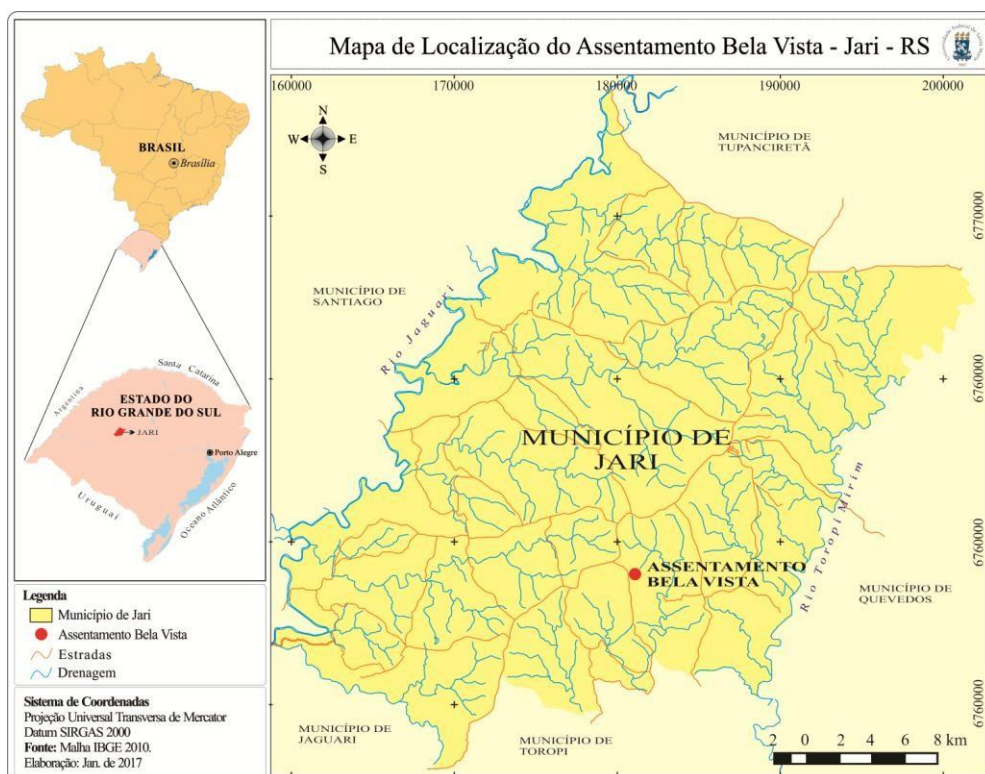
### 6.1 Localização e caracterização do Assentamento Bela Vista

Os assentamentos no Rio Grande do Sul, até o final da década de 1980, estavam distribuídos à porção norte do estado. Na década de 1990, o número de assentamentos subiu de 13 para 180, ou seja, foram criados mais 167 assentamentos no estado do RS. O aumento do número de assentamentos se deu a partir do ano de 1995. Em uma década, foi registrada a criação de 155 novos assentamentos no estado. Desse modo, no que se refere ao INCRA (2016), os assentamentos de Reforma Agrária no Estado do Rio Grande do Sul surgiu inicialmente na porção norte do estado, onde o primeiro assentamento foi criado no ano de 1975, assentamento Sarandi, localizado no atual município de Pontão, na mesorregião Noroeste Rio-Grandense. Pode-se notar também que, na década de 90, há uma distribuição de assentamentos. O MST inicia um processo de territorialização na parte sul no Estado.

Deste modo, refere-se novamente a apropriação do campesinato na parte sul, principalmente na década de 1990 a 2000. Com isso, oferece-se uma reterritorialização por parte dos camponeses em relação ao agronegócio ou latifúndio. Esse fato se dá basicamente pelo Programa de Reforma Agrária. O que na percepção do autor, esse programa se dá como uma tentativa de minimizar os efeitos do capital nesta porção do estado que, desde a inserção na mesma, foi atrativa por oferecer boas condições de produção de gado de corte e, posteriormente, apresentar bom rendimento da produção da soja.

A partir de dados apresentados por representantes do MST, deste assentamento cabe ressaltar que apenas o assentamento Bela Vista, localizado no município de Jari, na mesorregião Centro Ocidental Rio-Grandense, foi fruto de uma doação. Abaixo, mapa de localização do assentamento. Bem como ficam claras as divisas que o município faz.

Imagem 08: Mapa Localização do Assentamento Bela Vista, Jari.



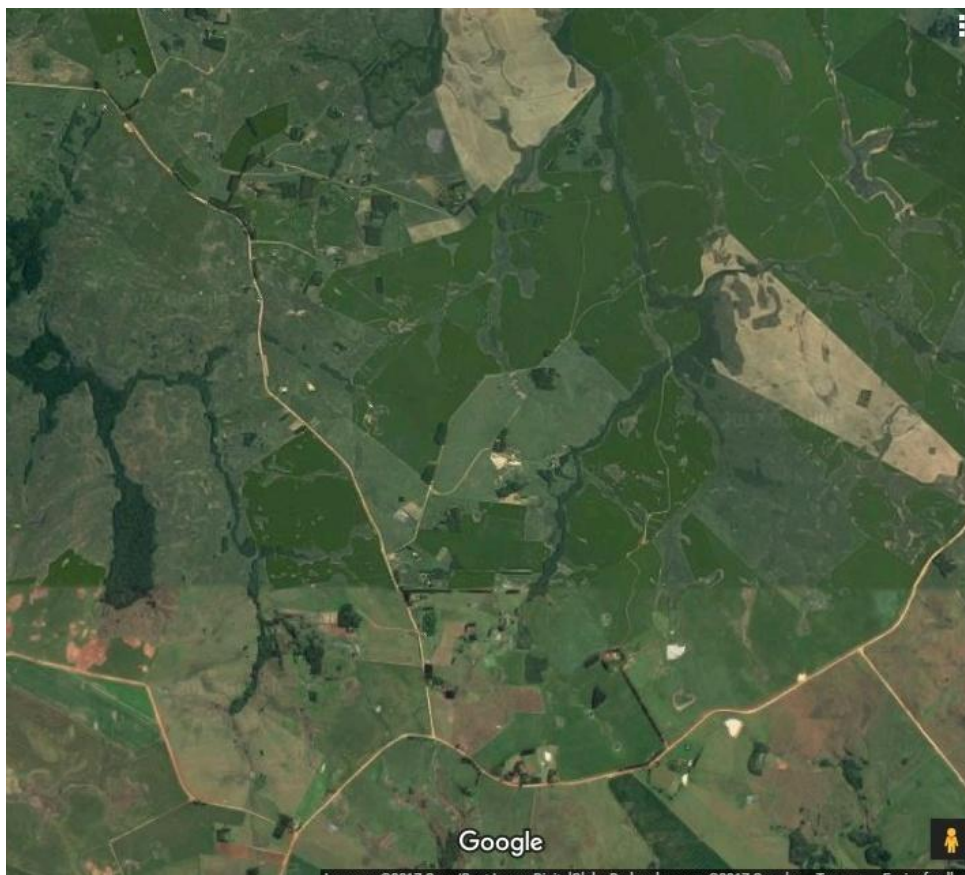
Fonte: Arquivos do autor.

O município de Jari apresenta uma drenagem bem definida. Com terra apta a ser cultivada, e apresenta, segundo a EMATER, aumento na produção de soja. Deste modo, este cultivo insere-se em boa parte do território do município.

Percebe-se, a seguir, através de uma imagem aérea, fornecida pelo Google maps, que dentro do assentamento não existe nenhum local que favoreça ao encontro dos assentados, como se apresenta na Fazenda Annoni.

Neste assentamento, a produção se dá de modo individualizado, onde os assentados trabalham em sua propriedade da maneira que julgam ser o mais satisfatório a eles, ou por não possuírem outras formas que possam utilizar como exemplo para aplicar em suas propriedades. Vê-se, nestas propriedades, produção de soja, onde o plantio é feito pelos assentados, e outras muitas vezes é feita por arrendatários, até mesmo por donos das terras, que não são assentados.

Imagem: 10. Imagem aérea do Assentamento Bela Vista.



Fonte: Google Maps.

Acerca do que foi dito quanto à produção, os assentados apresentam grande dificuldade de integração entre eles, e a comunidade urbana e rural que compõem o município. Igualmente não se sentem pertencentes ou representados por uma política que dê suporte para o desenvolvimento sustentável deste assentamento.

### **6.2.1 Instrumento Político de Mobilização e Emancipação dos Assentados no Assentamento Bela Vista**

O território que envolve o assentamento rural Bela Vista no município de Jari/RS se apresenta bastante complexo e, por isso, damos o entendimento a ele de desarticulado, pois a presença da identificação dos assentados com a política do MST é fraca, até mesmo inexistente.

Bruno e Medeiros (2001), ao fazerem um estudo em torno de alguns assentamentos no Rio Grande do Sul, depararam-se com uma realidade previamente conhecida: os assentamentos passam por muitas dificuldades de consolidação. Estas autoras encontraram grandes índices de evasão do território

inserido, por parte dos assentados. Principalmente em assentamentos, onde os assentados não são da região onde o assentamento está conectado.

Cabe ressaltar as causas prováveis para o abandono: Os serviços básicos, necessários para a reprodução social e econômico dos assentados, tais como de saúde, educação, estradas e energia elétrica, poucas condições de crédito, ou até mesmo a falta dele, sem condições para efetuar uma boa gestão do lote designado a si, conflitos entre assentados, incapacidade de adequação a regras e falta de auxílio técnico. (BRUNO e MEDEIROS, 2001)

Ao falar deste tema como pesquisa que possui validade dentro do contexto rural gaúcho, percebemos as dificuldades do assentamento estudado na porção centro do estado: o Assentamento Bela Vista. Este assentamento possui seus assentados primordialmente oriundos do assentamento Fazenda Annoni.

Quadro 2: Cidade de Origem dos assentados

(continua)

Entrevistado	Tempo de Assentado	Cidade de Origem	Assentamento de Origem
Família assentada 1	31 anos	Redentora/RS	Fazenda Annoni
Família assentada 2	31 anos	Jari/RS	Morador da antiga fazenda.
Família assentada 3	31 anos	Tenente Portela/RS	Fazenda Annoni
Família assentada 4	31 anos	Miraguai/RS	Fazenda Annoni
Família assentada 5	31 anos	Redentora/RS	Fazenda Annoni
Família assentada 6	31 anos	Passo Fundo/RS	Fazenda Annoni
Família assentada 7	31 anos	Carazinho/RS	Fazenda Annoni
Família assentada 8	31 anos	Ronda Alta/RS	Fazenda Annoni
Família assentada 9	31 anos	Salto do Jacuí/RS	Fazenda Annoni
Família assentada 10	31 anos	Nonoai/RS	Fazenda Annoni
Família assentada 11	31 anos	Campo Novo/RS	Fazenda Annoni
Família assentada 12	31 anos	Ijuí/RS	Fazenda Annoni

Família assentada 13	31 anos	Seberi/RS	Fazenda Annoni
Família assentada 14	31 anos	Passo Fundo/RS	Fazenda Annoni
Família assentada 15	31 anos	Sobradinho/RS	Fazenda Annoni
Família assentada 16	31 anos	Soledade /RS	Fazenda Annoni
Família assentada 17	31 anos	Passo Fundo/RS	Fazenda Annoni

Fonte: Arquivo do autor. Saída de campo, janeiro de 2017

É visível, neste assentamento, a condição de abandono. Começo ressaltando as condições das estradas, onde as mesmas apresentam pouco, ou nenhum cuidado, e esta iniciativa de manutenção é feita, geralmente, a partir de vontades da governança do município.

Ao observar o assentamento Bela Vista, pode-se afirmar também que há uma conjuntura desfavorável a sua reprodução, fazendo com que haja a evasão neste assentamento: O primeiro, acreditamos que seja a própria conjuntura familiar, qual apresenta uma estrutura familiar, baseada em pessoas com idade avançada, oferecendo pouca mão de obra para que a terra seja cultivada.

Outro aspecto que também é relevante são as questões específicas de saúde e relações entre familiares. Chamamos atenção para a falta de políticas públicas em torno do assentamento: Neste aspecto, faltam políticas governamentais para que se desenvolvam alguns tipos de cultivos nas terras dos assentados, o que obriga, muitas vezes, os assentados a procurar recursos privados para o acesso ao dinheiro, o que gera dívidas bancárias. As safras, muitas vezes, não são suficientes para que se cubram esses percentuais de dívidas, as aumentando ainda mais. Há também perda da produção, por razões climáticas e por falta de prática na agricultura ou transporte da produção devido às precariedades das estradas.

Diante destas condições deficientes de reprodução do território assentado, muitos dos sujeitos deste espaço optam em fazer o arrendamento de sua propriedade para grandes produtores da região, aumentando a reprodução do cultivo de soja e a reterritorialização do capital nessas propriedades. Para o

agronegócio, que gera um modelo de produção capitalista, de fato a terra não tem valor, mas tem um preço<sup>27</sup>.

Deste modo, o arrendamento da terra torna-se uma forma da obtenção de renda fundiária, onde muitos capitalistas que não possuem terras, ou as possuem, mas desejam aumentar sua produtividade, aplicam capital em terras de outros, para colocá-las a produzir, em benefício de si.

Não se consegue perceber, nesta pesquisa, o papel social da terra, mas somente o seu valor monetário. Não há reprodução social, só há as marcas do vazio produzido pelo som das máquinas que se fazem presente nestas propriedades, abafando as vozes e as culturas dos povos que habitam esse assentamento.

No que tange o pagamento da renda para os assentados, este se dá de inúmeras maneiras, seja por um valor estipulado antecipadamente antes da safra por sacas de soja, ou em por dinheiro mesmo. Ao falar com um assentado, pode-se perceber o quão inviabilizados estes sujeitos se percebem:

“A gente não consegue plantar. Não consegue colher, nunca consegue vender as coisinhas que plantamos quando tem. É mais fácil arrendar a terra, assim tem uma garantia de dinheiro pra nós. (...) Nós pensamos em daqui um tempo vender a terra e ir morar na cidade, não sei se em Jari, mas em alguma outra que possa oferecer um pouco mais de conforto. Nós não ‘temo’ medico pra cuidar da gente. Se passa mal aqui, tem que chamar algum vizinho que tem carro pra levar até a cidade e essas estradas tu já viu, né!? Mal da ‘pros’ burros como nós andar, quem dirá um carro. (...) É bem difícil de viver aqui, a gente veio cheio de vontade mas aos poucos todo mundo foi esquecendo de nós, a gente se sente abandonado”. (Trabalho de campo, jan. 2017).

As necessidades desses assentados são bastante específicas; eles precisam de assistência técnica e atendimento às demandas específicas deste assentamento, para que assim surjam motivações a se cultuarem neste espaço, que não se apresenta territorializado pelo movimento dos trabalhadores rurais sem terra.

O assentamento Bela Vista possui atualmente 32 lotes ocupados. Destes, 17 famílias são oriundas da distribuição inicial dos lotes feito pelo INCRA, no entanto, as 14 restantes compraram os lotes dentro do assentamento.

Do total que adquiriram os lotes através da compra, alguns destes eram também membros do MST, mas, com a demora na distribuição de terra, resolveram comprar lotes no assentamento, considerando que estes assentados possuíam

---

<sup>27</sup> Oliveira (1990).



família no município de Jari, ou próximo deste município. Em contrapartida, alguns lotes foram vendidos a grandes comerciantes de região, que investem na compra de mais lotes no assentamento, da mesma forma, quando o dono do lote é resistente à venda, ele arrenda.

É praticamente impossível perceber o que é terra do grande produtor, o que foi comprado no assentamento, propriedades arrendadas e lotes dos assentados iniciais, pois já não há mais divisões, o território do agronegócio se mostra contínuo. A dominação por parte do agronegócio é tanta que não há respeito com relação à vida dos assentados, uma vez que pela propriedade esse respeito já deixou de existir há muito tempo. Uma das grandes queixas dos assentados é que esses grandes produtores passam agrotóxico nessas propriedades, utilizando o serviço da aviação, deste modo, há contaminação em grande escala a todos deste assentamento.

Em falar em contaminação, há uma vertente de onde é tirada toda a água para atender a demanda do assentamento. Esta vertente pertencia a um lote que foi comercializado. No ano de 2015, as pessoas começaram a passar mal, de forma repentina e, ao investigar, perceberam que a água estava repleta de veneno. O produtor de soja, que comprou o lote, quis aumentar a produtividade da soja, então resolveu inserir este cultivo em toda a extensão da propriedade. Desta forma, houve a inserção de maquinários e venenos dentro do poço, com total descomprometimento com a saúde e bem estar desta população. O que bem na verdade não interessa para estes granjeiros, que desejam a aquisição dessas propriedades a todo plano, para chegar à máxima obtenção de lucro, independente do preço social a ser pago.

Pelo que se sabe, através de informações trazidas por assentados, nenhuma multa, ou processo foi aplicada a este produtor que colocou a vida de inúmeras famílias em risco. Este dono da propriedade fez vender este lote a outro produtor de soja da região, entretanto, os cuidados com a água ainda é feito com descaso.

Percebendo assim que os camponeses não são vistos como membros da sociedade, nem mesmo quando eles estão em um espaço que foi conquistado através de muitos embates. A sensação é de que, de tão superiores que esses produtores danosos pensam que são, podem simplesmente fazer o que quiserem com essa população e que ela jamais vai se virar contra ela. A reterritorialização feita pelo agronegócio é visível, ele está no comando novamente neste espaço.

Desde que houve o controle pelo agronegócio, e a soja passou a ser produzida por esses capitalistas, as estradas começaram a ter melhorias, antes os assentados falam que era impossível se movimentar de carro dentro do assentamento.

A dominação é tanta que os assentados servem de mão de obra a esses grandes produtores. Muitas vezes trabalham em suas próprias terras (que estão arrendadas), desenvolvendo atividades econômicas para o grande produtor. Ao questionar como a família se sente referente a isso, eles reagem dizendo que:

“A gente queria trabalhar pra gente né. Ver nossos filhos trabalhando pra eles, meio que dá uma tristeza, mas é a única maneira deles conseguirem o dinheiro extra pra eles e ajudar na casa. (...) geralmente pagam por mês uns 1.200 R\$ (um mil e duzentos reais), mas não tem feriado e nem final de semana, é direto. Eu tava falando essa semana até; acho que tamo vivendo em sistema de escravidão, parece. Mesmo que paguem pouco, não pagam certo, às vezes pagam com produtos como aveia”.(Trabalho de campo, janeiro de 2017)

Ao serem questionados se a família trabalhasse na propriedade não conseguiriam aumentar a renda, boa parte falou que não, pois não tem muita condição de produzir em sua própria propriedade, por não possuir maquinários e investimentos suficientes, de forma a desconsiderar todo o leque de possibilidades que a pequena propriedade oferece.

Imagem 11: Olhar sobre o território reterritorializado pelo agronegócio no Assentamento Bela Vista



Fonte: Arquivo do autor, trabalho de campo março de 2017.

Deste modo, cabe afirmar que o campo foi transformado, onde oferece possibilidade de diversidade, predomina a monocultura. Onde havia trabalhadores,

hoje tem máquinas. Aliás, boa parte destes trabalhadores operam essas máquinas. Alguns tentam resistir a essas investidas e desenvolvem em seus lotes a produção de leite, por exemplo, mas ainda não representativo dentro deste assentamento.

Fernandes (2008), afirma que o conceito de território foi usado por transnacionais do capital e pelo Estado como forma de subordinação das comunidades rurais em relação aos modelos de desenvolvimento do agronegócio.

Temos então uma disputa territorial entre capital e campesinato. As propriedades camponesas e as capitalistas são territórios distintos, são totalidades diferenciadas, onde se produzem relações sociais diferentes, que promovem modelos divergentes de desenvolvimento (FERNANDES, 2008, p. 281).

Vimos o assentamento como fruto da luta trazida pelos movimentos sociais, que lutaram pela reforma agrária. Percebe-se que esse território, desde a territorialização a partir do MST, sofre inúmeras alterações na questão de relações, cultura, economia e a própria política, deste modo então, há uma dinamicidade intensa neste território. Como coloca Fernandes (1996, p. 243), o movimento “constrói o seu espaço, dimensionando o espaço social em um ato político. É um espaço, onde novas atividades sócias e políticas são criadas e contribuem para a formação da identidade coletiva do movimento”.

Desde o momento da inserção dos assentados neste território, eles empregaram algumas de suas características de reprodução socioeconômica, no primeiro momento eles tentaram se regular economicamente na produção agrícola individual. O principal cultivo era a plantação de fumo<sup>28</sup>, conforme relatam.

Ao questioná-los sobre a produção em cooperativas e se em algum momento houve interesse neste tipo de relação de produção dentro do assentamento, são bem pontuais, conforme afirma uma assentada.

“A gente queria. A gente quer. Uma vez veio uma cooperativa de Santa Maria, convidando os assentados para produzir para essa cooperativa que faz distribuição de produtos para os hospitais, escolas e universidade. A gente tinha vontade de entrar nessa cooperativa, mas o prefeito nessa reunião disse que Jari tinha condições de produzir e vender os alimentos sozinhos, a cooperativa nunca mais voltou aqui. Pra gente é uma boa Saída”. (Trabalho de campo, janeiro de 2017)

---

<sup>28</sup> Tabaco. Que eram encaminhadas à grandes fumageiras do Rio Grande do Sul.

Pelo que se pode perceber, houve também a investida na produção de compotas de pepinos. Os assentados faziam investimento no banco, através de negociações da EMATER, produziam os pepinos, e a fábrica que situada próxima a Santa Cruz do Sul/RS ia até o assentamento comprar os produtos. De fato, a fábrica de pepinos apenas comprava os produtos, não dava nenhuma assistência. Esse procedimento durou apenas três anos.

A partir disso, os produtores começaram não querer mais fazer parte da produção, com o intuito de arrendar suas terras e aos poucos pararam de cultivar. Como a empresa só compraria esses produtos caso fossem produzidos a partir de uma quantidade x, ela parou as negociações e os assentados que queriam continuar fazendo parte deste tipo de produção ficou com a dívida no banco e com os produtos sem nenhuma utilidade em casa. Uma das razões para que a produção de pepinos não rendesse foi o número de pragas existentes nessas plantas. Alguns assentados afirmam que estas “pragas” foram trazidas pela soja. Neste ponto, torna-se necessário chamar atenção da EMATER e o comprometimento da mesma para com os assentados, pensando nas especificidades destes sujeitos.

Conversando com representantes da EMATER do município de Jari, estes afirmam que são responsáveis pela assistência técnica no assentamento. Entretanto, pode-se perceber que a partir dos 10 anos, esses assentados receberam o direito a terra e passaram a ter a escritura destes lotes, desta forma, passaram a negociar os lotes conforme a sua condição atual. Desta forma, a venda muitas vezes é feita através de contratos em cartório passando o direito aos novos donos.

Ao questionar estes representantes em torno das razões das vendas, ou quais seriam as motivações dos assentados a saírem do assentamento, estes responderam que a partir dos 10 anos, a partir do título a EMATER não possui nenhuma responsabilidade em prestar assistência técnica especializada. A partir deste momento, os assentados não recebem visita regular, nem mesmo por parte da prefeitura do município.

Nesse sentido, percebe-se a não política, como uma política marcada dentro do assentado. A não assistência por parte da EMATER e prefeitura é uma política, não para beneficiar os assentados, para aumentar o poder dos grandes produtores. Há inserção de jogos de interesses plenamente ativo neste assentamento.

Sobre este tema, ao questionar os assentados como se sentem com esta situação de abandono, eles relatam que gostariam que a EMATER continuasse prestando auxílio a eles.

“Aqui no campo a gente é tratado como lixo, acho que pior, como se a gente nem existe. Todo mundo da cidade olha pra gente com cara de nojo parece, até chamam a gente do assentamento de colonos, e os outros de agricultores.(...) Não me sinto ofendido por ser chamado de colono, sou mesmo, tudo o que eu planto eles comem depois bem faceiro (...) acho que a culpa de tudo é a prefeitura que nem valoriza nós, e nem enxerga que sem nós o município nem existia. a prefeitura não dá a mínima pra nós e quando tem algum secretário da agricultura que fica do nosso lado ele logo é mandado embora, até acharem alguém que obedeça eles. O pessoal da EMATER ajuda a gente, mais por sermos amigos do que por obrigação, e a gente agradece sempre”. (trabalho de campo, janeiro de 2017)

Mesmo com a grande importância dos assentados para o município, não se percebe um vínculo que agregue os assentados à sociedade. Os assentados falam que as estradas começaram a ter alguns reparos depois que os produtores de soja se re(introduziram) no assentamento, seja comprando ou arrendando, antes a situação era bastante precária, “nunca ninguém se preocupou com a gente”, afirmam eles.

Este assentamento não apresenta uma liderança, é basicamente individual. Mesmo que exista relação entre esses assentados.

“A gente se vizinha, leva uma galinha pra come na casa dos outros. Quando vem passear aqui, trazem alguma coisa da casa deles. A gente sempre sabe quando tão de aniversário, é muito bom ter eles como vizinhos. Quando a gente fica doente e precisa ir para o posto ou hospital, quem tem carro oferece, é uma parceria”.(trabalho de campo, janeiro de 2017)

Mesmo que eles considerem que exista uma relação entre eles, não ficou clara a relação entre vizinhos e assentamento. Aparentemente é uma relação de vizinhança comum, onde não se apresenta a especificidade que são enquanto assentados. Ao serem questionados em relação MST e o envolvimento que possuem ou não, eles reagem dizendo que:

“Sentimos falta de que o movimento entre aqui no assentamento. Quem sabe assim a gente consiga mais coisas pró- assentamento. Mais direitos. No município não tem nem o movimento dos pequenos agricultores, Não tem nada”.

Deste modo, fica clara a relação que possuem com a política do MST. A relação enquanto embate político se mantém no anonimato. Nem mesmo estes assentados se percebem como agentes políticos do MST. Conforme se percebe nas palavras de Caldart (2001, p.02),

Ser Sem-Terra é também mais do que lutar pela terra; *Sem Terra* é uma identidade historicamente construída, primeiro como afirmação de uma condição social: *sem-terra*, e aos poucos não mais como uma circunstância de vida a ser superada, mas como uma identidade de cultivo: *Sem Terra do MST*. Isto fica ainda mais explícito na construção histórica da categoria *crianças Sem Terra*, ou *Sem Terrinha*, que não distinguindo filhos e filhas de famílias acampadas ou assentadas, projeta não uma condição, mas um sujeito social, um nome próprio a ser herdado e honrado. Esta identidade fica mais forte à medida que se materializa em um *modo de vida*, ou seja, que se constitui como *cultura*, e que projeta transformações no jeito de ser da sociedade atual e nos valores (ou anti-valores) que a sustentam.

Ser assentado é mais do que propriamente ocupar a terra, é estar vinculado a ela e valorizar a trajetória de luta para conquistá-la e saber-ser reconhecida nela. De fato, toda a investida neste assentamento se deu de maneira em que não possibilitasse essa construção social nos indivíduos, e essa visão negativa em torno dos assentados invadissem até mesma a forma que eles se enxergam.

Sendo assim, salienta-se aqui que a territorialização por parte do MST se fez presente nos primeiros anos de existência do assentamento e, embora no início esses assentados tenham lutado por melhorias, ao passar do tempo não houve nenhuma assistência adequada e nenhuma política específica dentro deste território. Deste modo, a própria trajetória enquanto assentados diminuiu, tanto que hoje não se sentem parte deste movimento, levando a crer que houve de fato a desterritorialização deste assentamento.

No que se contempla a organização espacial das residências do assentamento, percebe-se que alguns lotes, os quais possuem um engajamento com algumas práticas rentáveis, são os que locam suas terras e possuem uma casa bem mais estruturada que os demais.

Imagem 12: As casas dos assentados do Assentamento Bela Vista



Fonte: Arquivos do autor. Trabalho de campo, janeiro de 2017

Além de perceber a diferença entre as casas dos assentados de Bela Vista e Fazenda Annoni, nota-se no Assentamento Bela Vista, muitas casas abandonadas, as taperas. Essas taperas se fazem presente desde antes do assentamento. Nota-se que os pequenos agricultores vão saindo aos poucos de suas terras, dando espaço para que os poucos donos, onde nem mesmo estes residem ali, utilizem estes espaços para a reprodução da monocultura.

Falta autonomia nesses assentamentos, os assentados possuem dificuldades de se estabelecerem e arriscar uma produção diferenciada da encontrada em vasta escala. É completamente compreensível que se sintam desmotivados a inserir-se em novas buscas, já que mais de uma vez eles foram renegados e abandonados pelos setores da política do município. Estes assentados visualizam que a organização da prefeitura é errada, já que os representantes os ignoram completamente.

A tentativa de eleger um assentado como vereador, porém sem conseguir os votos dos assentados, também mostra a falta de articulação entre eles. Desta forma, esse panorama na qual se apresenta esta realidade, que infelizmente, passa a ser uma realidade bastante encontrada em assentamentos rurais, precisa ser pensada de maneira a reverter essa situação. É inadmissível que



esses assentamentos sejam simplesmente tratados como um peso, esses assentados precisam de representatividade e autonomia, e essa se dá com o encorajamento, principalmente pelas políticas que se criam em torno destes sujeitos que atualmente vivem a margem de uma sociedade que se diz justa.

Assim como no assentamento Fazenda Annoni, o Assentamento Bela Vista possui filhos de assentados na universidade. A entrar no diálogo sobre o assentamento Bela Vista, a filha de assentados descreve sua trajetória de vida até a universidade. Ela fala dos momentos de dificuldade que permearam as vivências antes de mudar para o Santa Maria.

“Tinha vontade de ter uma vida melhor, pois na roça é pesado. Queria algo melhor. A dificuldade de acesso aos estudos me fazem buscar novos caminhos, de certa forma nunca acostumei aqui, e sinto falta das minhas vivências no campo. Mesmo trabalhoso, acredito que a melhor fase da minha vida foi enquanto morava lá fora”.(Trabalho de campo, abril de 2017)

Hoje, esta estudante, reflete muito sobre retornar ao campo, mesmo que este ainda represente muito para ela. Ao pensar em direcionar-se novamente ao campo, ela lembra os momentos de dificuldade que passou. Sua ligação com a família que mora no assentamento permanece, no entanto, a família da mesma, em breve deixará de residir no assentamento e fará parte da vida urbana no município de Jari, uma vez que os componentes da família já apresentam idade avançada e não possuem condições físicas de dar continuidade ao trabalho na terra.

Desse jeito, é relevante dizer que essa situação acaba por demonstrar que a terra passa a ser visualizada de modo diferente, e mesmo que haja boas lembranças destes espaços, os sujeitos que nele habitam percebem mais as dificuldades, do que propriamente possibilidades e formas de se trabalhar nessas propriedades.

Os sujeitos abandonam o assentamento em busca de novas possibilidades de vida, de melhores condições de acessos, pois em nenhum momento estes foram beneficiados de modo que favorecesse sua permanência e reprodução ali.

### **6.2.3 Educação no Assentamento Bela Vista**

Como os estudos sobre a Educação do Campo vêm demonstrando, a mesma sempre foi relegada a segundo plano (Leite, 1990). Nunca foi uma prioridade levar condições de ensino consistentes e de qualidade para o espaço rural, obtendo-se



uma educação ano após ano, comprometida em educar para o mundo de trabalho fora do espaço onde as famílias camponesas estão inseridas.

Nunca foi prioridade educar os alunos do campo, de forma que estimulassem os mesmos a se conectarem no espaço vivido por eles, isso é feito com o intuito de que não se mantivessem ligados sentimentalmente aos territórios que estivessem ocupando, transformando a terra em apenas representação monetária, não sobressaindo às relações de afetividade e reprodução social. Por outro lado, os educandos poderiam acessar uma educação pública, entretanto esta escola nunca foi pensada para o educandos do campo, a começar pela própria distância entre a propriedade familiar e a instituição escolar.

É novamente plausível que abordemos o conceito de Escola do Campo e Escola no Campo, trazidos por Caldart (2004, p. 25).

Um dos traços fundamentais que vêm desenhando a identidade do movimento Por uma educação do Campo é a luta do povo por políticas que garantam o seu direito à educação e a uma educação que seja no e do campo. No: o povo tem direito a ser educado no lugar onde vive; Do: o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais.

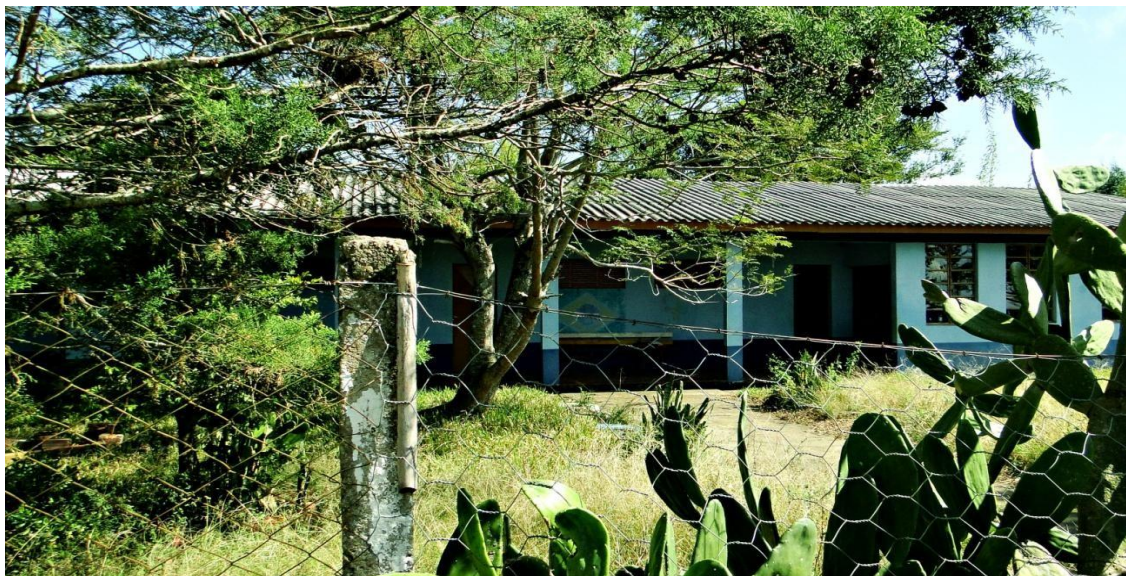
Infelizmente, o campo foi considerado, por muitos, um local de atraso. De forma contraditória, essa perspectiva avança com a expansão do agronegócio, que possui status de desenvolvimento (FERNANDES, 2005). Deste modo, muitas populações do campo observam que, para chegar ao desenvolvimento a seu favor, é preciso estar de braços dados com o agronegócio. A estrutura do agronegócio está pautada na tecnologia, que só tem funcionamento se alguém souber transformar essa ferramenta em algo útil e produtivo.

Desta forma, o campo dito como espaço rural é mais bem visto pelo agronegócio quando o mesmo é percebido sem existência de moradores. Se para o agronegócio, o campo não precisa de gente, desta forma começa-se a se diminuir os serviços e dificultar o acesso, observa-se como objetivo do agronegócio, dentre outras coisas, a desarticulação das escolas do campo, e de fato, elas se apresentam como desterritorialização do espaço onde está(va) inserida, pois não há apenas o fechamento da escola, há uma nova reorganização do território, os alunos que anteriormente estudavam nessas escolas passarão a se direcionar a outra realidade, muitas vezes urbana.

No caso do Assentamento Bela Vista em Jari, os filhos de assentados possuíam uma Escola do Campo no próprio assentamento, que no ano de 2016 foi fechada. Uma das justificativas para o fechamento é que a Escola não possuía alunos suficientes. Ao pensar nesta justificativa, refletimos sobre os gastos que o município possui, diante disso, pensar no valor que seria depositado em torno desta escola, apresenta-se como um investimento necessário para a permanência da mesma, bem como a cultura nela depositada.

Quando esta escola do campo teve suas atividades cessadas, os estudantes foram direcionados a outras localidades, da mesma forma que antes disso, após o 5º ano esses alunos eram orientados a estudar na cidade. O prédio da escola ainda permanece lá, mas aos poucos o espaço escolar é transformado em outra realidade. Logo, as características de escola deixarão de existir, estes passos sugerem que há a desterritorialização da educação do campo, pois de fato a escola deixa de existir, ou seja, perdeu sua função naquela porção do território.

Imagem 13: Visão da Escola agora



Fonte: Trabalho de campo, janeiro de 2017.

Pode-se perceber a conservação da Escola. Para que se conseguisse adquirir alguns recursos para comprar cerca para deixar a escola mais segura, ar condicionado, os pais dos alunos, juntamente com a escola faziam festas frequentes, para conseguir comprar os materiais necessários.

A mãe assentada fala sobre como conseguiam se mobilizar para a compra dos equipamentos que a escola precisava.

“A gente fazia festa na escola para conseguir comprar o que a escola precisava. Mas vinha gente importante na festa em época de política, tirando isso a gente mesmo que fazia a festa. As pessoas não querem conhecer a gente, mas quando precisam vem aqui pedir voto, sempre é igual. Fizemos de tudo para salvar nossa escolinha, no fim parece que foi tudo em vão”. (Trabalho de campo, janeiro de 2017)

Enquanto existir escola do campo, pensa-se que haverá pessoas habitando o campo, no momento em que as escolas forem sendo fechadas, as pessoas observarão neste fato mais um entrave para seu desenvolvimento socioeconômico no campo e possivelmente atenção voltará a outros espaços da sociedade.

Posicionar-se a favor da permanência das escolas do campo, é também tomar partido contra o agronegócio. Deste modo, há o surgimento de inúmeros conflitos. Existe a disputa que é material, pois envolve o território, e imaterial, pois está disputando também as concepções em torno do território, assim, pode-se perceber Fernandes (2008) falando que o território material está presente em todas as ordens do território. O território imaterial está relacionado com o controle, o domínio sobre o processo de construção do conhecimento e suas interpretações.

Ao falar com uma mãe de um aluno, ambos assentados, ela descreve o processo dolorido de ver a escola sendo fechada.

“Antes a gente percebia que a escola era um pouco fraca. Não ensinava os alunos as coisas práticas, como fazer uma horta, por exemplo. Sempre quando tinha que fazer essas coisas era a gente que tinha que ir lá. Os pais iam junto e carpavam e faziam a horta para eles fazerem a merenda com algumas coisas: alface, couve e tempero. As professoras viam de Jari ou até de Santa Maria da aula, já chegavam cansada aqui, é muito longe. Era bom ter alguém daqui ensinando os alunos. Os conteúdos eram nada a vê, me explica porque ensinar inglês, se o aluno não saber nem capina uma lavoura. Ou saber meses que devem plantar e colher. Mas mesmo que a escola era assim, a gente escolheria ficar com ela, agora eles vão pra outra escola com as mesma coisas, só que longe”. (Trabalho de campo, janeiro de 2017)

Percebe-se, através da discussão trazida por essa mãe, que a educação apresentava fragmentações, ou melhor, era uma educação rural que estava sendo posta em prática. Neste sentido, a educação rural é uma forma de domesticar os trabalhadores que tinham acesso à educação, desde então esteve a serviço dessa forma de controle sociopolítico (FERNANDES, 2002, p.95).

Esforçamos-nos para esclarecer o debate em torno desta escola do assentamento Bela Vista, uma vez que este assentamento apresenta-se cheio de entraves para se constituir de fato.

Este assentamento é, sobretudo, merecedor de uma educação do campo. No que tange o esclarecimento sobre do e no, o geógrafo Fernandes (2002), discorre que as diferenças entre escola no campo e Escola do Campo são pelo menos duas: enquanto a escola no campo representa um modelo pedagógico ligado a uma tradição ruralista de dominação, a Escola do Campo apresenta uma proposta de construção de uma pedagogia, tomando como referências as diferentes experiências dos seus sujeitos: os povos do campo. Assim dizendo, passa-se a afirmar que a educação neste território para ser contemplativa deve ser uma educação do campo, situada no campo.

Estando imerso na realidade do assentamento Bela Vista, pode-se perceber a grande relação que os assentados possuem com os grandes produtores da região, onde muitos arrendam suas terras para produzir grãos, em especial a soja. No que se reafirma aqui, a educação do campo, quando comprometida, auxilia na emancipação destes sujeitos, e isso se dá de forma urgente para que se consiga recuperar o território que constantemente é tomado por esses produtores invasores que tentam a todo preço reterritorializar o espaço merecido dos assentados. Com relação a prestação de outros serviços como os de saúde e atendimento da religiosidade, esse assentamento não contempla essa importante corrente que traz melhores condições de vida aos assentados.

## 7. CONSIDERAÇÕES

Na contextualização dos movimentos socioterritoriais, os mesmos são compreendidos como agentes re-criadores de espaços e territórios. Nesta pesquisa percebemos a conflitualidade como essencial na formação dos territórios e no processo de territorialização. Isto possibilitou-nos vislumbrar as divergências, diferenças e os vínculos políticos-ideológicos, por ser a ação que morre e nasce, e em maior parte dos casos, criam novos projetos políticos e modos de criação, recriação do território a partir de um leque de diferentes forças políticas materializadas nas práticas e métodos de luta e resistência.

Assim, o objeto que nos despertou o interesse nesta pesquisa, foi por já possuímos um projeto social, e por estarmos inseridos em um contexto de pesquisa geográfica, e não só fazer a observação do espaço rural como um objeto geográfico (físico), mas sim, tentar compreender os aspectos de uma geografia física, entrelaçando-a com a geografia humana e a dinâmica política deste espaço. Entretanto, entendemos que a geografia física e humana estão imbricada, não podendo ser separadas, pois são indissociáveis, assim como o sujeito do espaço. Logo, através desta investigação de dissertação, percebe-se que os territórios assentados são antes de qualquer coisa, espaços geográficos extremamente políticos, onde estes passaram por transformações pelas mãos de sujeitos que possuíram projetos sociais coletivos, visando o desenvolvimento sócio-político-cultural e econômico dos espaços que estavam ocupando. Esta ação transformou esses grupos sociais em um movimento socioterritorial, uma vez que esse movimento lutava pela terra para o trabalho, imersos no contexto dos movimentos socioterritoriais, em especial do movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. E referindo-nos especificamente aos dois assentamentos analisados, pode-se perceber concretamente a diversidade de realidade (s) que se encontra (m) nesses universos formalizados. Ao pensar nisso, referimo-nos ao MST, visualizando as questões das dificuldades que se tem no momento em que os trabalhadores deixam de ser acampados e passam a ser efetivamente assentados. É um momento de conquista, mas também um momento que retém muitas dúvidas, dificuldades, questionamentos e na maioria das vezes escassez de investimentos,

Além disso, pelo que foi possível perceber, ao longo do percurso das análises, os assentados, quando recebem seus lotes, não têm casa, desta forma

prosseguem representando o acampamento, tendo como teto uma lona. As questões de alimentação são bastante deficientes. E não raras vezes os incentivos para que a terra seja trabalhada demoram a surgir e os recursos de infraestrutura praticamente são ausentes. E ainda existe uma enorme deficiência no acessos aos serviços básicos como saúde e educação, pois os mesmos são relegados a planos secundários pelas políticas governamentais existentes.

O processo de construção da territorialização em um determinado espaço geográfico apresenta-se como um processo que envolve anos. Nos assentamentos, as famílias empregam características específicas de identidade, que passa ser diferenciada daquela expressa no acampamento, pois, de fato, ocorre neste momento a existência de um objeto concreto, que é a terra. Dessa forma, o Espaço deixa de ser apenas simbólico, mas construção do assentamento é lenta e realizada pelas próprias mãos dos assentados. Nesta etapa da pesquisa, cabe dizer que, infelizmente, a identidade concreta não é a mesma encontrada nos dois assentamentos estudados, pois a permanência na terra não é feita da mesma forma nesses espaços ocupados pelo MST.

Ao pensar no território, ou na territorialidade evidenciada, não se podem transformar as ações dos assentados em algo inapropriado, pois o que acontece nos assentamentos são respostas à conjuntura social existente, que não favorece a reprodução e a concretização da permanência no espaço onde estão ubicados. Alguns assentamentos se sobressaem ao que se espera por parte do capital, e conseguem desenvolver atividades específicas que auxiliam na permanência destes sujeitos no seu território. A condição primeira da permanência do homem na terra é a questão central tanto para a constituição da identidade como para organiza seu espaço. A situação do assentado em relação à propriedade da terra define a sua estratégia de sobrevivência e determina as suas condições e permanência na mesma. A propriedade deve ser entendida como uma unidade econômica, social, cultural e identitária, onde a família é o principal agente das decisões, contemplando esta família como um todo, fazendo com que a noção de propriedade não se circunscreva apenas a um espaço, mas a um lugar onde possa construir sua história.

No entanto, para que isso ocorra, é preciso traçar estratégias que mobilizem não unicamente os assentados, mas ações envolvendo todos os conectados com o assentamento, traçando estratégias voltadas à Educação e questões importantes

desses povos, políticas concretas de acesso, e permanência, formas de desenvolvimento socioeconômico e apoio social da comunidade. Contudo é importante ressaltar as ferramentas as quais os assentados utilizam para sua reprodução no espaço e a forma que desenvolvem e criam seus territórios. Nesse sentido, cabe dizer que a territorialização por parte do MST sobre o território se dá de modo diferente.

Ao tratarmos do assentamento Fazenda Annoni, percebe-se o diálogo permanente em torno das questões de apropriação do movimento de luta, que mesmo que tenha sido consolidado há 32 anos, ainda existe uma expressão de gana e apropriação da terra. Há um movimento político ativo dentro do assentamento que envolve debates e resgate da trajetória dos assentados. Cabe ressaltar neste instante as estratégias que este assentamento adotou para que pudesse se consolidar como um espaço territorializado por camponeses e pela luta do MST.

Nesse diálogo, sublinha-se o cooperativismo e a educação do campo como ferramentas adotadas para que haja a territorialização além da apropriação do território, como ferramenta viva para os assentados. Estas estratégias são formas de apropriação da política que mantém viva as intencionalidades do grupo e contribuições para a construção de uma reforma agrária clara, que beneficie a apropriação de terras e a permanência dos assentados nos espaços conquistados. A COOPTAR, aparentemente apresentou-se centrada na transição em que os assentados fizeram. Eles analisaram a realidade que estavam imersos: a questão de localização e os investimentos. Isso gerou algumas dúvidas nos assentados, e fizeram com que alguns não fizessem parte da cooperativa. Nota-se que isso não foi fator que pesasse o suficiente para que este assentamento passasse por desarticulação tanto territorial, no que se refere às questões da terra, quanto às questões da política envolvida neste espaço.

Em contrapartida, ao percebermos o Assentamento Bela Vista, iremos associar esse assentamento a realidades encontradas em muitos outros lugares do Brasil. Este assentamento possui (ia) um potencial de crescimento e desenvolvimento socioeconômico imenso, embora o objetivo de ampliação, permanência, de luta, de resgate não tenha se consolidado de fato. Pois este, apresenta uma desterritorialização visível por parte dos assentados. A identidade de assentado deixou de fazer parte do discurso destes sujeitos.

Ao pensar nos processos que ocorrem no território assentado, podemos descrever que o espaço do assentamento Bela Vista foi, a priori, desterritorializado pelo agronegócio, ou capital e, com isso, houve a inserção do movimento político MST neste território. Deste modo os mesmos acabaram por territorializar esse espaço.

Percebe-se no decorrer da história que as investidas do capital nunca deixaram de estar presente e foi se (re) inserindo aos poucos. Os assentados seduzidos pelos benefícios de implantação em seus lotes com algo que desse retorno econômico fizeram arrendamento de suas terras para os granjeiros da região, que, por sua vez, recomeçaram com o processo de reterritorialização, levando, deste modo, a desterritorialização por parte do MST no território.

Com isso, o anonimato deste assentamento começa a se fazer presente e gradativamente alguns direitos vão sendo tomados, como é o caso da escola do campo do assentamento, fechada no ano de 2016. Fica claro que este assentamento estava amarrado pelo capital desde o processo de inauguração, em contrapartida não houve investimentos ou políticas que pudessem ter sido capazes de superar tais fatores.

Em nível racional, podemos dizer que não é tarefa fácil lutar contra o capital, e que este assentamento em nenhum momento foi validado pela comunidade que o cercava. Portanto, encerra uma diversidade de situações e possui múltiplas estratégias de reprodução social que vão se alterando com as transformações estruturais da terra sob o regime capitalista, que de forma sutil, porém, agressiva, toma conta progressivamente de todos os ramos e setores da produção. Devemos prestar mais atenção em nosso discurso que acaba criminalizando as ações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, julgando a evolução do assentamento de forma a responsabilizar assentados e assentadas. Ao contrário disso, devemos apontar para o verdadeiro responsável por estas desarticulações nos espaços rurais; o agronegócio que sempre se articula onde está inserido, investido de capital ele possui um espaço que controla e, assim, domina o território. Assim, o agronegócio se territorializa de forma estratégica e rápida, oferecendo como consequência a forma mais triste de desterritorialização do campesinato.

De modo claro, o fenômeno da desterritorialização carrega o processo de reterritorialização, que significa a incorporação de novos territórios, ou seja, a construção de uma nova territorialidade por parte do grupo desterritorializado. A



partir de Santos (2002), mesmo sendo o território conformado pelo conjunto de elementos naturais e artificiais de uma área, a reterritorialização não se configura apenas na alteração das formas. Ao passo que se mudam as formas, transformam-se as funções e, conseqüentemente, há a mudança no sujeito que ocupa este espaço. Essa questão pode ser mais bem compreendida na seguinte afirmação:

O novo meio ambiente opera como uma espécie de detonador. Sua relação com o novo morador se manifesta dialeticamente como territorialidade nova e cultura nova, que interferem reciprocamente, mudando-se paralelamente territorialidade e cultura; e mudando o homem. Quando essa síntese é percebida, o processo de alienação vai cedendo ao processo de integração e de entendimento, e o indivíduo recupera a parte de seu ser que parecia perdida. (SANTOS, 2002, p. 329)

Afirmamos que esta pesquisa está distante de um final conclusivo, e que ambos os assentamentos merecem ser investigados profundamente para que sejam desmistificados muitas das significações que são postas sob responsabilidade do MST, na tentativa de fortalecer a ideias e disseminar as informações aqui trazidas, afim de que haja apropriação por outros estúdios e implementação em outros assentamentos, ou comunidades rurais a inserção de uma escola do campo, com conteúdos e profissionais arrojados na discussão que fazem diferença para toda a comunidade, e o sentido de cooperativa, bem como a importância de trabalhar-se e organizar-se em cooperativas. O movimento nos ensina que os assentados precisam continuar com o dinamismo de um movimento socioterritorial, não esquecendo jamais as razões que os levaram até os lotes; o desejo pela terra para trabalho e o desenvolvimento da cultura pessoal do grupo, como foi possível perceber, é um processo visto no Assentamento Fazenda Annoni e não no Bela Vista. São vários movimentos, que se dão como necessários para manterem-se na terra e eles acontecem com a mesma intensidade e resistência que tiveram para acessar a terra, então para isso, esse movimento deve fortalecer os laços internos como um grupo coletivo, estender a fraternidade entre os assentados, onde os mesmos possam se fortalecer uns nos outros e assim ingressar em um movimento de resistência e luta contra quem os oprime, da mesma forma buscar direitos e formas e desenvolvimento cultural e social.

Por fim, o desafio que cabe a nós geógrafos – pesquisadores é o de reconhecer o valor social do movimento socioterritorial e a grande importância deste movimento, para uma sociedade mais junta, pela qual lutamos constantemente. Os

movimentos Socioterritoriais – assentamentos do MST como foram visto nesta pesquisa não se mostram heterogêneo, ou seja, são varias realidades encontradas nos assentamentos rurais, e grande parte destas não são positivas, e nós enquanto sujeitos sociais, pesquisadores, geógrafos por formação o que estamos fazendo sobre esta realidade? Acreditamos que os assentamentos rurais que se mostram desterritorializados poderiam ter apoio da prefeitura do município onde estão inseridos, até mesmo por pesquisadores de instituições públicas como a nossa – UFSM, até mesmo privada, entretanto, pouco é visto sobre a tentativa de devolver, ou auxiliar na reconstrução do protagonismo histórico e político.

Pensa-se que este trabalho seja uma amostra do que é encontrado no espaço rural em todo território nacional, e que essa realidade seja repensada em busca de melhorias de condições para aqueles que são esquecidos pela mídia que nos faz acreditar a agricultura é a monopolização do solo para o plantio de soja, principalmente. O espaço rural é rico, é diverso e deve ser do povo.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Geralda de. O sonho da conquista do velho mundo: a experiência de imigrantes brasileiros do viver entre territórios. IN; ALMEIDA, Maria Geralda; CRUZ, Beatriz Nates (Org.) **Território e cultura: inclusão e exclusão nas dinâmicas socioespaciais**. Goiânia: Cegraf UFG, 2009.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A questão do território no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

ANDRADE, M. C. de; ANDRADE, S. M. C. de. **A federação brasileira: uma análise geopolítica e geo-social**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

ARENDT, Hannah. **Da violência**. Tradução de Maria Drummond Trindade. Brasília: Ed. UnB, 1985.

BAVARESCO, P. A. **Uma análise das condições socioeconômicas das famílias do Assentamento Annoni** (Fase IX) no Rio Grande do Sul. In : TEDESCO, J. C. (Org.) Agricultura familiar, realidades e perspectivas. 2. Ed. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

BENINCÁ, Elli. **Conflito religioso e práxis: a ação política dos acampados de Encruzilhada Natalino e Fazenda Annoni e o conflito religioso**. São Paulo, 1987. Dissertação (Mestrado em Ciência da Religião). Coordenadoria de Pós Graduação em Ciências Sociais. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC.

BONNEMAISON, J. Viagem em torno do território. In: ROSENDAHL, Z. e CORRÊA, R.L.(orgs). **Geografia Cultural: um século** (3). Rio de Janeiro: EdUERJ, 1981.

BORTOLUZZI, C. A. **Contribuição à geologia da região de Santa Maria**. Porto Alegre. P. 7-86 1971.

BRASIL/MEC/CNE. **Lei nº. 9394/96** (20 de dezembro de 1996, que dispõe sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional). Editora do Brasil, 2006.

BRASIL. Lei nº. 4.024, de 20 de dezembro de 1961 – Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/>

Leis/L4024.htm>. Acesso em: 12 de jun. 2017.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: Nova LDB (Lei no 9394/96). Rio de Janeiro: Disponível em < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm) >. Acesso em 20 de jan de 2017.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm) > Acesso em 20 de jan de 2017.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. (Lei no 5692/71). Disponível em < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html> >. Acesso em 20 de jan de 2017.

BRASIL. Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993. Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII. **Constituição Federal**, promulgada em 5 de outubro de 1988.

BRUNO, R; Medeiros, I.S. **Percentuais e causas de evasão nos assentamentos rurais**. Brasília: INCRA/MDA, 2001 (Cadernos da Terra, n.9)

CALAZANS, M. J. C. **Estudo retrospectivo da educação rural no Brasil**. Rio de Janeiro: IESAE, 1979.

CALDART, Roseli Salete et al. **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012.

CALDART, R. Salete. Sobre Educação do Campo. In: SANTOS, C. Aparecida dos. (Org.). **Por Uma Educação do Campo**: Campo-Políticas Públicas-Educação. 1 ed. Brasília: INCRA/MDA, 2008, v. 7, p. 67-86.

CARNEIRO, M. J. Ruralidade: Novas Identidades em Construção. **Estudos, Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 11, p. 53-75. out.,1998.

CARVALHO, Jose Murilo de. **A Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 10 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CONCRAB. **Sistema cooperativista dos assentados**. Caderno de Cooperação Agrícola, nº 5. São Paulo: Concrab/MST, 1997.

CONCRAB. **Evolução da concepção de cooperação agrícola do MST (1989-1999)**. Caderno de Cooperação Agrícola, nº 8. São Paulo: Concrab/MST, 1999.

CORREA, Roberto Lobato. **Trabalho de campo e globalização**. Trabalho apresentado no colóquio "O discurso Geográfico na Aurorado século XXI". Programa de pós-graduação em Geografia - UFSC. Florianópolis: 27- 29 de novembro de 1996.

EID, Farid; BUENO, Eloísa P. **A organização da produção em cooperativas de reforma agrária**. Trabalho apresentado no XXXVII Congresso Brasileiro de

Economia e Sociologia Rural, 1999.

DAGNINO, E. **Confluência perversa, deslocamentos de sentido, crise discursiva**. In: GRIMSON, A. (Org.). La cultura en las crisis latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO, 2004. p. 195-216.

FEIJÓ, Leandro Fagundes e SILVA, Aloisio Souza da. Agroecologia & educação do campo. **Boletim Dataluta** – Artigo do mês: maio de 2011. ISSN 2177-4463.

FERNANDES, B. M. Território Camponês. In: CALDART, R. S. et al (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 746 – 750.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Formação e territorialização**. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1999. 285p.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

Fernando, B. M. **Formação e territorialização do MST no Brasil: 1979-2005**. p. 139 – 168. In: MARAFON, G. J.; RUA, J.; RIBEIRO, M. A.(Org.). Abordagens teórico-metodológicas em Geografia Agrária. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2007.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Luta **pela terra, MST, FHC e Lula**. Disponível em: <[http:// www.mst.org.br](http://www.mst.org.br).> Acesso em 22 abr. 2017.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais**. Revista NERA, n. 6, 2005.

FERNANDES, B. M. Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. In: CALDART, Roseli et al. **Dicionário da Educação do Campo**. 2. ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

FERNANDES, Bernardo Mançano (org.). **Campesinato e agronegócio na América Latina**: a questão agrária atual. São Paulo: Expressão Popular, 2008, 432 p.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Entrando nos territórios do Território. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson. **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008b. pp. 273-302.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST formação e territorialização**. São Paulo: Hucitec, 1996.

FERNANDES, Bernardo Mançano: Vinte anos do MST e a Perspectiva da Reforma Agrária no Governo Lula. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Ubelino e MARQUES, Marta Inês Medeiros. **O CAMPO NO SÉCULO XXI**: Território de vida, de luta e de construção da vida social. São Paulo: Editora Casa Amarela e editora paz e terra, 2004.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Sobre a Tipologia de Territórios. Disponível em

[http://www.landaction.org/spip/IMG/pdf/BERNARDO\\_TIPOLOGIA\\_DE\\_TERRITORIO\\_S.pdf](http://www.landaction.org/spip/IMG/pdf/BERNARDO_TIPOLOGIA_DE_TERRITORIO_S.pdf). Acessado em 17 de abril de 2017. 01:41:00.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A questão agrária no Brasil hoje**: subsídios para pensar a educação do campo. Cadernos Temáticos - Educação do Campo. , v.1, p.15 - 22, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão Agrária**: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, Antônio Márcio (org.) **Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil**. Editora da Unicamp, 2008, p. 173-224.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **NERA**. São Paulo, Ano 8, N.6, p. 24 – 34, Janeiro - Junho de 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimento social como categoria geográfica**. Terra Livre, São Paulo, n.15, p.59-85, 2000.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Sobre a tipologia de territórios. In: SPOSITO, Eliseu Severio, SAQUET, Marcos Aurelio (Orgs). **Território e Territorialidade**: teoria, processo e conflito. p.197-213, São Paulo: Expressão Popular, 2009.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Territorialização da luta pela terra. In: MOTTA, Márcia (Org.). **Dicionário da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. 518p. p.473.

FERNANDES, Bernardo Mançano; CERIOLI, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli Salete. Primeira Conferência Nacional 'Por uma educação básica do campo': texto preparatório. In: ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna. **Por uma educação do campo**. Petrópolis: Vozes, 2004.

FERNANDES, Bernardo Mançano e MOLINA, Mônica Castagna. O Campo da Educação do Campo. In: MOLINA, Mônica Castagna e JESUS, Sonia Meire Santos Azevedo de (orgs.). **Contribuições para a construção de um projeto de Educação do campo**. Brasília, DF: Articulação Nacional "Por uma Educação do Campo", nº 5, 2004.

FERNANDES, Bernardo Mançano et al. **Insertion socio-politique et criminalisation de la lutte pour la terre**: occupations de terre et assentamentos rurais das le Pontal do Paranapanema – São Paulo. Cahiers du Bresil Contemporain, La Riche, n.51/52, p. 71-94, 2003.

FERREIRA, Bruno. **Movimentos Sociais**: Suas Transformações e suas varias lutas. Disponível em: <<http://historiabruno.blogspot.com/2011/10/movimentos-sociais.html#ixzz4WqTYFfewW>> Acesso em: 26/01/2017.

FONSECA, M. T. L. **Extensão rural no Brasil**: Um Projeto Educativo para o Capital. São Paulo, Loyola, 1985.

FORTES, Amyr Borges. Zonas fisiográficas. In: **Geografia física do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, Globo, 1959. p. 33.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 11. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

FROEHLICH, J. M. **Rural e Natureza: a construção social do rural contemporâneo na região central do Rio Grande do Sul**. Rio de Janeiro, 2002. Tese (Doutorado em desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) Coordenadoria de Pós-graduação em Ciências Sociais - Universidade Federal do Rio de Janeiro.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecologia: Processos ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre: Ed. Da UFRGS, 2000.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. Edições Loyola, São Paulo: 1997.

GOHN, M. d. G., 2011. **Movimentos Sociais e Contemporaneidade**. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141324782011000200005&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141324782011000200005&script=sci_arttext)> Acesso em 20/04/2017.

GONÇALO, José Evaldo. **Reforma agrária como política social redistributiva**. Brasília: Editora Plano, 2003.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Geografia da riqueza, fome e meio ambiente: pequena contribuição crítica ao atual modelo agrário/agrícola de uso dos recursos naturais**. In: OLIVEIRA, Ariovaldo U. de; MARQUES, Marta Inês Medeiros (org.). *O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social*. São Paulo: Casa amarela; Paz e Terra, 2004, p.27- 64.

HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade: a rede gaúcha no Nordeste**. Niterói: EdUFF, 1997.

HAESBAERT, Rogério. **O mito do desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

IANNI, Octávio. **O colapso do populismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Cidades – Passo-Fundo. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=430965&search=rio-grande-do-sul|passo-fundo>>. Acesso em: 15 jan. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Cidades – Jari. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=430965&search=rio-grande-do-sul|jari>>. Acesso em: 12 jan. 2017.

JOLLIVET, M. A vocação atual da sociologia rural. **Estudos, Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 11, p. 5-25, nov.1998.

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. Tradução de João Antunes. Porto: Portucalense Editora, 1972. 221 p.

KUENZER, Acacia Zeneida. **Ensino de 2º grau: o trabalho como princípio educativo**. 3º Ed, São Paulo: Editora Cortez, 1997.

LA SALVIA, Flávia, MARODIN, Elisabeth. Evolução municipal: uma análise geográfica. **Boletim Geografico do Rio Grande do Sul**, 1976. Porto Alegre: Secretaria da Agricultura, v.21, n.19, p,3-16.

LEFÈBVRE, H. **Lógica formal e lógica dialética**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

LEITE, Sérgio Celani. **Escola Rural: Urbanização e Políticas Educacionais**. São Paulo. Cortez, 1999.

LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira. **Terra prometida: uma história da questão agrária no Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **Atualidade do conceito de camponês**. Anais do XII Encontro Nacional de Geógrafos. João Pessoa/PB, 2002a.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **Lugar do modo de vida tradicional na modernidade**. In: OLIVEIRA, Ariovaldo U.; MARQUES, Marta Inez Medeiros (Org.). O campo no século XXI. São Paulo: Casa Amarela, 2004. p. 145-158.

MARTIN, Jean-Yves. **Uma Geografia da nova radicalidade popular: algumas reflexões a partir do caso do MST**. Terra Livre, No. 19, São Paulo, 2002.

MARTINS, E. **Contribuição à avaliação do ativo intangível**. 1972. Tese (Doutorado em Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1972.

MARTINS, José de Souza. **Os Camponeses e a Política no Brasil**. São Paulo: Vozes, 1981.

\_\_\_\_\_. **O poder do atraso: Ensaio de Sociologia da História Lenta**. São Paulo: HUCITEC, 1994.

MARTINS, José de Souza. A Produção Capitalista de Relação não Capitalista de Produção, in: **Cativeiro da Terra**. São Paulo, Liv. Editora Ciências Humanas.1979.

MARX, Karl. **O Capital**. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. Território, Espaço de Identidade. In: SPOSITO, Eliseu Severio, SAQUET, Marcos Aurelio (Orgs). **Território e Territorialidade: 1**.



Edição. São Paulo Editora: Expressão Popular, 2009.

MEURER, Ane Carine. **Projeto Político Pedagógico Escolar: Questões a serem refletidas nas Escolas do Campo**. In: MATOS, Kelma & WIZNIEWSKY, Carmen Rejane Flores et al. (Org.). *Experiências e Diálogos em Educação do Campo*. Fortaleza: Edições UFC, 2010.

MONTENEGRO, Jorge. *La actualidad del conflicto entre el Capital y el Trabajo en el medio rural brasileño*.

MONTENEGRO, Jorge. *Conflitos pela Terra e pelo Território: Ampliando o Debate sobre a Questão Agrária na América Latina*. In: SAQUET, Marcos Aurélio e SANTOS, Roseli Alves dos (Orgs). *Geografia Agrária, território e desenvolvimento*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan. **Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba**: João Pessoa: Universitária/UFPB, 1997.

MOREIRA, Ruy. **Para onde vai o pensamento geográfico?**: por uma epistemologia crítica. São Paulo: Contexto, 2008.

MORENO, J. A. **Clima do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Secretaria da Agricultura, 1961.

Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). **A luta do Acampamento Encruzilhada Natalino**. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/2014/06/18/a-luta-do-acampamento-encruzilhada-natalino.html>>. Acesso em: 26 jan. 2017.

Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). *Orientações práticas e a história dos Congressos do MST*. Cartilha da Secretaria Nacional, São Paulo, 2007.

Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). *A experiência do MST na cooperação agrícola*. In: GÖRGEN, Frei Sérgio Antônio; STÉDILLE, J. P.(Orgs.). **Assentamentos: A resposta econômica da reforma agrária**. Petrópolis: Vozes, 1991.

Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). *Princípios da educação no MST*. Caderno de Educação n. 8, v.3, (São Paulo), 2002.

Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). *Produção, cooperação e meio ambiente e formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. Cartilha do Programa de Formação e Cooperação e Organização dos Assentamentos. PONTOCOM Gráfica e Editora Ltda.(outubro, 2008).

MOVIMENTO PASSE LIVRE. *Em sete pontos, o Movimento Passe Livre explica quem é, o que pretende e como está organizado*. Disponível em: <<http://tarifazero.org/mpl/>>. Acesso em: 27 jan.2017.

MUNARIM, Antonio. *Elementos para uma Política Pública de Educação do Campo*.

Caxambu/MG, ANPED, 2005.

MUMFORD, Lewis. Paraíso Paleotécnico: Coketown In: **A cidade na história**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

NEUMANN, P.S. **O impacto da fragmentação e do formato das terras nos sistemas de produção**. Florianópolis, 2003. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção). Coordenadoria de Pós-graduação, Universidade Federal de Santa Catarina.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; STÉDILE, João Pedro. **O Agronegócio X Agricultura Familiar e a Reforma Agrária**. CONCRAB/ACTION AID. Brasileira, 2004.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007, 184p.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo Capitalista de Produção e Agricultura**. 3º edição, São Paulo, Ática, 1990.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **As Transformações Territoriais Recentes no Campo Brasileiro**. Prova do Concurso para provimento de cargo de Professor Titular. FFLCH-USP, 03/03/1998.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino O campo brasileiro no final dos anos 80. In: STÉDILE, João Pedro (Coord.). **A Questão agrária hoje**. Porto Alegre: UFRGS, 1994.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 4ª Ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

PARANÁ. SEED. Diretrizes Curriculares da Educação do Campo. Curitiba, 2006. Disponível em <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/diretrizes/diretrizeducampo.pdf> – acesso 102 mai 2017.

PEDON, Nelson Rodrigo. **Movimentos Socioterritoriais: Uma Contribuição Conceitual à Pesquisa Geográfica**. 2009. 240 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente.

PEDON Nelson Rodrigo. **Geografia e Movimentos Sociais: dos primeiros estudos a abordagem socioterritorial**. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

PEREIRA, Antonio Alberto. **Além das Cercas: um olhar educativo sobre a reforma agrária**. João Pessoa: Ideia, 2005.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. **Movimentos sociais: abordagens clássicas e contemporâneas**. CSOnline – Revista Eletrônica de Ciências Sociais Ano 1, Edição 2, novembro de 2007. Disponível em: <https://csonline.ufjf.emnuvens.com.br/csonline/article/download/358/332>. Acesso em 01 de maio de 2017.

POCHANN, Márcio. **O emprego na Globalização**. São Paulo: Bomtempo Ed., 2001.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução Maria Cecília França. São Paulo: Editora Ática, 1993. 269 p.

RATZEL, Friedrich. Geografia do Homem (Antropogeografia) (Traduzido do italiano por Fátima Murad). In: Ratzel. MORAES, Antonio Carlos Robert (Org.). São Paulo: Editora Ática, pp. 32-107, 1990. 200p.

REGO, N. et al. (Orgs.). Um pouco do mundo cabe nas mãos. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

RODRIGUES, A. de L. **O latifúndio no Rio Grande do Sul**: velhas formas na funcionalidade de novos atores econômicos na Microrregião Geográfica da Campanha Central. Santa Maria, 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Coordenadoria de Pós-graduação, Universidade Federal de Santa Maria.

RUA, J. Urbanidades no rural: o devir de novas territorialidades. **Campo-território**: revista de geografia agrária, Uberlândia, v.1, n.1, p.82-106, fev. 2006.

SANTOMÉ, J. T. As culturas negadas e silenciadas no currículo. IN: SILVA, T. T. da.(org.). **Alienígenas na sala de aula**: uma introdução aos estudos culturais em educação. Petrópolis: Ed. Vozes, 1995.

SANTOS, José V. T. dos. Lutas agrárias e cidadania. In: VIOLA, E.; SCHERERWARREN, I.; KRISCHKE, P. (orgs.). **Crise política, movimentos sociais e cidadania**. Florianópolis, Ed. UFSC, 1989.

\_\_\_\_\_. **Os tempos e os territórios da colonização italiana**. Porto Alegre. EST Edições, 2003.

SANTOS, Luiz, José. **O que é Cultura**. 01. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. 3º ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, Milton. Da totalidade ao lugar. **Formação**. São Paulo: Edusp, v. 2, n. 14, p. 48-60,

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4ºed. São Paulo:Edusp, 2003.

SANTOS, M. (2002). O país distorcido: o Brasil, a globalização e a cidadania/ Milton Santos; organização, apresentação e notas de Wagner Costa Ribeiro; ensaio de Carlos Walter Porto Gonçalves, São Paulo: Publifolha.

SANTOS, M. **Espaço e Método**. 3 ed, SP: Nobel, 1992.

SANTOS, Renato Emerson dos. **“Agenda & agências: a espacialidade dos movimentos sociais a partir do Pré-Vestibular para Negros e Carentes”**. 350 f.

Tese de Doutorado, Instituto de Geociências, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

SANTOS Roseli Alves dos (Orgs). **Geografia Agrária, território e desenvolvimento**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SANTOS, R, **Migrações e desenvolvimento econômico no Oeste do Estado do Paraná**: uma análise de 1950 a 2000. Campinas, 2005. Tese (Doutorado em Demografia). Coordenadoria de Pós-graduação, Universidade Estadual de Campinas.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Os tempos e os territórios da colonização Italiana**. Porto Alegre/RS: EST Edições, 2003 (2001).

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e Concepções de Território**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

SAQUET, Marcos Aurélio. Por uma abordagem territorial. In; SAQUET, Marcos Aurélio & SPOSITO, Eliseu Savério. **Territórios e territorialidades**: Teorias, processos e conflitos. São Paulo, Expressão popular, 2009.

SAQUET, Marcos Aurélio. Por uma abordagem territorial. In; SAQUET, Marcos Aurélio & SPOSITO, Eliseu Savério. **Territórios e territorialidades**: Teorias, processos e conflitos. São Paulo, Expressão popular, 2009.

SAQUET, M. **Proposições para estudos territoriais**. Geographia, Rio de Janeiro, n. 15, p. 71-85, 2006.

\_\_\_\_\_. Por uma Abordagem Territorial. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Org.). **Territórios e Territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SHANIN, Teodor. A Definição de Camponês: Conceituações e Desconceituações, O Velho e o Novo em uma Discussão Marxista. In: **Cadernos Cebrap**. São Paulo, 1980.

SHANIN, Teodor. **Campesinos y sociedades campesinas**. México, Fondo de Cultura Económica, 1979.

SCHNEIDER, J. O. **Democracia-participação e autonomia cooperativa**. São Leopoldo: Unisinos, 1991. 417p.

SILVA, Lourdes Helena; COSTA, Vânia Aparecida. Educação Rural. **Presença Pedagógica**, Belo Horizonte, v. 12 n. 69, mai./ju. 2006.

SILVA, M. S. Da raiz à flor: produção pedagógica dos movimentos sociais e a escola do campo. In: MOLINA, C. M. (Org.). **Educação do Campo e pesquisa**: questões para reflexão. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2009.

SILVA, M. S. **Educação do Campo e Desenvolvimento**: uma relação construída ao

longo da história. 2004. Disponível em: <[http://www.contag.org.br/imagens/f299Educacao\\_do\\_Campo\\_e\\_Desenvolvimento\\_Sustentavel.pdf](http://www.contag.org.br/imagens/f299Educacao_do_Campo_e_Desenvolvimento_Sustentavel.pdf)>. Acesso em 31.05.2014.

SILVA, M. S. **Educação do Campo e Desenvolvimento**: uma relação construída ao SILVA NETO, B, e FRANTZ, T.R. **Avaliação e caracterização sócio-econômica dos sistemas agrários do Rio Grande do Sul**: Relatório Preliminar. 2001.

SOUZA, M. J. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. IN: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. p. 77 – 116.

SPEYER, Anne Marie. **Educação e Campesinato**: Uma educação para o homem do meio rural. São Paulo: Edições Loyola, 1983.

SPOSITO, E. S. **Geografia e Filosofia**: contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: UNESP, 2004.

STEDILLE, João Pedro e FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava Gente: A Trajetória do MST e a Luta pela Terra no Brasil**. São Paulo: Perseu Abramo, 1999.

STÉDILE, João P. A luta pela reforma agrária e o MST. In STÉDILE, João P. (org.). *Op. cit.*

STÉDILE, João P.. **João Sem Terra**, entrevista concedida a *Atenção*, 6, 21/5/96, p. 12.

TEDESCO, João Carlos. **Madeireiros, comerciantes e granjeiros**: lógicas e contradições no processo de desenvolvimento socioeconômico de Passo Fundo (1900-1960). 2.ed. Passo Fundo: UPF, 2005.

TOURAINÉ, Alain. Os movimentos sociais. *In*: FORACCHI, M. M.; MARTINS, J. de S. **Sociologia e sociedade**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora. 1977.

TUAN, Y. -F. **Espaço e Lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: DIFEL, 1983.

WANDERLEY, M. de N. B. **Urbanização e ruralidade**: relações entre a pequena cidade e o mundo rural: estudo preliminar sobre os pequenos municípios em Pernambuco. Recife: Ed. da UFPE, 2001. Disponível em: Acesso em: 12 jan. 2017.

WANDERLEY, M. de N. B. **O camponês**: um trabalhador para o capital. Cadernos de Difusão de Tecnologia, Brasília: Embrapa, v.2, n.1. p.13 -78, jan./abr.1985.